

Ultrapar Participações S.A.

*Demonstrações Financeiras da
Controladora e Consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e
Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

KPMG Auditores Independentes

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1 - 5
Balancos patrimoniais	6 - 7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10 - 11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12 - 13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	15 - 141



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja a Nota 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 571.755, dos quais R\$ 423.410 são relativos a diferenças temporárias e R\$ 148.345 são relativos a prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas de geração de lucros tributáveis futuros incluem a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, estimativas de crescimento de custos e despesas e de margem de contribuição, que envolvem elevado grau de complexidade e julgamentos que impactam a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos nos próximos exercícios. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: — Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados. — Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e dados utilizados pela Companhia na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros considerando as projeções de fluxo de caixas futuros. — Avaliação da precisão dos saldos registrados com o auxílio dos nossos especialistas tributários; — Comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente. — Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe

Contador CRC 1SP233011/O-8

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	21.533	948.649	2.280.074	2.661.494
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.b	142.065	88.100	1.804.122	5.033.258
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	3.375.246	3.318.927
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	582.562	549.129
Estoques	7	-	-	3.918.772	3.846.196
Tributos a recuperar	8.a	862	154	1.061.227	1.044.850
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	56.499	47.913	291.833	366.080
Dividendos a receber		146.490	150.301	147	1.152
Demais contas a receber		105.513	58.300	56.205	56.955
Despesas antecipadas	11	7.548	3.684	98.024	132.122
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	555.052	478.908
		480.510	1.297.101	14.023.264	17.489.071
Ativos de controladas mantidos para venda	3.c.1	2.681.730	-	11.000.917	-
Total do ativo circulante		3.162.240	1.297.101	25.024.181	17.489.071
Não circulante					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.b	-	-	379.277	977.408
Contas a receber de clientes	6.a	-	-	63.749	72.195
Financiamentos a clientes	6.b	-	-	415.472	419.255
Sociedades relacionadas	9.a	406.787	753.459	490	2.824
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	72.402	64.993	571.755	974.711
Tributos a recuperar	8.a	-	-	1.046.798	1.474.808
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	23.483	39.446	155.358	261.205
Depósitos judiciais	23.a	18	2	871.261	949.796
Ativo de indenização - combinação de negócios	23.c	-	-	120.991	204.439
Demais contas a receber		-	-	29.748	20.238
Despesas antecipadas	11	1.748	3.888	71.368	70.507
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	1.524.174	1.227.423
		504.438	861.788	5.250.441	6.654.809
Investimentos em:					
Controladas	13.a	8.266.396	10.530.177	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	13.a; 13.b	-	-	71.389	139.100
Coligadas	13.c	-	-	7.176	25.588
Outros		-	-	28	2.793
		8.266.396	10.530.177	78.593	167.481
Ativos de direito de uso, líquido	14	35.304	35.062	1.651.295	2.150.286
Imobilizado, líquido	15	16.006	14.328	5.534.591	8.005.860
Intangível, líquido	16	252.585	254.242	1.471.256	1.782.655
Total do ativo não circulante		9.074.729	11.695.597	13.986.176	18.761.091
Total do ativo		12.236.969	12.992.698	39.010.357	36.250.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	17	-	1.038.499	618.327	2.306.036
Debêntures	17.f	39.333	9.996	2.247.724	949.908
Fornecedores	18.a	26.882	16.870	3.670.895	2.745.019
Fornecedores - convênio	18.b	-	-	2.119.059	1.295.633
Salários e encargos sociais	19	55.477	42.400	330.103	468.630
Obrigações tributárias	20	1.096	812	229.176	286.014
Dividendos a pagar	26.h	193.564	439.094	202.860	442.133
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	4.264	196.348	169.317
Benefícios pós-emprego	21.b	237	-	21.082	27.077
Provisão para retirada de tanques	22	-	-	4.632	4.267
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	-	-	119.942	43.660
Arrendamentos a pagar	14	6.129	4.688	188.832	260.189
Demais contas a pagar		8.612	10.157	144.204	224.676
Receita diferida	24	-	-	5.625	18.282
		331.330	1.566.780	10.098.809	9.240.841
Passivo de controladas mantidas para venda	3.c.1	-	-	2.541.421	-
Total do passivo circulante		331.330	1.566.780	12.640.230	9.240.841
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	17	-	-	8.672.547	8.526.064
Debêntures	17.f	1.724.866	1.724.117	4.839.045	5.594.208
Sociedades relacionadas	9.a	4.674	5.272	3.534	3.711
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a	-	-	282	12.732
Benefícios pós-emprego	21.b	2.000	2.527	194.637	257.647
Provisão para retirada de tanques	22	-	-	52.079	49.168
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a; 23.c	250	280	812.243	854.385
Arrendamentos a pagar	14	32.893	33.246	1.159.479	1.573.099
Bônus de subscrição - indenização	25	51.296	86.439	51.296	86.439
Provisão para passivo a descoberto de controladas e empreendimento controlado em conjunto	13.a; 13.b	14.199	35.794	-	2.096
Demais contas a pagar		8.540	4.497	115.745	139.507
Total do passivo não circulante		1.838.718	1.892.172	15.900.887	17.099.056
Patrimônio líquido					
Capital social	26.a; 26.f	5.171.752	5.171.752	5.171.752	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	26.b	34.043	22.404	34.043	22.404
Reserva de capital	26.d	596.481	594.049	596.481	594.049
Ações em tesouraria	26.c	(488.425)	(489.068)	(488.425)	(489.068)
Reserva de reavaliação de controladas	26.e	4.154	4.337	4.154	4.337
Reservas de lucros	26.f	4.866.409	4.408.275	4.866.409	4.408.275
Ajustes de avaliação patrimonial	26.g.1	(422.138)	(464.990)	(422.138)	(464.990)
Ajustes acumulados de conversão	26.g.2	304.645	231.596	304.645	231.596
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	26.h	-	55.391	-	55.391
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		10.066.921	9.533.746	10.066.921	9.533.746
Acionistas não controladores de controladas		-	-	402.319	376.519
Total do patrimônio líquido		10.066.921	9.533.746	10.469.240	9.910.265
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.236.969	12.992.698	39.010.357	36.250.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações continuadas			Reapresentado		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	27	-	-	109.732.842	74.058.056
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	-	-	(104.827.966)	(70.056.447)
Lucro bruto		-	-	4.904.876	4.001.609
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	28	-	-	(1.934.789)	(1.595.871)
Reversões (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	3.123	(15.281)
Gerais e administrativas	28	(24.927)	-	(1.466.551)	(993.986)
Resultado na venda de bens	29	124	-	184.189	85.455
Outras receitas operacionais	30	1.900	2.186	445.836	321.385
Outras despesas operacionais	30	(207)	(431)	(349.670)	(257.351)
(Prejuízo) lucro operacional		(23.110)	1.755	1.787.014	1.545.960
Equivalência patrimonial	13	828.972	669.933	(17.634)	(44.031)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		805.862	671.688	1.769.380	1.501.929
Receitas financeiras	31	68.314	43.022	460.154	357.666
Despesas financeiras	31	(99.692)	(120.907)	(1.222.886)	(908.014)
Resultado financeiro líquido	31	(31.378)	(77.885)	(762.732)	(550.348)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		774.484	593.803	1.006.648	951.581
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10.b; 10.c	3.022	(4.299)	(430.280)	(538.761)
Diferido	10.b	7.693	23.246	242.246	234.244
		10.715	18.947	(188.034)	(304.517)
Lucro líquido de operações em continuidade		785.199	612.750	818.614	647.064
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	3.c.2	65.264	280.633	65.264	280.633
Lucro líquido do exercício		850.463	893.383	883.878	927.697
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		850.463	893.383	850.463	893.383
Acionistas não controladores de controladas		-	-	33.415	34.314
Lucro líquido por ação do capital social das operações continuadas (média ponderada anual) - R\$					
Básico	32	0,7200	0,5625	0,7200	0,5625
Diluído	32	0,7158	0,5592	0,7158	0,5592
Lucro líquido por ação do capital social das operações descontinuadas (média ponderada anual) - R\$					
Básico	32	0,0598	0,2576	0,0598	0,2576
Diluído	32	0,0595	0,2561	0,0595	0,2561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		850.463	893.383	883.878	927.697
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros próprio, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	(147)	126	(147)	126
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	7.352	(313.397)	7.322	(313.397)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	99	190	99	190
Ajustes acumulados de conversão de controladas e efeitos do <i>hedge</i> de investimentos, líquidos de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.2	73.049	129.169	73.049	129.169
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego próprio, líquido de imposto de renda e contribuição social	26.g.1	552	156	552	156
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	29.273	(6.623)	40.335	(17.918)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	5.723	875	5.723	875
Resultado abrangente do exercício		<u>966.364</u>	<u>703.879</u>	<u>1.010.811</u>	<u>726.898</u>
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		966.364	703.879	966.364	703.879
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	44.447	23.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
 (Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		
							Legal	Estatutária para investimentos					Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.171.752	22.404	594.049	(489.068)	4.337	750.010	3.658.265	(464.990)	231.596	-	55.391	9.533.746	376.519	9.910.265
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	850.463	-	850.463	33.415	883.878
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	-	-	-	-	-	-	-	7.304	-	-	-	7.304	(30)	7.274
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	-	-	-	-	-	-	-	35.548	-	-	-	35.548	11.062	46.610
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	13.a; 26.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	73.049	-	-	73.049	-	73.049
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	42.852	73.049	850.463	-	966.364	44.447	1.010.811
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	26.d	-	-	1.819	-	-	-	-	-	-	-	-	1.819	-	1.819
Instrumento patrimonial outorgado próprio	26.b	-	8.008	613	643	-	-	-	-	-	-	-	9.264	-	9.264
Instrumento patrimonial outorgado de controladas	13.a; 26.b	-	3.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.631	-	3.631
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas	26.e	-	-	-	-	(183)	-	-	-	-	183	-	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.487	-	10.487	1.329	11.816
Ganhos decorrentes de pagamentos de dividendos fixos para ações preferenciais de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	971	-	971	(971)	-
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	11.641	-	-	(11.641)	-	-	-	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.005)	(19.005)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.391)	(55.391)	-	(55.391)
Destinação do resultado líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	26.f; 26.h	-	-	-	-	-	42.523	-	-	-	(42.523)	-	-	-	-
Reserva estatutária para investimentos	26.f; 26.h	-	-	-	-	-	-	403.970	-	-	(403.970)	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,17 por ação)	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(185.896)	-	(185.896)	-	(185.896)
Dividendos intermediários (R\$ 0,20 por ação)	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(218.074)	-	(218.074)	-	(218.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.171.752	34.043	596.481	(488.425)	4.154	792.533	4.073.876	(422.138)	304.645	-	-	10.066.921	402.319	10.469.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros					Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados		Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.171.752	11.970	542.400	(485.383)	4.522	705.341	3.290.073	(146.317)	102.427	-	261.470	9.458.255	376.920	9.835.175
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	893.383	-	893.383	34.314	927.697
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(313.081)	-	-	-	(313.081)	-	(313.081)
Perdas de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	13.a; 26.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(5.592)	-	-	-	(5.592)	(11.295)	(16.887)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	13.a; 26.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	129.169	-	-	129.169	-	129.169
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(318.673)	129.169	893.383	-	703.879	23.019	726.898
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	26.d	-	-	54.763	-	-	-	-	-	-	-	-	54.763	-	54.763
Plano de ações	9.c	-	-	(3.114)	(3.685)	-	-	-	-	-	-	-	(6.799)	-	(6.799)
Instrumento patrimonial outorgado próprio	26.b	-	4.526	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.526	-	4.526
Instrumento patrimonial outorgado de controladas	13.a; 26.b	-	5.908	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.908	-	5.908
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	26.e	-	-	-	-	(185)	-	-	-	-	185	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	-	(774)	-	-	774	-	-	-	-
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.001)	-	(1.001)	1.001	-
Transações com sócios - alterações de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42	(42)	-
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.379)	(24.379)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(261.470)	(261.470)	-	(261.470)
Destinação do resultado líquido:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	26.f; 26.h	-	-	-	-	-	44.669	-	-	-	(44.669)	-	-	-	-
Reserva Estatutária para Investimentos	26.f; 26.h	-	-	-	-	-	-	368.966	-	-	(368.966)	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,44 por ação)	26.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(479.748)	55.391	(424.357)	-	(424.357)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.171.752	22.404	594.049	(489.068)	4.337	750.010	3.658.265	(464.990)	231.596	-	55.391	9.533.746	376.519	9.910.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido de operações em continuidade		785.199	612.750	818.615	647.064
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais das operações continuadas					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	13	(828.972)	(669.933)	17.634	44.031
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	282.521	289.436
Amortização de ativos de direito de uso	14.a	6.093	4.690	260.716	242.670
Depreciações e amortizações	15; 16	11.936	2.775	653.118	595.531
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	15; 16	-	-	7.081	6.062
Juros, variações monetárias e cambiais		26.985	99.209	1.133.882	533.926
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(7.693)	(23.246)	(242.246)	(234.244)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10.b	(3.022)	4.299	430.280	538.761
Resultado na venda de bens	29	(124)	-	(184.189)	(85.455)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(3.123)	15.281
Provisão para perda em estoques	7	-	-	(826)	1.338
Provisão para benefício pós-emprego	21.b	(98)	(2.195)	(2.393)	(15.867)
Instrumento patrimonial outorgado		9.264	4.526	9.364	8.793
Provisão de descarbonização - CBIO	30	-	-	161.281	124.287
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	(30)	(119)	93.328	21.582
Demais provisões e ajustes		(1.759)	895	2.331	(1.912)
		(2.221)	33.651	3.437.374	2.731.284
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	6	-	-	(968.787)	481.984
Estoques	7	-	-	(1.626.670)	108.136
Impostos a recuperar	8	(10.538)	1.648	(672.607)	(115.316)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		428.459	212.842	1.005	4.836
Demais contas a receber		(47.215)	(51.979)	(24.360)	(18.922)
Despesas antecipadas	11	(3.864)	(3.612)	(61.573)	(70.503)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	18	10.011	14.697	2.425.821	798.180
Salários e encargos sociais	19	13.077	41.442	63.066	15.644
Obrigações tributárias	20	285	423	11.733	22.925
Benefícios pós-emprego	21.b	237	-	(2.814)	1.273
Demais contas a pagar		(1.543)	10.153	(36.357)	(16.663)
Receita diferida	24	-	-	(10.614)	(9.814)
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	6	-	-	12.008	(73.035)
Impostos a recuperar	8	15.964	-	(153.526)	(667.894)
Depósitos judiciais	23	(16)	15	(43.324)	(26.492)
Demais contas a receber		-	-	73.903	(27.738)
Despesas antecipadas	11	2.139	(3.633)	35.962	6.683
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	21.b	6.130	4.958	11.907	8.700
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	-	-	(28)	(104)
Demais contas a pagar		4.043	7.240	(17.193)	(34.721)
Aquisição de CBIO	16	-	-	(176.837)	(125.345)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	(420.261)	(356.045)
Pagamentos de contingências	23.a	-	-	(24.351)	(39.256)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(230.036)	(333.784)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais das operações continuadas		414.948	267.845	1.603.441	2.264.013
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais das operações descontinuadas		269.299	86.907	982.519	874.106
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		684.247	354.752	2.585.960	3.138.119

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	5.b	(24.285)	7.729	1.863.053	(869.748)
Aquisição de imobilizado	15	(11.760)	(13.539)	(1.028.419)	(750.618)
Aquisição de intangível	16	(197)	(9.111)	(237.488)	(154.534)
Receita com a venda de investimentos		-	-	159.657	-
Aporte de capital em controlada	13.a	(115.456)	(97.956)	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	13.b	-	-	(25.700)	(28.840)
Redução de capital em coligadas	13.c	-	-	1.500	-
Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso	14	-	-	(14.905)	-
Sociedades relacionadas	9.a	346.672	-	2.334	-
Receita com a venda de bens	29	-	-	162.837	154.725
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos das operações continuadas		194.974	(112.877)	882.869	(1.649.015)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas		-	-	(158.733)	(487.390)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos		194.974	(112.877)	724.136	(2.136.405)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	17	-	994.996	1.383.611	3.387.161
Amortização	17	(1.000.000)	-	(2.426.222)	(1.815.130)
Juros pagos	17	(102.871)	(68.788)	(733.791)	(701.458)
Pagamentos de arrendamentos					
Principal	14	(8.079)	(5.906)	(304.975)	(250.202)
Juros pagos	14	(383)	(350)	(15.267)	(5.705)
Dividendos pagos	26.h	(694.406)	(261.422)	(705.753)	(284.767)
Sociedades relacionadas	9.a	(598)	5.664	(177)	(2.548)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos das operações continuadas		(1.806.337)	664.194	(2.802.574)	327.351
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas		-	-	(552.967)	(919.684)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(1.806.337)	664.194	(3.355.541)	(592.333)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações continuadas		-	-	(4.547)	21.912
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações descontinuadas		-	-	56.553	114.822
(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa		(927.116)	906.069	6.561	546.115
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.a	948.649	42.580	2.661.494	2.115.379
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.a	21.533	948.649	2.668.055	2.661.494
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício – operações continuadas		-	-	2.280.074	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício – operações descontinuadas		-	-	387.981	-
Transações sem efeito caixa:					
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	14.a	6.500	31.245	227.977	420.070
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-	-	269.725	193.040
Fundo de reversão - previdência privada	11; 21.a	-	-	2.656	33.843
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	26.d	1.819	54.763	1.819	54.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2021	%	31/12/2020	%
		Reapresentado				Reapresentado			
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties	27	-		-		114.582.170		79.360.896	
Abatimentos, descontos e devoluções	27	-		-		(1.351.464)		(1.812.144)	
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	6	-		-		3.123		(15.281)	
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	12	-		-		(282.521)		(289.436)	
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	29; 30	1.817		1.755		280.355		149.489	
		1.817		1.755		113.231.663		77.393.524	
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-		-		(709.063)		(429.790)	
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-		-		(104.452.894)		(69.384.748)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		172.986		171.058		(2.303.642)		(1.915.894)	
Provisão para perda de valores de ativos		-		1		4.456		13.611	
		172.986		171.059		(107.461.143)		(71.716.821)	
Valor adicionado bruto		174.803		172.814		5.770.520		5.676.703	
Retenções									
Depreciações e amortizações	14.a; 15; 16	(18.029)		(7.465)		(913.834)		(838.201)	
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	15; 16	-		-		(7.081)		(6.062)	
		(18.029)		(7.465)		(920.915)		(844.263)	
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		156.774		165.349		4.849.605		4.832.440	
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	13	828.972		669.933		(17.634)		(44.031)	
Aluguéis e royalties	27	-		-		105.329		105.459	
Receitas financeiras	31	68.314		43.022		460.154		357.666	
		897.286		712.955		547.849		419.094	
Valor adicionado das operações continuadas a distribuir		1.054.060		878.304		5.397.454		5.251.534	
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		65.264		280.633		1.837.359		1.229.639	
Valor adicionado total a distribuir		1.119.324		1.158.937		7.234.813		6.481.173	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		152.159	14	134.453	12	1.363.388	19	1.202.755	19
Impostos, taxas e contribuições		15.571	1	1.374	-	2.318.422	33	2.679.943	41
Despesas financeiras e aluguéis		101.131	9	129.727	11	897.030	12	721.772	11
Dividendos		403.970	36	479.748	41	425.407	6	504.127	8
Lucros retidos		381.229	34	133.002	12	393.207	5	142.937	2
Valor adicionado das operações continuadas distribuído		1.054.060	94	878.304	76	5.397.454	75	5.251.534	81
Valor adicionado das operações descontinuadas distribuído		65.264	6	280.633	24	1.837.359	25	1.229.639	19
Valor adicionado distribuído		1.119.324	100	1.158.937	100	7.234.813	100	6.481.173	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e segmento de pagamentos digitais (“Abastece aí”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33. As atividades relacionadas a produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiteno”) e comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”) estão apresentadas como operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 3).

a. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais e municipais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Sociedade constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia.

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Sociedade e suas controladas atuaram em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira. Todas as atividades das empresas controladas pela Sociedade são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia.

A Sociedade e suas controladas adotaram com agilidade o regime de *home office* para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, as empresas praticaram diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como lives direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas.

As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades das controladas em operação, garantindo a entrega dos serviços essenciais para a população e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Permanece incerto até que ponto as informações financeiras, após 31 de dezembro de 2021, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta à crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade e de suas controladas.

Impactos operacionais

As medidas implementadas de isolamento social, restrições à movimentação de pessoas e à operação de certos negócios devido à pandemia do COVID-19 afetaram a atividade econômica no Brasil nos últimos dois anos, contudo, com o avanço da vacinação os impactos negativos foram reduzidos nos últimos meses. Não foram observados efeitos significativos nas operações da Sociedade e suas controladas no exercício de 2021.

Principais riscos e medidas associadas

Risco de crédito – as ações tomadas pela Sociedade e suas controladas ao longo de 2020 e 2021 amenizaram os impactos da pandemia sobre a condição financeira de seus clientes e, por consequência, mitigaram seus potenciais efeitos sobre as taxas de inadimplência, que se encontram em patamares inferiores aos de 2020. Os efeitos das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício em 31 de dezembro de 2021 estão divulgados nas notas explicativas nº 6 e 34.d.

Risco de realização de ativos fiscais diferidos – a Sociedade e suas controladas realizam anualmente o estudo técnico de viabilidade de realização de créditos fiscais diferidos, considerando as projeções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração (“CA”) para cada segmento de negócios e não identificaram necessidade de baixas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Riscos em instrumentos financeiros – o aumento da volatilidade nos mercados financeiros poderá impactar os resultados financeiros conforme análises de sensibilidades apresentadas na nota explicativa nº 34.

Risco de liquidez – a Sociedade e suas controladas apresentaram variações em sua posição de endividamento líquido compatíveis com os resultados e com a sazonalidade de seus negócios.

A administração da Sociedade e de suas controladas continua mantendo a disciplina no controle de custos e despesas para preservação de caixa em todos os negócios e a seletividade na alocação de capital sem comprometer o crescimento sustentável dos negócios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Esclarecimentos sobre os impactos do incidente cibernético

Conforme comunicações enviadas ao mercado em 12 de janeiro de 2021 e em 25 de janeiro de 2021, a Sociedade sofreu em 11 de janeiro de 2021 um ataque cibernético do tipo *ransomware* em seu ambiente de tecnologia da informação.

Como medida preventiva, a Sociedade interrompeu seus sistemas, afetando por um curto intervalo de tempo as operações de suas controladas. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle para sanar o ocorrido e, a partir de 14 de janeiro de 2021, os sistemas operacionais da Sociedade e de suas controladas começaram a ser gradualmente restabelecidos, com cautela e segurança, conforme ordem de prioridade e relevância de cada processo afetado. Desde 25 de janeiro de 2021, conforme comunicado ao mercado naquela data, todos os sistemas críticos de informação da Sociedade e de suas controladas encontram-se em pleno funcionamento.

A Sociedade possuía apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos, a qual foi devidamente acionada, sendo que tal sinistro se encontra em regulação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Sociedade classificou as transações referente aos contratos de compra e venda da Oxiten e Extrafarma como ativos circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. As informações comparativas das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas para efeitos da aplicação do IFRS 5 (CPC 31) conforme demonstrado na nota explicativa 3.c.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho e modalidade de frete da entrega. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. No Abastece aí, a receita de serviços prestados de pagamentos digitais é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 12).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* é apropriada ao resultado à medida em que cada obrigação de *performance* é cumprida ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para mais informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para mais informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados líquidos na demonstração do resultado nas rubricas de receitas e despesas financeiras.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 5.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o *hedge* se torna inefetivo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence ou (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para mais informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 6.a e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os financiamentos a clientes são concedidos a taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide notas explicativas nº 6.b e 34.d.3). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas subsidiadas são de 0% a.m. e 1% a.m. respectivamente. Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 7). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 12).

g. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e passivos relacionados são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez de uso contínuo. Os critérios de classificação são atendidos somente quando a venda for altamente provável, o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda.

Uma linha de negócio ou subsidiária é classificada como operação descontinuada quando ocorrer a venda de um componente da companhia que representa uma importante linha separada de negócios ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas são mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora (vide notas explicativas nº 4.b e 13.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 13 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

i. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 14). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.v).

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 35.c).

A Sociedade e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor. Nesses casos a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.o e 22), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 15).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens.

k. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 16.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *softwares*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 16, que levam em consideração sua vida útil e que são revisados anualmente.
- Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, aposentados no exercício para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e não são amortizados. Estes ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 16 itens a e e).

l. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

m. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 17.h).

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para mais informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL vide nota explicativa nº 10.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

o. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis de propriedade da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil do bem. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 22). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

p. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23).

q. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 21.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

r. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

s. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

t. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

t.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior cuja moeda funcional é diferente do Real e que possuem autonomia administrativa são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se e quando esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em ajustes acumulados de conversão em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 304.645 de ganho cambial (R\$ 231.596 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2020) e é relacionado as controladas Oxitenó que em 31 de dezembro de 2021 foram classificadas como ativos e passivos mantidos para venda. Vide notas explicativas nº 3 e nº 26.g.2.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. ⁽ⁱ⁾	Dólar norte-americano	Uruguai

⁽ⁱ⁾ A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

t.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 2.309 (ganho de R\$ 15.126 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado).

u. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

u.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.h, 2.t.l, 4 e 13.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.h, 13.a e 13.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.h e 13.c) e determinação sobre ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 3).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.m, 5, 17 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 6 e 34.d.3), determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2.e e 7), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.n e 10.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.j e 15), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.k e 16.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.o e 22), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.p e 23), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.q e 21.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

v. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente. Se houver alguma indicação de desvalorização a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa, “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade atualizou o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos realizado em 30 de junho de 2021 para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) para o montante de R\$ 427.529 e efeitos de IRPJ e CSLL diferidos de R\$ 145.360, resultando numa perda líquida de R\$ 282.169. Vide nota explicativa nº 3.a.

w. Combinação de negócios

Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve combinação de negócios.

x. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias abertas, conforme Lei 11.638/07, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

y. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates nas atividades de investimentos.

z. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

Não existem normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que não tenham sido adotadas pela Sociedade.

Com o intuito de estar preparada para a transição das IBORs, a Sociedade está monitorando os pronunciamentos das autoridades, bem como as medidas que vem sendo adotadas, visando à adaptação dos instrumentos financeiros aos novos *benchmarks*. Em junho de 2017, a Sociedade, através da controlada IPP, contratou um financiamento com vencimento em junho de 2022, com o valor nominal atual de USD 50 milhões atrelado a LIBOR, com fluxos de juros trimestrais e amortização de principal ao final da operação. No momento da captação da dívida, foi fechada com a mesma instituição financeira uma operação de *swap* de valor nominal e fluxo de caixa idêntico ao da captação, através do qual a IPP ficou ativa em LIBOR, a uma taxa de juros equivalente à taxa da dívida e passiva em reais pós-fixados (vide notas explicativas nº 17 c.1, nº 17.d e nº 34.g), sendo estas as únicas operações atreladas a LIBOR. Tendo em vista o vencimento no curto prazo tanto da dívida quanto do *swap* e o fato de ambos possuírem o mesmo fluxo de caixa e instituição financeira, a Sociedade entende que atualmente não existem impactos da alteração da LIBOR em suas operações.

aa. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo CA da Sociedade em 23 de fevereiro de 2022.

3. Ativos e passivos de controladas mantidas para venda e operações descontinuadas

Os desinvestimentos da Oxiten e da Extrafarma estão alinhados à revisão de portfólio da Ultrapar. Com negócios mais complementares e sinérgicos, a Ultrapar conclui a fase de racionalização do seu portfólio e irá concentrar seus esforços em desenvolver oportunidades de investimentos nas verticais de energia e infraestrutura, com foco crescente na transição energética, alavancada pelo seu portfólio e *expertise*. Neste contexto, a Sociedade anunciou as assinaturas dos contratos descritos abaixo e, em 31 de dezembro de 2021, considerando as evoluções e andamento dos processos de venda, classificou essas transações como ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas.

a. Contrato de compra e venda de ações da Extrafarma e outras avenças

Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma detidas pela controlada IPP para a Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos”). O valor total da venda é de R\$ 700 milhões, sujeito a ajustes em razão principalmente das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Extrafarma na data de fechamento da transação.

O pagamento da transação será em três parcelas: 50% na data de fechamento e 25% em cada aniversário de um e dois anos do fechamento, atualizados monetariamente pela taxa CDI + 0,5% a.a., com fiança prestada por acionista da Pague Menos como garantia para as duas últimas parcelas. A consumação da transação está sujeita a determinadas condições usuais em negócios desta natureza, incluindo aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras e pela assembleia geral de acionistas da Pague Menos, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A. já realizada pela empresa compradora. Foi concedido, ainda, direito de preferência aos acionistas da Sociedade que desejassem adquirir ações da Extrafarma, na proporção das respectivas participações no capital social da Sociedade e pelo mesmo preço por ação a ser pago pela Pague Menos, nos termos do artigo 253 da Lei das S.A. Os acionistas da Sociedade que exerceram tal direito passarão a ser acionistas também da Extrafarma após o fechamento da transação. A Sociedade realizou assembleia geral de acionistas em 25 de junho de 2021 na qual foi formalizado o oferecimento do referido direito de preferência, com o detalhamento do procedimento para o seu eventual exercício. O prazo para exercício foi finalizado em 29 de julho de 2021 e o total exercido foi inferior a 1% do capital da Sociedade.

Em 11 de fevereiro de 2022 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) disponibilizou despacho declarando complexo o Ato de Concentração nº. 08700.005053/2021-74 referente à aquisição da Extrafarma pela Pague Menos. Esta declaração de complexidade é uma etapa regular dentro do rito ordinário para atos de concentração cuja análise pelo CADE necessita de aprofundamento. As companhias seguem trabalhando junto ao CADE de forma transparente para fornecer todos os esclarecimentos que se façam necessários.

A Extrafarma e a Pague Menos manterão o curso normal de seus negócios de maneira independente até o fechamento da transação.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade realizou em 31 de dezembro de 2021 o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos “*impairment*” levando-se em consideração o valor da transação e reconheceu uma redução no valor dos ativos da controlada no montante de R\$ 282.169, líquido de efeitos de IRPJ e CSSL diferidos, conforme alocação abaixo:

	Valor
Ágio	68.273
Mais valia residual do imobilizado	160
Intangíveis decorrentes da combinação de negócios	76.136
Imobilizado	60.548
Ativos de direito de uso	38.957
Tributos a recuperar	183.455
Total da provisão para redução ao valor recuperável de ativos	427.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(145.360)
Redução líquida	282.169

b. Contrato de compra e venda de ações da Oxiten S.A.

Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato de venda de sua participação na Oxiten S.A – Indústria e Comércio (“Oxiten S.A.”) para o grupo Indorama Ventures PLC (“Indorama”). O valor total da venda foi de US\$ 1.300 milhões, dos quais US\$ 1.150 milhões serão pagos no fechamento da transação, sujeito a ajustes usuais, como variações de capital de giro e da posição da dívida líquida, e US\$ 150 milhões serão pagos no segundo aniversário após o fechamento. A Oxiten S.A. é controlada pela Sociedade, que detém participação de 100% na Companhia.

Foi oferecido aos acionistas da Companhia, nos termos e para os fins do artigo 253, incisos I e II, da Lei das S.A., prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência para subscrição de novas ações emitidas pela Oxiten e para a aquisição de ações alienadas pela Ultrapar. Nenhum acionista exerceu referido direito.

A Oxiten S.A. manterá o curso normal de seus negócios de maneira independente até o fechamento da transação. A transação está sujeita à aprovação prévia das autoridades concorrenciais de Brasil, Estados Unidos, México e Colômbia, além do cumprimento de outras condições precedentes ao negócio, conforme constam do contrato de venda. No dia 28 de setembro de 2021 a transação foi aprovada pela Superintendencia de Industria y Comercio da Colômbia, no dia 15 de outubro de 2021 pelo Federal Trade Commission - EUA (“FTC”) e no dia 13 de janeiro de 2022 pela Comisión Federal de Competencia Económica do México (“COFECE”), todas sem restrições. Permanece pendente a aprovação no Brasil por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Divulgação dos impactos do IFRS 5 (CPC 31) – Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os quadros de ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2021 e 2020, quando aplicável. As eliminações referem-se às transações entre companhias, substancialmente representadas por transações de compra e venda, efeitos no resultado de dívidas estrangeiras contemplando os instrumentos de proteção, investimentos em coligadas que não fazem parte da transação de venda, entre outros.

c.1 As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Ativo	Oxiten	Extrafarma	Eliminações	Total
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	334.882	53.099	-	387.981
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	1.346.552	-	-	1.346.552
Contas a receber de clientes	993.960	35.743	-	1.029.703
Estoques	1.671.662	578.206	-	2.249.868
Tributos a recuperar	634.718	62.053	-	696.771
Outros ativos	51.829	26.145	(5.035)	72.939
Total do ativo circulante	5.033.603	755.246	(5.035)	5.783.814
Não circulante				
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	492.430	-	-	492.430
Sociedades relacionadas	-	1.674	(1.674)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	541.756	200.194	-	741.950
Tributos a recuperar	393.723	17.938	-	411.661
Outros ativos	10.538	4.136	-	14.674
	1.438.447	223.942	(1.674)	1.660.715
Investimentos	36.207	5.000	(22.047)	19.160
Ativos de direito de uso, líquido	31.871	318.183	-	350.054
Imobilizado, líquido	2.787.241	154.663	-	2.941.904
Intangível, líquido	160.141	85.129	-	245.270
Total do ativo não circulante	4.453.907	786.917	(23.721)	5.217.103
Total do ativo mantido para venda	9.487.510	1.542.163	(28.756)	11.000.917

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivo	Oxiten	Extrafarma	Eliminações	Total
Circulante				
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	302.154	-	(62.841)	239.313
Fornecedores	493.800	225.487	(1.949)	717.338
Fornecedores convênio	725.246	-	-	725.246
Salários e encargos	176.941	45.843	-	222.784
Obrigações tributárias	53.988	15.696	-	69.684
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.415	-	-	12.415
Benefícios pós-emprego	3.311	-	-	3.311
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.946	520	-	3.466
Arrendamentos a pagar	11.702	64.312	-	76.014
Outros passivos	68.721	13.249	(13.264)	68.706
Total do passivo circulante	1.851.224	365.107	(78.054)	2.138.277
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	5.728.028	-	(5.725.594)	2.434
Sociedades relacionadas	2.875	-	(2.875)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.964	-	-	12.964
Benefícios pós-emprego	6.806	287	-	7.093
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	33.149	2.370	-	35.519
Arrendamentos a pagar	22.786	314.915	-	337.701
Outros passivos	5.341	2.092	-	7.433
Total do passivo não circulante	5.811.949	319.664	(5.728.469)	403.144
Total do patrimônio líquido	1.824.337	857.392	(2.681.729)	-
Total do passivo mantido para venda e do patrimônio líquido	9.487.510	1.542.163	(8.488.252)	2.541.421

c.2 Os resultados do exercício e os fluxos de caixa das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Oxiten	Extrafarma	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas e serviços	7.102.771	1.986.932	(23.908)	9.065.795
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.540.773)	(1.384.316)	23.908	(6.901.181)
Lucro bruto	1.561.998	602.616	-	2.164.614
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas, comerciais e administrativas	(978.221)	(685.794)	-	(1.664.015)
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	-	(427.529)	-	(427.529)
Outros resultados operacionais, líquidos	26.924	(1.109)	-	25.815
Lucro (prejuízo) operacional	610.701	(511.816)	-	98.885
Equivalência patrimonial	48	-	-	48
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	610.749	(511.816)	-	98.933
Resultado financeiro líquido	(431.441)	(45.265)	329.736	(146.970)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	179.308	(557.081)	329.736	(48.037)
Imposto de renda e contribuição social	69.995	155.416	(112.110)	113.301
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	249.303	(401.665)	217.626	65.264
Depreciação e amortização do exercício (i)	308.564	154.850	-	463.414

⁽ⁱ⁾ Saldos incluídos para composição completa de informações por segmento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Oxiten	Extrafarma	Eliminações	Total
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	1.016.580	(33.273)	(788)	982.519
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(122.363)	(35.072)	(1.298)	(158.733)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.054.930)	35.286	466.677	(552.967)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	56.553	-	-	56.553
(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(104.160)	(33.059)	464.591	327.372

c.2.1 Na controladora, os resultados de equivalência patrimonial de Oxiten e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como operações descontinuadas no montante total de R\$ 65.264 na demonstração do resultado do exercício de 2021, conforme nota explicativa nº 3.c.2 e 13.a.

c.3 Os resultados consolidados do exercício e os fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020 que foram reapresentados estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020 Divulgado	Oxiten	Operações descontinuadas Extrafarma	Eliminações	Total	31/12/2020 Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	81.241.102	5.210.704	1.988.411	(16.069)	7.183.046	74.058.056
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(75.628.214)	(4.188.711)	(1.399.125)	16.069	(5.571.767)	(70.056.447)
Lucro bruto	5.612.888	1.021.993	589.286	-	1.611.279	4.001.609
Receitas (despesas) operacionais						
Com vendas, comerciais e administrativas	(4.098.377)	(831.056)	(662.182)	-	(1.493.238)	(2.605.139)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	297.544	153.457	(5.403)	-	148.054	149.490
Lucro (prejuízo) operacional	1.812.055	344.394	(78.299)	-	266.095	1.545.960
Equivalência patrimonial	(43.617)	414	-	-	414	(44.031)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	1.768.438	344.808	(78.299)	-	266.509	1.501.929
Resultado financeiro líquido	(269.374)	1.482	(38.938)	318.430	280.974	(550.348)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.499.064	346.290	(117.237)	318.430	547.483	951.581
Imposto de renda e contribuição social	(571.367)	(118.132)	(40.453)	(108.265)	(266.850)	(304.517)
Resultado líquido das operações em continuidade	-	-	-	-	-	647.064
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	-	-	280.633	280.633
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	927.697	228.158	(157.690)	210.165	280.633	927.697
Depreciação e amortização do exercício ⁽ⁱ⁾	1.556.599	275.063	153.899	-	428.962	1.127.637

⁽ⁱ⁾ Saldos incluídos para composição completa de informações por segmento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2020 Divulgado (A)	Oxitenó	Operações descontinúadas Extrafarma Eliminações		Total (B)	31/12/2020 Reapresentado (A-B)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.138.119	765.090	111.396	(2.380)	874.106	2.264.013
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(2.136.405)	(159.349)	(6.484)	(321.557)	(487.390)	(1.649.015)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(592.333)	(1.236.490)	11.272	305.534	(919.684)	327.351
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	136.734	114.822	-	-	114.822	21.912
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	546.115	(515.927)	116.184	(18.403)	(418.146)	964.261

c.3.1 Na controladora, os resultados de equivalência patrimonial de Oxitenó e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reapresentados como operações descontinúadas no montante total de R\$ 280.633 na demonstração do resultado do exercício de 2020, conforme nota explicativa nº 3.c.3 e 13.a.

4 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma Companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/12/2021		31/12/2020	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A. ⁽²⁾	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ⁽³⁾	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
UVC Investimentos Ltda ⁽⁴⁾	Brasil	Outros	-	99	-	99
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias ⁽⁵⁾	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio ⁽⁶⁾	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Ultracargo Logística S.A. ⁽⁷⁾	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior ⁽⁸⁾	Brasil	Outros	100	-	100	-
Eai Clube Automobilista S.A. ⁽⁹⁾	Brasil	Abastece aí	100	-	100	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

- ⁽¹⁾ Empresa não operacional em fase de extinção.
- ⁽²⁾ Em outubro de 2020 houve alteração na participação do capital da empresa Utingás que passou a ser controlada pela Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”).
- ⁽³⁾ Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma para a Pague Menos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade reclassificou os saldos da controlada para “ativos e passivos mantidos para venda”. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 3.c.1.
- ⁽⁴⁾ Companhia constituída em janeiro de 2020 com o objetivo de prestar serviços de avaliação, gestão empresarial e assessoria financeira à UVC – Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior (“UVC – Fundo de investimento”). Em setembro de 2020 a razão social da Companhia foi alterada para UVC Investimentos Ltda (“UVC Investimentos”).
- ⁽⁵⁾ Em maio de 2020 houve alteração na participação do capital da empresa Millennium a qual passou a ser controlada direta da Sociedade.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (6) Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda de sua participação na Oxiten S.A. para Indorama. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reclassificou os saldos da controlada Oxiten e de suas controladas para “ativos e passivos mantidos para venda”. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 3.c.1.
- (7) Em abril de 2021 a razão social da controlada Terminal Químico de Aratu S.A - Tequimar foi alterada para Ultracargo Logística S.A. (“Ultracargo Logística”).
- (8) Fundo constituído em janeiro de 2020, o UVC tem como objetivo rentabilizar os recursos de seus cotistas através do investimento em empresas promissoras em segmentos de negócios que sejam complementares aos negócios da Sociedade, com benefícios adicionais como o mapeamento de *startups* e novas tecnologias.
- (9) Companhia criada em julho de 2020, voltada a pagamentos digitais e varejo eletrônico, unindo o aplicativo “Abastece aí” e o programa de fidelidade “Km de Vantagens”.

5 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 4.463.473 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.672.160 em 31 de dezembro de 2020) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	2.554	9.419	317.907	285.306
Em moeda estrangeira	-	-	16.640	119.775
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	18.979	939.230	1.943.164	2.241.852
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	2.363	14.561
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.533</u>	<u>948.649</u>	<u>2.280.074</u>	<u>2.661.494</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	142.065	88.100	1.607.608	3.749.852
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	103.239	1.278.940
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	472.552	981.874
Total de aplicações financeiras	142.065	88.100	2.183.399	6.010.666
Circulante	142.065	88.100	1.804.122	5.033.258
Não circulante	-	-	379.277	977.408

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.i).

6 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	3.805.756	3.443.641
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	57	151
Clientes estrangeiros	3.137	326.442
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	4.400	2.984
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(374.355)	(382.096)
	3.438.995	3.391.122
Circulante	3.375.246	3.318.927
Não circulante	63.749	72.195

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2021	3.813.350	3.131.528	90.024	33.255	24.804	23.903	509.836
31/12/2020	3.773.218	2.963.163	124.606	27.970	21.389	47.169	588.921

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2021	374.355	21.962	1.595	3.049	2.761	14.926	330.062
31/12/2020	382.096	21.219	2.154	1.751	2.233	13.378	341.361

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	404.886
Adições	194.220
Reversões	(203.994)
Baixas	(13.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	382.096
Adições	177.872
Reversões	(150.160)
Baixas	(18.646)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(16.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.355

Para mais informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.183.312	1.165.395
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(185.278)	(197.011)
	<u>998.034</u>	<u>968.384</u>
Circulante	582.562	549.129
Não circulante	415.472	419.255

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2021	1.183.312	770.008	19.260	24.290	14.373	26.685	328.696
31/12/2020	1.165.395	787.904	10.230	15.237	21.200	28.989	301.835

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2021	185.278	1.514	6.410	8.697	6.255	9.892	152.510
31/12/2020	197.011	22.872	785	1.812	2.397	14.684	154.461

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	156.006
Adições	74.745
Reversões	(29.791)
Baixas	(3.949)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	197.011
Adições	65.536
Reversões	(68.982)
Baixas	(8.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	185.278

Para mais informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.042.932	(4.871)	3.038.061	1.682.841	(5.344)	1.677.497
Produtos acabados	-	-	-	646.180	(22.281)	623.899
Produtos em elaboração	-	-	-	1.450	-	1.450
Matérias-primas	293.242	-	293.242	568.185	(1.827)	566.358
Gás liquefeito de petróleo - GLP	151.831	(5.761)	146.070	110.767	(5.761)	105.006
Materiais de consumo e outros itens para revenda	117.150	(1.875)	115.275	129.559	(2.598)	126.961
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	-	-	-	521.689	(2.611)	519.078
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	302.456	(464)	301.992	198.986	(464)	198.522
Imóveis para revenda	24.239	(107)	24.132	27.532	(107)	27.425
	<u>3.931.850</u>	<u>(13.078)</u>	<u>3.918.772</u>	<u>3.887.189</u>	<u>(40.993)</u>	<u>3.846.196</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.724
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.245
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(1.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.993
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	5.974
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(5.184)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(28.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.078

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de realização	8.269	17.488
Obsolescência e outras perdas	4.809	23.505
Total	<u>13.078</u>	<u>40.993</u>

8 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS (a.1)	893.206	1.129.325
PIS e COFINS (a.2) (a.3)	1.177.513	1.297.029
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	179	35.600
Outros	37.127	57.704
Total	2.108.025	2.519.658
Circulante	1.061.227	1.044.850
Não circulante	1.046.798	1.474.808

a.1 O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) As controladas Oxiteno S.A., Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA") e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") possuíam créditos no montante de R\$ 195.037 em 31 de dezembro de 2020 uma vez que realizaram preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 299.727 foi reclassificado para ativos mantidos para venda.
- (ii) As controladas IPP, Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana"), Cia. Ultragaz, AMPM e Iconic Lubrificantes S.A. ("Iconic") possuem créditos no montante de R\$ 893.206 (R\$ 754.882 em 31 de dezembro de 2020) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")), no caso das controladas IPP, Bahiana e Cia. Ultragaz e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada pela controlada IPP.
- (iii) A controlada Extrafarma possuía créditos no montante de R\$ 179.405 em 31 de dezembro de 2020, oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste, bem como das restituições da parcela do ICMS-ST pago a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 19.015, líquido da provisão para redução ao valor recuperável de ativos, foi reclassificado para ativos mantidos para venda.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas próprias operações tributadas, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo médio de até 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

Até 1 ano	388.041
De 1 ano a 2 anos	212.742
De 2 anos a 3 anos	210.065
De 3 anos a 5 anos	<u>82.358</u>
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	<u>893.206</u>

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R\$ 48.502 (R\$ 52.338 em 31 de dezembro de 2020), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas.

a.2 O PIS e COFINS a recuperar está substancialmente relacionado a:

- (i) O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R\$ 607.373 (R\$ 651.051 em 31 de dezembro de 2020), cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRF") em um prazo estimado pela administração de até 2 anos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 93.108 foi reclassificado para ativos mantidos para venda, conforme nota explicativa nº 3.a.
- (ii) As controladas IPP, Tropical Transportes Ipiranga Ltda ("Tropical"), AMPM, Iconic e Ultragaz possuem créditos no montante de R\$ 570.140 (R\$ 645.978 em 31 de dezembro de 2020) oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (vide item a.3 abaixo). A administração estima a realização destes créditos no prazo de até 3 anos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 275.813 foi reclassificado para ativos mantidos para venda, conforme nota explicativa nº 3.c.1.

O saldo credor de PIS e COFINS é realizado por meio da quitação de débitos próprios em meses subsequentes ou com outros débitos administrados pela Receita Federal e previdência social para casos que a legislação permite.

A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

Até 1 ano	635.880
De 1 ano a 2 anos	523.558
De 2 anos a 3 anos	<u>18.075</u>
Total do PIS e da COFINS a recuperar	<u>1.177.513</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.3 Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente exercício de 2021, o montante de R\$ 569.212, sendo R\$ 279.598 de principal e R\$ 289.614 de atualização monetária (R\$ 154.225, sendo R\$ 66.415 de principal e R\$ 87.810 de atualização monetária até 2020 - reapresentado). Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 598.216 foi reclassificado para resultado de operação descontinuada.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referente a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito (vide nota explicativa nº 10.e), sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL	<u>79.982</u>	<u>87.359</u>	<u>447.191</u>	<u>627.285</u>
Circulante	56.499	47.913	291.833	366.080
Não circulante	23.483	39.446	155.358	261.205

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	Ativo		Passivo		
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	Resultado Financeiro
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	406.787 ⁽¹⁾	71.585	-	1.085	21.954 ⁽¹⁾
Cia Ultragaz S.A.	-	11.060	-	6.799	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	7.025	4.674	404	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	3.787	-	2	-
Ultracargo Logística S.A.	-	2.798	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	200	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	21	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	146	-	-	-
Iconic Lubrificantes S/A	-	11	-	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	293	-	322	-
Outros	-	-	-	1	-
Total em 31 de dezembro de 2021	406.787	96.926	4.674	8.613	21.954

	Ativo		Passivo		
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	Resultado Financeiro
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	753.459 ⁽²⁾	15.545	-	-	23.812 ⁽²⁾
Cia Ultragaz S.A.	-	10.147	-	8.469	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	9.635	-	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	3.785	5.272	142	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	4.476	-	548	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	-	3.700	-	-	-
Ultracargo Logística S.A.	-	1.695	-	277	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	831	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	69	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	-	-	35	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	13	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	753.459	49.896	5.272	9.471	23.812

⁽¹⁾ Em março de 2021 a controlada IPP efetuou a sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2024 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar.

⁽²⁾ Em março de 2016 a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar. As debêntures foram liquidadas na data do vencimento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. ⁽¹⁾	-	2.875
Outros ⁽¹⁾	490	659
Total em 31 de dezembro de 2021	490	3.534

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. ⁽¹⁾	-	2.875
Routeasy Serviços de Assessoria Logística Ltda ⁽²⁾	2.334	-
Outros ⁽¹⁾	490	836
Total em 31 de dezembro de 2020	2.824	3.711

⁽¹⁾ Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

⁽²⁾ O mútuo contratado possui prazo de 36 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, sendo remunerado pelo DI acrescido de 3% a.a.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais			
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	90.761	-	619.785
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	57	-	1.402	-
Chevron (Thailand) Limited	204	-	675	1.072
Chevron Lubricants Lanka PLC	-	-	164	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	319	-	786	-
Chevron Marine Products	3.663	-	24.583	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	53.378	78	150.878
Chevron Products Company	-	158.557	-	789.452
Chevron Belgium NV	-	821	-	7.520
Chevron Petroleum CO Colombia	214	-	392	-
Total em 31 de dezembro de 2021	4.457	303.517	28.080	1.568.707

	Operações comerciais						
	Contas a receber	Direito de uso de ativos ⁽¹⁾	Fornecedores	Arrendamentos a pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	1.772	-	471	19.077	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	65.215	-	-	314.587	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	151	-	104	-	3.062	154	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	8.635	-	8.044	-	-	1.613
Chevron (Thailand) Limited	166	-	6	-	-	759	-
Chevron Brasil Oleos Basicos LTDA	-	-	6	-	-	-	-
Chevron Latin America Marketing LLC	118	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	3	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	823	-	-	-	-	-	-
Chevron Marine Products	1.873	-	-	-	-	-	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	-	37.482	-	-	108.198	-
Chevron Products Company	-	-	87.754	-	-	247.578	-
Chevron Belgium NV	-	-	785	-	-	6.707	-
Chevron Petroleum CO Colombia	1	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	3.135	8.635	193.124	8.044	3.533	697.060	1.613

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “direito de uso de ativos” e “arrendamentos a pagar”, respectivamente.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(a) Referem-se em 31 de dezembro de 2020 a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. As operações da ConectCar referem-se a serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 17.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e benefícios como plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, por meio de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Mais detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 9.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 21.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração de curto prazo	47.003	47.936
Remuneração em ações	15.778	4.786
Benefício pós-emprego	2.737	2.866
Cessação do executivo do cargo	<u>5.637</u>	<u>-</u>
Total	<u>71.155</u>	<u>55.588</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota desde 2003 um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do CA da Ultrapar não são elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	133.332	2022 a 2023	32,72	9.025	(8.440)	585
10 de dezembro de 2014	-	2021	25,32	19.557	(19.557)	-
5 de março de 2014	-	2021	26,08	5.999	(5.999)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	133.332			34.581	(33.996)	585

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a amortização de R\$ 1.902 (reversão de R\$ 64 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.224.524
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(200.000)
Ações transferidas aos administradores	(322.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	702.260
Ações transferidas aos administradores	(448.930)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(119.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	133.332

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas	Prazo para transferência da sua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	9.293	(9.293)	-
Restritas	8 de novembro de 2017	4.596	2022	38,19	1.018	(994)	24
Restritas	4 de abril de 2018	31.220	2022 a 2023	34,35	3.013	(2.902)	111
Performance	4 de abril de 2018	5.550	2022 a 2023	34,35	356	(267)	89
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	1.020	(1.020)	-
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	3.170	(1.250)	1.920
Restritas	3 de abril de 2019	176.814	2022 a 2024	23,25	7.004	(5.479)	1.525
Performance	3 de abril de 2019	83.412	2022 a 2024	23,25	3.587	(2.212)	1.375
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	9.965	(3.875)	6.090
Restritas	1 de abril de 2020	290.082	2023 a 2025	12,53	5.668	(3.135)	2.533
Performance	1 de abril de 2020	238.188	2023 a 2025	12,53	5.494	(2.960)	2.534
Restritas	16 de setembro de 2020	700.000	2026	23,03	13.259	(5.847)	7.412
Restritas	7 de abril de 2021	522.716	2024	20,85	17.985	(5.141)	12.844
Performance	7 de abril de 2021	522.716	2024	20,85	17.985	(5.141)	12.844
Restritas	22 de setembro de 2021	1.000.000	2027	14,17	19.547	(1.087)	18.460
		<u>4.415.294</u>			<u>118.364</u>	<u>(50.603)</u>	<u>67.761</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 24.067 em relação ao Plano (R\$ 10.440 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado).

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.738.660
Ações outorgadas em 1 de abril de 2020	877.788
Ações outorgadas em 16 de setembro de 2020	700.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(353.294)
Cancelamento de ações de performance	(52.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.910.162
Ações outorgadas em 7 de abril de 2021	1.386.504
Ações outorgadas em 22 de setembro de 2021	1.000.000
Ações de performance ⁽ⁱ⁾	(133.326)
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(133.186)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(614.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.415.294

⁽ⁱ⁾ Refere-se a reversão de provisão constituída tendo em vista a significativa probabilidade de os indicadores de performance não serem atingidos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	57.924	75.231
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	188.236	138.516
Provisão para benefícios pós-emprego	760	1.078	73.335	96.108
Provisão para diferenças caixa vs. competência ⁽ⁱ⁾	-	-	24.754	606.054
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	4.825	5.161
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	18.699	75.515
Provisão para retirada de tanques	-	-	16.991	15.728
Provisão para fornecedores	6.354	4.284	39.364	49.501
Provisão para participação nos lucros e bônus	9.541	9.445	44.876	56.873
Operações de arrendamento mercantil	1.264	976	41.463	41.932
Variação do valor justo do bônus de subscrição	10.957	22.833	10.957	22.833
Provisão sobre receita diferida	-	-	15.643	25.770
Demais provisões	85	95	2.769	14.917
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (10.d)	43.441	26.730	148.345	363.862
Total	72.402	65.441	688.181	1.588.001
Compensações de saldos passivos	-	(448)	(116.426)	(613.290)
Saldos líquidos apresentados no ativo	72.402	64.993	571.755	974.711
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	408	1.776
Operações de arrendamento mercantil	-	-	138	1.895
Provisão para diferenças caixa vs. competência ⁽ⁱ⁾	-	448	19.664	402.780
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	28.676	92.242
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	66.079	111.832
Demais provisões	-	-	1.743	15.497
Total	-	448	116.708	626.022
Compensações de saldos ativos	-	(448)	(116.426)	(613.290)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	282	12.732

⁽ⁱ⁾ Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges*).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	64.993	41.613	961.979	646.163
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	7.693	23.246	242.246	234.244
IRPJ e CSLL diferidos de controladas classificadas como operações descontinuadas	-	-	110.821	(146.305)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(284)	(80)	(11.366)	210.034
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	(728.986)	-
Outros	-	214	(3.221)	17.843
Saldo final	<u>72.402</u>	<u>64.993</u>	<u>571.473</u>	<u>961.979</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	59.516	324.216
De 1 a 2 anos	1.666	41.760
De 2 a 3 anos	1.628	42.853
De 3 a 5 anos	3.143	128.144
De 5 a 7 anos	2.698	69.569
De 7 a 10 anos	3.751	81.639
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>72.402</u>	<u>688.181</u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. Os saldos da Sociedade e de suas controladas de R\$ 688.181 e da controladora de R\$ 72.402 foram suportados por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado (i)	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado (i)
Lucro antes da tributação	774.484	593.803	1.006.648	951.581
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(263.325)	(201.893)	(342.260)	(323.538)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (ii)	(12.376)	(7.013)	(45.569)	(33.420)
Receitas não tributáveis (iii)	-	-	2.571	2.757
Atualização monetária (SELIC) sobre repetição de indêbitos tributários (iv)	3.544	-	136.060	-
Ajuste do lucro presumido (v)	-	-	3.901	8.850
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (vi)	-	-	(5.285)	(3.166)
Resultado de equivalência patrimonial	281.851	227.776	(5.995)	(14.972)
Demais ajustes	1.021	77	21.414	12.911
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	10.715	18.947	(235.163)	(350.578)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	47.129	46.061
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	10.715	18.947	(188.034)	(304.517)
Corrente	3.022	(4.299)	(430.280)	(538.761)
Diferido	7.693	23.246	242.246	234.244
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	(1,4)	(3,2)	18,7	32,0

- (i) Para mais informações sobre a reapresentação, vide nota explicativa nº 3.c.1.
- (ii) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (iii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iv) Trata-se de valores relativos a não tributação do IRPJ/CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito de ações judiciais tributárias (vide nota explicativa nº 10.e).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (v) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (vi) Vide nota explicativa nº 10.d.

c. Incentivos fiscais – SUDENE

Por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, nos termos do programa de desenvolvimento da região operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), as seguintes controladas, em observância à legislação em vigor, gozam do benefício de redução do IRPJ:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Ultracargo Logística S.A.	Terminal de Suape ⁽¹⁾	75	2030
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui ⁽²⁾	75	2030

⁽¹⁾ Em 18 de agosto de 2021, foi expedido pela SUDENE o laudo reconhecendo a renovação do benefício, o qual foi homologado pela SRF em 05 de outubro de 2021, sendo o respectivo benefício retroativo a 01 de janeiro de 2021. O laudo reconhecendo a renovação do benefício para fruição vai até 31 de dezembro de 2030.

⁽²⁾ Em 22 de dezembro de 2021, foi expedido pela SUDENE o laudo reconhecendo a renovação do benefício para fruição até 31 de dezembro de 2030. Referido pedido foi protocolado junto à Receita Federal e homologado em janeiro de 2022, retroagindo a 01 de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o benefício de redução do IRPJ, concedido pelos pleitos em vigência para as controladas Oxiteno S.A., Oleoquímica e EMCA, foram reclassificados para ativos mantidos para venda, vide nota explicativa nº 3.c.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade e algumas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Oil Trading	53.839	-
Ultrapar ⁽ⁱ⁾	43.441	27.736
Abastece aí	41.065	7.362
Tequimar Vila do Conde	9.861	489
Ultracargo	139	107
Oxiten S/A ⁽ⁱⁱ⁾	-	205.604
Ipiranga	-	44.537
Iconic	-	5.691
Extrafarma ⁽ⁱⁱ⁾	-	72.318
UVC Investimentos	-	18
	<u>148.345</u>	<u>363.862</u>

⁽ⁱ⁾ Considera o valor de tributos diferidos constituídos sobre o prejuízo fiscal da controlada Ultrapar International, em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 8.510 (R\$ 7.659 em 31 de dezembro de 2020).

⁽ⁱⁱ⁾ Em 31 de dezembro de 2021, os montantes de R\$ 247.912 e R\$ 72.318, referentes aos saldos constituídos sobre diferidos relativos a prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL para as controladas Oxiten S.A. e Extrafarma, respectivamente, foram reclassificados para ativos mantidos para venda.

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Extrafarma	312.521	294.400
Integra Frotas	11.769	7.802
Millennium	3.174	640
	<u>327.464</u>	<u>302.842</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Não incidência de IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic dos débitos tributários recebidos da União

A Sociedade e suas controladas possuem processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária (SELIC) sobre créditos fiscais. Em 27 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à atualização monetária (SELIC) recebidos pelos contribuintes na repetição de débitos tributários. A Sociedade e suas controladas reconheceram R\$ 106.667 referente a esse tema. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 74.243 relativo às controladas Extrafarma, Oxiten S.A., Oleoquímica e EMCA, foi reclassificado para ativos mantidos para venda.

11 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aluguéis	-	-	54.327	30.400
Propaganda e publicidade	-	-	28.410	17.752
Plano de outorga de ações, líquido	1.828	2.970	4.399	9.900
Prêmios de seguros	3.351	971	26.917	58.675
Manutenção de software	3.522	3.105	19.863	24.233
Benefícios a funcionários	595	526	8.362	8.924
IPVA e IPTU	-	-	1.553	2.632
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 21.a)	-	-	19.831	36.068
Demais despesas antecipadas	-	-	5.730	14.045
	9.296	7.572	169.392	202.629
Circulante	7.548	3.684	98.024	132.122
Não circulante	1.748	3.888	71.368	70.507

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato, sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021 os contratos possuíam prazo médio ponderado de amortização de cinco anos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.465.989
Adições	549.085
Amortizações	(289.436)
Transferências	(19.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.706.331
Adições	689.986
Amortizações	(282.521)
Transferências	(34.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.079.226
Circulante	555.052
Não circulante	1.524.174

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Investimentos

Abaixo estão demonstradas as conciliações das posições do resultado de equivalência patrimonial:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Sociedades controladas	13.a	828.150	691.721	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	13.b	822	(21.788)	(18.068)	(45.812)
Sociedades coligadas	13.c	-	-	434	1.781
		<u>828.972</u>	<u>669.933</u>	<u>(17.634)</u>	<u>(44.031)</u>

⁽ⁱ⁾ Vide nota explicativa nº 3.c.3

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/12/2021						Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas						
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda. (**)	Eaí Clube Automobilista S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	224.467.228.244	49.995	150	16.990.008	160.000.000	5.078.888
Ativo	1.477.660	22.477.725	7.807.523	36.518	14.180	154.263	452.681
Passivo	2.771	14.958.089	7.821.722	27	4.852	75.367	438.981
Patrimônio líquido	1.474.889	7.519.636	(14.199)	36.491	9.328	78.896	13.700
Receita líquida de vendas e serviços	-	95.424.365	-	-	36.734	84.733	2.092.786
Lucro (prejuízo) líquido	180.742	513.253	19.501	(3.433)	(3.850)	(62.088)	2.477
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100	33

^(**) Saldos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas informações de 30 de novembro de 2021.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2020								Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas							
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Eaí Clube Automobilista S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	150	15.194.789	80.000.000	5.078.888
Ativo	1.423.217	8.142.503	20.612.986	7.239.492	4.385	14.902	85.858	462.990
Passivo	2.861	6.435.367	13.288.033	7.273.193	27	5.314	22.072	469.300
Patrimônio líquido	1.420.356	1.707.136 (*)	7.324.953 (*)	(33.701)	4.358	9.588	63.786	(6.310)
Receita líquida de vendas e serviços	-	4.039.475	64.352.163	-	-	10.034	17.223	1.455.668
Lucro (prejuízo) líquido	157.404	228.146 (*)	617.218 (*)	(6.201)	(3.598)	(1.601)	(19.014)	(65.623)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100	100	33

(*) Ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas							Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Eaí Clube Automobilista S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.261.997	1.803.209	7.020.747	-	-	-	-	18.792	10.104.745
Equivalência patrimonial das operações em continuidade	157.404	(12)	783.550	(3.598)	(1.601)	(19.014)	(225.008)	(21.788)	669.933
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas ⁽ⁱⁱ⁾	-	228.158	(166.332)	-	-	-	218.807	-	280.633
Dividendos	-	(141.138)	(305.130)	-	-	-	-	(165)	(446.433)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	-	-	(12)	-	-	-	-	(12)	(12)
Instrumento patrimonial outorgado	503	703	1.902	-	-	2.800	-	-	5.908
Ajustes de avaliação patrimonial ⁽ⁱ⁾	487	(312.953)	(7.554)	-	-	-	-	1.065	(318.955)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	129.169	-	-	-	-	-	-	129.169
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	7.956	10.000	80.000	-	-	97.956
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais	(35)	-	(1.029)	-	-	-	-	-	(1.064)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	(1.189)	-	1.189	-	-	-	-
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	6.201	2.096	8.297
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.420.356	1.707.136	7.324.953	4.358	9.588	63.786	-	-	10.530.177
Equivalência patrimonial das operações em continuidade	180.742	(14)	914.918	(3.433)	(3.850)	(62.088)	(198.125)	822	828.972
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas ⁽ⁱⁱ⁾	-	249.303	(401.665)	-	-	-	217.626	-	65.264
Dividendos	(127.969)	(215.114)	(349.893)	-	-	-	-	-	(692.976)
Instrumento patrimonial outorgado	1.507	1.281	3.643	-	-	(2.800)	-	-	3.631
Ajustes de avaliação patrimonial ⁽ⁱ⁾	11	7.720	(375)	-	-	(2)	(2)	99	7.451
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	73.049	-	-	-	-	-	-	73.049
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	242	976	28.055	-	-	-	-	5.723	34.996
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	35.566	3.590	80.000	-	-	119.156
Transferência para (da) provisão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(19.499)	(2.096)	(21.595)
Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(1.824.337)	(857.392)	-	-	-	-	-	(2.681.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.474.889	-	6.662.244	36.491	9.328	78.896	-	4.548	8.266.396

⁽ⁱ⁾ Refere-se, principalmente, os resultados com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, vide nota explicativa nº 34.h.2.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se à reapresentação e reclassificação dos saldos de equivalência no resultado da controladora, mais detalhes vide nota explicativa 3.c.2.1 e 3.c.3.1.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa 3.c.1.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Provisão para passivo a descoberto		
	Investimentos em controladas	Empreendimento controlado em conjunto	
		Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.497	-	27.497
Transferência para provisão de passivo a descoberto	6.201	2.096	8.297
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.698	2.096	35.794
Transferência para (da) provisão de passivo a descoberto	(19.499)	(2.096)	(21.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.199	-	14.199

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo Logística participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participava da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamentos nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Em 25 de junho de 2021 foi anunciada a venda da ConectCar, concluída em 01 de outubro de 2021. Para mais detalhes vide item 13.b.1.

A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), na Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e na Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”) (vide nota explicativa nº 35.c).

Os investimentos dos empreendimentos controlados em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.342	18.792	82.818	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	153.076
Aporte de capital	-	-	20.000	-	-	303	3.894	5.006	29.203
Redução de capital ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	(363)	-	-	-	(363)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.065	-	-	-	-	-	-	1.065
Dividendos propostos	-	(165)	-	-	-	-	-	-	(165)
Equivalência patrimonial	392	(21.788)	(21.638)	-	(1.594)	(1.409)	(401)	626	(45.812)
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	2.096	-	-	-	-	-	-	2.096
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.734	-	81.180	10.351	21.624	824	7.676	9.711	139.100
Aporte de capital	-	-	15.000	5.001	3.697	-	6.399	600	30.697
Redução de capital ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(5.001)	-	-	-	-	(5.001)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	99	-	-	-	-	-	-	99
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego de controladas	-	5.723	-	-	-	-	-	-	5.723
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	-	(966)	-	-	-	-	(966)
Equivalência patrimonial	602	822	(18.081)	593	(3.032)	1.592	(819)	255	(18.068)
Baixa do investimento	-	-	(78.099)	-	-	-	-	-	(78.099)
Transferência da provisão de passivo a descoberto	-	(2.096)	-	-	-	-	-	-	(2.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.336	4.548	-	9.978	22.289	2.416	13.256	10.566	71.389

⁽ⁱ⁾ Refere-se a reembolsos de despesas que antecederam os leilões portuários e que foram rateadas entre os membros do consórcio.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Provisão para (da) passivo a descoberto Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Transferência para provisão de passivo a descoberto	2.096
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.096
Transferência da provisão de passivo a descoberto	(2.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2021							
	União Vopak	RPR	ConectCar ⁽ⁱ⁾	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III
Ativo circulante	10.068	273.029	171.894	18.798	5.393	52.022	36.958	17.458
Ativo não circulante	9.696	179.652	177.217	50.215	167.170	18.346	17.279	49.439
Passivo circulante	2.824	354.001	174.030	9.151	256	46.615	1.418	13.960
Passivo não circulante	268	84.980	18.883	39.906	105.440	16.504	13.052	21.239
Patrimônio líquido	16.672	13.700	156.198	19.956	66.867	7.249	39.767	31.698
Receita líquida	17.660	2.092.786	60.436	5.895	-	11.625	2.016	7.561
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(16.144)	(2.105.544)	(97.095)	(2.591)	(1.579)	(3.260)	(3.980)	(5.030)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(312)	15.235	497	(2.118)	(7.517)	(3.589)	(494)	(1.765)
Lucro (prejuízo) líquido	1.204	2.477	(36.162)	1.186	(9.096)	4.776	(2.458)	766
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	263.768.000	4.383.881	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

⁽ⁱ⁾ Os saldos apresentados referem-se a 30 de setembro de 2021, em virtude da concretização da venda da ConectCar em 01 de outubro de 2021, para mais detalhes vide nota explicativa nº 13.b.1

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2020						
	União Vopak	RPR	ConectCar	Navegantes Logística (*)	Nordeste Logística I (*)	Nordeste Logística II (*)	Nordeste Logística III (*)
Ativo circulante	8.510	291.720	161.371	24.691	972	18.531	21.513
Ativo não circulante	9.796	171.270	169.843	166.389	6.021	18.005	30.503
Passivo circulante	2.698	363.388	168.854	8	4	5	6
Passivo não circulante	140	105.912	-	126.201	4.516	13.504	22.877
Patrimônio líquido	15.468	(6.310)	162.360	64.871	2.473	23.027	29.133
Receita líquida	15.666	1.455.668	91.096	-	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(14.408)	(1.531.652)	(134.961)	(3.480)	(4.225)	(1.203)	1.878
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(474)	10.361	589	(1.301)	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	784	(65.623)	(43.276)	(4.781)	(4.226)	(1.203)	1.878
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	248.768.000	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50	33	50	33	33	33	33

(*) Resultado acumulado do período a partir da constituição.

Os percentuais acima estão arredondados.

b.1 Contrato de compra e venda de ações da ConectCar

A Sociedade concluiu o processo de venda de sua participação na ConectCar, cujo contrato foi assinado em 25 de junho de 2021. Em 30 de setembro de 2021, a ConectCar era controlada pela IPP e pela Redecard S.A., pertencente ao Itaú Unibanco Holding S.A., ambas com participações iguais de 50%.

Em 01 de outubro de 2021 a Sociedade anunciou a conclusão da venda de sua participação na ConectCar, por meio da controlada IPP, para a Porto Seguro S.A., por meio de sua subsidiária Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O valor da venda da participação de 50% da controlada IPP foi de R\$ 165 milhões, e, após os ajustes decorrentes de variações de capital de giro e da posição da dívida líquida, totalizou R\$ 158 milhões.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (“TSB”), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. Devido a venda da controlada, os saldos foram reclassificados para ativos de controladas mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021, para mais detalhes vide nota explicativa nº 3.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Química da Bahia”), que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente a Química da Bahia está com a sua atividade operacional suspensa. Esta participação não faz parte da transação de venda da Oxiteno.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. (“Metalplus”), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (“Plenogás”), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.661	15.934	3.554	138	463	25.750
Dividendos	(2.357)	-	-	-	-	(2.357)
Equivalência patrimonial	1.846	-	(12)	(91)	38	1.781
Equivalência patrimonial – operações descontinuadas	-	414	-	-	-	414
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>5.150</u>	<u>16.348</u>	<u>3.542</u>	<u>47</u>	<u>501</u>	<u>25.588</u>
Redução de capital	(1.500)	-	-	-	-	(1.500)
Dividendos	(998)	-	-	-	-	(998)
Equivalência patrimonial	552	-	(14)	(100)	(4)	434
Equivalência patrimonial – operações descontinuadas	-	48	-	-	-	48
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(16.396)	-	-	-	(16.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.204</u>	<u>-</u>	<u>3.528</u>	<u>(53)</u>	<u>497</u>	<u>7.176</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2021				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.685	90.156	14	47	568
Ativo não circulante	11.611	70.496	10.151	126	1.804
Passivo circulante	5.875	44.408	-	28	158
Passivo não circulante	601	7.562	3.109	303	724
Patrimônio líquido	12.820	108.682	7.056	(158)	1.490
Receita líquida	15.126	69.611	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.691)	(68.390)	(28)	(239)	18
Resultado financeiro e imposto de renda	(226)	(904)	-	(61)	(31)
Lucro (prejuízo) líquido	2.209	317	(28)	(300)	(13)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

	31/12/2020				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	10.570	65.136	47	58	352
Ativo não circulante	12.822	77.339	10.146	414	2.196
Passivo circulante	2.189	26.116	-	28	154
Passivo não circulante	602	7.994	3.109	302	890
Patrimônio líquido	20.601	108.365	7.084	142	1.504
Receita líquida	14.295	58.677	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(6.475)	(54.163)	(24)	(212)	396
Resultado financeiro e imposto de renda	(437)	(1.770)	-	(60)	(39)
Lucro (prejuízo) líquido	7.383	2.744	(24)	(272)	357
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

14 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e algumas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centros de distribuição; (ii) Ultragaz: pontos de venda e bases de engarrafamento; (iii) Ultracargo: áreas portuárias e (iv) Sociedade: escritórios. A Sociedade e algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Ativos de direito de uso

• **Controladora**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Custo:						
Imóveis	7	41.923	5.978	-	-	47.901
Veículos	3	2.591	522	(253)	-	2.860
		44.514	6.500	(253)	-	50.761
Amortização acumulada:						
Imóveis		(8.963)	-	-	(5.151)	(14.114)
Veículos		(489)	-	88	(942)	(1.343)
		(9.452)	-	88	(6.093)	(15.457)
Custo líquido		35.062	6.500	(165)	(6.093)	35.304

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Cessão de contrato ⁽ⁱ⁾	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Custo:							
Imóveis	7	5.799	1.123	-	35.001	-	41.923
Veículos	3	-	2.762	(171)	-	-	2.591
		5.799	3.885	(171)	35.001	-	44.514
Amortização acumulada:							
Imóveis		-	-	-	(4.762)	(4.201)	(8.963)
Veículos		-	-	-	-	(489)	(489)
		-	-	-	(4.762)	(4.690)	(9.452)
Custo líquido		5.799	3.885	(171)	30.239	(4.690)	35.062

⁽ⁱ⁾ Cessão de contrato da Cia Ultragaz para a Ultrapar em função da implantação do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC").

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências ⁽ⁱ⁾	Variação cambial	Amortizações	Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Imóveis ⁽ⁱⁱⁱ⁾	10	2.254.432	257.787	(150.718)	-	1.295	-	(569.323)	1.793.473
Áreas portuárias	20	268.534	31.096 ^(*)	-	-	-	-	-	299.630
Veículos	4	139.843	26.589	(9.315)	-	103	-	(11.047)	146.173
Equipamentos	6	44.936	19.887	(6.171)	-	1.920	-	(43.832)	16.740
Outros	20	27.846	-	-	-	-	-	-	27.846
		<u>2.735.591</u>	<u>335.359</u>	<u>(166.204)</u>	<u>-</u>	<u>3.318</u>	<u>-</u>	<u>(624.202)</u>	<u>2.283.862</u>
Amortização acumulada:									
Imóveis		(481.975)	-	76.954	-	(530)	(283.882)	199.963	(489.470)
Áreas portuárias		(3.962)	-	-	(11.935)	-	(7.629)	-	(23.526)
Veículos		(63.091)	-	7.032	-	(54)	(48.146)	5.392	(98.867)
Equipamentos		(19.619)	-	6.483	-	(897)	(17.637)	29.836	(1.834)
Outros		(16.658)	-	-	-	-	(2.212)	-	(18.870)
		<u>(585.305)</u>	<u>-</u>	<u>90.469</u>	<u>(11.935)</u>	<u>(1.481)</u>	<u>(359.506)</u>	<u>235.191</u>	<u>(632.567)</u>
Provisão para perdas:									
Imóveis		-	(38.957)	-	-	-	-	38.957	-
		<u>-</u>	<u>(38.957)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.957</u>	<u>-</u>
Custo líquido		<u><u>2.150.286</u></u>	<u><u>296.402</u></u>	<u><u>(75.735)</u></u>	<u><u>(11.935)</u></u>	<u><u>1.837</u></u>	<u><u>(359.506)</u></u>	<u><u>(350.054)</u></u>	<u><u>1.651.295</u></u>

⁽ⁱ⁾ Refere-se à amortização de direito de uso na controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A (“Tequimar Vila do Conde”), a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, sendo iniciada sua operação no mês de dezembro de 2021.

⁽ⁱⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.1.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Inclui contratos de arrendamento de direito de uso conforme demonstrado na nota explicativa 9.a.

^(*) Inclui saldos de R\$ 14.905 referentes a custos diretos iniciais de ativos de direito de uso.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Custo:							
Imóveis	10	2.068.254	259.244	(78.529)	5.463	-	2.254.432
Áreas portuárias	20	68.007	200.527	-	-	-	268.534
Veículos	4	91.868	55.616	(7.893)	252	-	139.843
Equipamentos	6	31.822	7.833	(572)	5.853	-	44.936
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
		<u>2.287.797</u>	<u>523.220</u>	<u>(86.994)</u>	<u>11.568</u>	<u>-</u>	<u>2.735.591</u>
Amortização acumulada:							
Imóveis		(256.430)	-	46.282	(697)	(271.130)	(481.975)
Áreas portuárias		-	-	-	-	(3.962)	(3.962)
Veículos		(27.492)	-	5.509	232	(41.340)	(63.091)
Equipamentos		(7.600)	-	572	(1.996)	(10.595)	(19.619)
Outros		(15.363)	-	-	-	(1.295)	(16.658)
		<u>(306.885)</u>	<u>-</u>	<u>52.363</u>	<u>(2.461)</u>	<u>(328.322)</u>	<u>(585.305)</u>
Custo líquido		<u>1.980.912</u>	<u>523.220</u>	<u>(34.631)</u>	<u>9.107</u>	<u>(328.322)</u>	<u>2.150.286</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.999	1.588.673
Apropriação de juros	2.865	144.655
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(6.256)	(360.787)
Adições e remensurações	3.885	484.121
Baixas de contratos	(171)	(35.381)
Variação monetária e cambial	-	12.007
Cessão de contrato ⁽ⁱ⁾	31.612	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.934	1.833.288
Apropriação de juros	3.220	147.494
Pagamento de contraprestação de arrendamentos ⁽ⁱⁱ⁾	(8.462)	(440.574)
Adições e remensurações	6.500	288.711
Baixas de contratos	(170)	(83.157)
Variação cambial e monetária	-	16.264
Reclassificação para passivos mantidos para venda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(413.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	39.022	1.348.311
Circulante	6.129	188.832
Não circulante	32.893	1.159.479

⁽ⁱ⁾ Cessão de contrato da Cia Ultragaz para a Ultrapar.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui o montante de R\$ 29.237 pagos pela controlada Tequimar Vila do Conde referente às outorgas de concessões portuárias.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.1.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

	31/12/2021	
	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	9.130	304.007
De 1 a 2 anos	8.813	264.224
De 2 a 3 anos	8.096	241.323
De 3 a 4 anos	7.890	218.157
De 4 a 5 anos	7.768	152.671
Mais de 5 anos	10.096	965.220
Total	51.793	2.145.602

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 a 5 anos	6,92
6 a 10 anos	7,12
11 a 15 anos	7,35
mais de 15 anos	8,18

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, IPP e Serma mantêm contratos de arrendamento considerados como sendo de baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de fábrica, equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. As controladas têm a opção de comprar os ativos referentes a equipamentos de informática por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	Total
31/12/2021	124	994	1.118
31/12/2020	1.147	6.145	7.292

O total de arrendamento mercantil considerado como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi R\$ 13.524 (R\$ 17.749 no exercício findo em 31 dezembro de 2020).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	Controladora	Consolidado
Base nominal	35.304	1.651.295
Base inflacionada	42.311	1.995.478
	<u>19,8%</u>	<u>20,8%</u>
 Passivo de arrendamento	 Controladora	 Consolidado
Base nominal	39.022	1.348.311
Base inflacionada	46.028	1.692.494
	<u>18,0%</u>	<u>25,5%</u>
 Despesa financeira	 Controladora	 Consolidado
Base nominal	3.220	110.879
Base inflacionada	4.132	144.164
	<u>28,3%</u>	<u>30,0%</u>
 Despesa de amortização	 Controladora	 Consolidado
Base nominal	6.093	260.716
Base inflacionada	7.119	294.221
	<u>16,8%</u>	<u>12,9%</u>

15 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

• Controladora

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Saldo em 31/12/2021
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1	2.194	9.888	-	12.082
Máquinas e equipamentos	2	82	42	-	124
Móveis e utensílios	1	502	1.810	-	2.312
Equipamentos de informática	5	13.293	20	-	13.313
		<u>16.071</u>	<u>11.760</u>	<u>-</u>	<u>27.831</u>
Depreciação acumulada:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(178)	-	(6.216)	(6.394)
Máquinas e equipamentos		(6)	-	(34)	(40)
Móveis e utensílios		(37)	-	(1.149)	(1.186)
Equipamentos de informática		(1.522)	-	(2.683)	(4.205)
		<u>(1.743)</u>	<u>-</u>	<u>(10.082)</u>	<u>(11.825)</u>
Custo líquido		<u>14.328</u>	<u>11.760</u>	<u>(10.082)</u>	<u>16.006</u>

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Custo:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	-	142	-	2.052	2.194
Máquinas e equipamentos	10	-	-	-	82	82
Móveis e utensílios	10	-	104	-	398	502
Obras em andamento		2.532	-	-	(2.532)	-
Equipamentos de informática	5	-	13.293	-	-	13.293
		<u>2.532</u>	<u>13.539</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.071</u>
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	(178)	-	(178)
Máquinas e equipamentos		-	-	(6)	-	(6)
Móveis e utensílios		-	-	(37)	-	(37)
Equipamentos de informática		-	-	(1.522)	-	(1.522)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.743)</u>	<u>-</u>	<u>(1.743)</u>
Custo líquido		<u>2.532</u>	<u>13.539</u>	<u>(1.743)</u>	<u>-</u>	<u>14.328</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências ⁽ⁱ⁾ (ii)	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Terrenos		687.108	2.424	-	-	(17.503)	3.416	(65.151)	610.294
Edificações	33	2.154.710	47.920	-	119.748	(34.925)	26.997	(827.729)	1.486.721
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.222.822	21.944	-	136.206	(31.587)	30	(293.236)	1.056.179
Máquinas e equipamentos	12	6.498.362	161.071	-	558.197	(13.811)	93.412	(4.272.654)	3.024.577
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	3.169.320	88.112	-	33.794	(45.640)	-	-	3.245.586
Tanques e vasilhames para GLP	9	776.479	91.842	-	1.567	(28.957)	-	-	840.931
Veículos	8	310.836	19.054	-	11.634	(25.949)	82	(27.418)	288.239
Móveis e utensílios	8	316.712	33.644	-	2.277	(14.614)	1.296	(171.223)	168.092
Equipamentos de informática	5	444.844	28.350	-	901	(11.998)	705	(132.427)	330.375
Obras em andamento ⁽ⁱⁱ⁾		580.695	797.674	-	(829.245)	(301)	3.290	(99.865)	452.248
Adiantamentos a fornecedores		34.642	21.985	-	(18.894)	-	-	(23.452)	14.281
Importações em andamento		866	4.312	-	(4.631)	-	38	(404)	181
		<u>16.197.396</u>	<u>1.318.332</u>	<u>-</u>	<u>11.554</u>	<u>(225.285)</u>	<u>129.266</u>	<u>(5.913.559)</u>	<u>11.517.704</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências ^{(i) (ii)}	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
Depreciação acumulada:								
Edificações	(851.397)	-	(68.388)	(94)	23.031	(6.872)	317.874	(585.846)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(689.161)	-	(81.976)	81	27.519	(37)	170.021	(573.553)
Máquinas e equipamentos	(3.598.304)	-	(356.637)	-	11.717	(21.651)	2.206.474	(1.758.401)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.906.953)	-	(178.110)	(311)	34.841	-	-	(2.050.533)
Tanques e vasilhames para GLP	(454.651)	-	(62.558)	-	18.899	-	-	(498.310)
Veículos	(143.854)	-	(22.927)	195	15.480	(20)	17.977	(133.149)
Móveis e utensílios	(191.713)	-	(23.594)	24	14.443	(817)	89.369	(112.288)
Equipamentos de informática	(352.256)	-	(35.614)	317	11.489	(435)	106.965	(269.534)
	<u>(8.188.289)</u>	<u>-</u>	<u>(829.804)</u>	<u>212</u>	<u>157.419</u>	<u>(29.832)</u>	<u>2.908.680</u>	<u>(5.981.614)</u>
Provisão para perdas:								
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(61)	(43.666)	-	-	-	(3)	43.712	(18)
Máquinas e equipamentos	(2.857)	(839)	-	-	6	(45)	2.446	(1.289)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(73)	-	-	-	27	-	-	(46)
Veículos	-	(160)	-	-	-	-	160	-
Móveis e utensílios	-	(14.887)	-	-	-	-	14.887	-
Equipamentos de informática	-	(1.660)	-	-	-	-	1.660	-
Adiantamento a fornecedores	(110)	-	-	-	-	-	110	-
	<u>(3.247)</u>	<u>(61.212)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>(48)</u>	<u>62.975</u>	<u>(1.499)</u>
	<u>8.005.860</u>	<u>1.257.120</u>	<u>(829.804)</u>	<u>11.766</u>	<u>(67.833)</u>	<u>99.386</u>	<u>(2.941.904)</u>	<u>5.534.591</u>

⁽ⁱ⁾ Refere-se a R\$ 169 transferidos para o intangível.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui R\$ 11.935 transferidos do direito de uso.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa 3.c.1.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências ⁽ⁱ⁾	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Custo:								
Terrenos		667.865	21.300	-	2.113	(14.427)	10.257	687.108
Edificações	32	1.925.946	25.572	-	148.527	(27.210)	81.875	2.154.710
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	1.121.528	28.374	-	89.559	(16.954)	315	1.222.822
Máquinas e equipamentos	13	5.707.721	144.089	-	378.883	(5.554)	273.223	6.498.362
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.991.472	90.279	-	133.963	(46.394)	-	3.169.320
Tanques e vasilhames para GLP	10	755.460	65.230	-	289	(44.500)	-	776.479
Veículos	8	320.161	22.495	-	8.363	(40.517)	334	310.836
Móveis e utensílios	9	295.604	13.985	-	6.775	(3.694)	4.042	316.712
Obras em andamento		827.086	506.367	-	(765.785)	(1.167)	14.194	580.695
Adiantamentos a fornecedores		12.544	28.339	-	(6.185)	(56)	-	34.642
Importações em andamento		250	1.437	-	(822)	-	1	866
Equipamentos de informática	5	412.809	32.134	-	539	(2.827)	2.189	444.844
		<u>15.038.446</u>	<u>979.601</u>	<u>-</u>	<u>(3.781)</u>	<u>(203.300)</u>	<u>386.430</u>	<u>16.197.396</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciações	Transferências ⁽ⁱ⁾	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Depreciação acumulada:							
Edificações	(793.835)	-	(65.318)	2.376	20.021	(14.641)	(851.397)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(614.379)	-	(80.995)	49	6.252	(88)	(689.161)
Máquinas e equipamentos	(3.231.627)	-	(317.694)	59	4.091	(53.133)	(3.598.304)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.766.878)	-	(176.404)	(6)	36.335	-	(1.906.953)
Tanques e vasilhames para GLP	(425.554)	-	(56.267)	(30)	27.200	-	(454.651)
Veículos	(139.045)	-	(24.585)	48	19.997	(269)	(143.854)
Móveis e utensílios	(171.475)	-	(21.060)	7	2.988	(2.173)	(191.713)
Equipamentos de informática	(318.063)	-	(35.080)	122	2.676	(1.911)	(352.256)
	<u>(7.460.856)</u>	<u>-</u>	<u>(777.403)</u>	<u>2.625</u>	<u>119.560</u>	<u>(72.215)</u>	<u>(8.188.289)</u>
Provisão para perdas:							
Adiantamento a fornecedores	(110)	-	-	-	-	-	(110)
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.599)	910	-	-	639	(11)	(61)
Máquinas e equipamentos	(2.875)	-	-	-	156	(138)	(2.857)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(98)	-	-	-	25	-	(73)
	<u>(4.828)</u>	<u>910</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>820</u>	<u>(149)</u>	<u>(3.247)</u>
	<u>7.572.762</u>	<u>980.511</u>	<u>(777.403)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>(82.920)</u>	<u>314.066</u>	<u>8.005.860</u>

⁽ⁱ⁾ Refere-se a valores transferidos entre rubricas e para intangível.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

16 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

- Controladora**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Custo:					
Ágio (a)		246.163	-	-	246.163
Software (b)	5	9.111	197	-	9.308
		<u>255.274</u>	<u>197</u>	<u>-</u>	<u>255.471</u>
Amortização acumulada:					
Software		(1.032)	-	(1.854)	(2.886)
		<u>(1.032)</u>	<u>-</u>	<u>(1.854)</u>	<u>(2.886)</u>
Custo líquido		<u>254.242</u>	<u>197</u>	<u>(1.854)</u>	<u>252.585</u>

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Custo:					
Ágio (a)		246.163	-	-	246.163
Software (b)	5	-	9.111	-	9.111
		<u>246.163</u>	<u>9.111</u>	<u>-</u>	<u>255.274</u>
Amortização acumulada:					
Software		-	-	(1.032)	(1.032)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(1.032)</u>
Custo líquido		<u>246.163</u>	<u>9.111</u>	<u>(1.032)</u>	<u>254.242</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências ⁽ⁱ⁾	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Âgio (a)		1.525.088	-	-	-	-	-	(706.992)	818.096
Software (b)	4	1.395.046	284.311	-	372	(19.826)	1.808	(514.731)	1.146.980
Tecnologia (c)		32.617	-	-	-	-	-	(32.617)	-
Fundo de comércio	12	133.599	-	-	-	-	-	(19.006)	114.593
Marcas (d)		136.962	-	-	-	-	4.759	(72.523)	69.198
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	50.698	1.678	-	-	-	(76)	(51.879)	421
Créditos de descarbonização (f)		-	176.837	-	-	(176.837)	-	-	-
		<u>3.388.802</u>	<u>462.826</u>	<u>-</u>	<u>372</u>	<u>(196.663)</u>	<u>6.491</u>	<u>(1.397.748)</u>	<u>2.264.080</u>
Amortização acumulada:									
Software		(825.024)	-	(206.025)	(203)	19.329	(1.566)	334.087	(679.402)
Tecnologia		(32.617)	-	-	-	-	-	32.617	-
Fundo de comércio		(113.326)	-	(3.093)	-	-	-	15.392	(101.027)
Direito de uso de marcas		(9.056)	-	(2.937)	-	-	-	-	(11.993)
Outros		<u>(32.844)</u>	<u>-</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>32.611</u>	<u>(402)</u>
		<u>(1.012.867)</u>	<u>-</u>	<u>(212.222)</u>	<u>(203)</u>	<u>19.329</u>	<u>(1.568)</u>	<u>414.707</u>	<u>(792.824)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":									
Âgio (a)		(593.280)	(68.273)	-	-	-	-	661.553	-
Fundo de comércio		-	(76.218)	-	-	-	-	76.218	-
		<u>(593.280)</u>	<u>(144.491)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>737.771</u>	<u>-</u>
Custo líquido		<u>1.782.655</u>	<u>318.335</u>	<u>(212.222)</u>	<u>169</u>	<u>(177.334)</u>	<u>4.923</u>	<u>(245.270)</u>	<u>1.471.256</u>

(i) Refere-se a valores transferidos do imobilizado.

(ii) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.1.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Transferências ⁽ⁱ⁾	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Custo:								
Ágio (a)		1.525.088	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	4	1.210.529	184.027	-	993	(6.633)	6.130	1.395.046
Tecnologia (c)		32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial		7.934	-	-	-	(7.934)	-	-
Fundo de comércio	10	133.599	-	-	-	-	-	133.599
Marcas (d)		122.504	-	-	-	-	14.458	136.962
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	44.900	1.040	-	-	-	4.758	50.698
Créditos de descarbonização (f)		-	125.345	-	(1.058)	(124.287)	-	-
		<u>3.191.963</u>	<u>310.412</u>	<u>-</u>	<u>(65)</u>	<u>(138.854)</u>	<u>25.346</u>	<u>3.388.802</u>
Amortização acumulada:								
Software		(648.861)	-	(175.144)	-	3.375	(4.394)	(825.024)
Tecnologia		(32.616)	-	-	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(6.384)	-	(85)	-	6.469	-	-
Fundo de comércio		(108.932)	-	(4.394)	-	-	-	(113.326)
Direito de uso de marcas		(6.119)	-	(2.937)	-	-	-	(9.056)
Outros		<u>(32.713)</u>	<u>-</u>	<u>(121)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>(32.845)</u>
		<u>(835.625)</u>	<u>-</u>	<u>(182.681)</u>	<u>-</u>	<u>9.844</u>	<u>(4.405)</u>	<u>(1.012.867)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":								
Ágio (a)		(593.280)	-	-	-	-	-	(593.280)
Direitos de propriedade comercial		<u>(465)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>465</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(593.745)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>465</u>	<u>-</u>	<u>(593.280)</u>
Custo líquido		<u>1.762.593</u>	<u>310.412</u>	<u>(182.681)</u>	<u>(65)</u>	<u>(128.545)</u>	<u>20.941</u>	<u>1.782.655</u>

⁽ⁱ⁾ Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e despesas antecipadas.

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	31/12/2021	31/12/2020
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Extrafarma – impairment ⁽ⁱ⁾	Extrafarma	(661.553)	(593.280)
Extrafarma – líquido	Extrafarma	-	68.273
Ipiranga ⁽ⁱⁱ⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Oxiten Uruguay ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Oxiten	-	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Oxiten	-	583
		818.096	931.808

⁽ⁱ⁾ Para mais informações, vide nota explicativa nº 3.a.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui R\$ 246.163 apresentado como ágio na controladora Ultrapar.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Para mais informações sobre a reclassificação, vide nota explicativa nº 3.c.1.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2022 variaram de 9,4 % a 10,5% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2022 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com softwares em andamento no montante de R\$ 27.672 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.684 em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado).

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia. O saldo em questão foi reclassificado para ativos de controladas mantidos para venda. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 3.b.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma reclassificado para ativos de controladas mantidos para venda. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 3.a.

f. Créditos de descarbonização

Representam os CBIOS adquiridos e registrados pelo custo de aquisição. O valor da coluna “baixas” refere-se aos CBIOS aposentados no exercício, que não podem ser objeto de negociação futura.

17 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção

a. Composição

• **Controladora:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2021 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (f.5)	1.764.199	1.734.113	DI	105,3	2023
Nota Promissória - Ultrapar (g.1)	-	1.038.499	R\$ + DI	-	2021
Total	1.764.199	2.772.612			
Circulante	39.333	1.048.495			
Não circulante	1.724.866	1.724.117			

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2021 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	7.821.441	7.267.687	US\$	5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	735.438	1.047.644	US\$	4,0	2023
Financiamento externo (c.1) (*)	275.936	261.284	US\$ + LIBOR ⁽¹⁾	1,0	2022
Instituições financeiras (d)	-	154.783	US\$	-	2022
Instituições financeiras (d)	-	39.350	MX\$ ⁽²⁾	-	2021
Instituições financeiras (d)	-	312.200	US\$ + LIBOR ⁽¹⁾	-	2021
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	-	105.579	US\$	-	2021
Total moeda estrangeira	8.832.815	9.188.527			
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (f.2, f.4 e f.6)	2.063.788	2.037.602	DI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – 6ª emissão (f.5)	1.764.199	1.734.113	DI	105,3	2023
Debêntures – CRA (f.2, f.4, f.6 e f.10) (*)	1.940.237	1.000.824	IPCA	4,7	2024 a 2028
Debêntures – Ipiranga (f.1 e f.3)	771.538	1.679.036	DI	105,0	2022
Debêntures - Ultracargo Logística e Tequimar Vila do Conde (f.8 e f.9) (*)	466.061	-	IPCA	4,1	2028
Banco do Brasil pós-fixado (e)	204.813	407.420	DI	110,9	2022
Debêntures – Ultracargo Logística (f.7) (*)	80.946	92.541	R\$	6,5	2024
Cédula de Crédito Bancário	51.179	50.692	R\$ + DI	2,0	2022
Instituições financeiras (d)	4.564	-	R\$	-	2022
FINEP	326	29.803	TJLP ⁽³⁾	(1,5)	2022
Nota promissória - Ultrapar (g.1)	-	1.038.499	R\$ + DI	-	2021
Total moeda nacional	7.347.651	8.070.530			
Total moeda estrangeira e nacional	16.180.466	17.259.057			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	197.177	117.159			
Total	16.377.643	17.376.216			
Circulante	2.866.051	3.255.944			
Não circulante	13.511.592	14.120.272			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.i).

1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

2) MX\$ = peso mexicano.

3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2021, a TJLP estava fixada em 5,32% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.752.081	14.392.722
Captações com efeito caixa	994.996	3.591.624
Apropriação de juros	94.323	757.161
Pagamento de principal	-	(2.795.002)
Pagamento de juros	(68.788)	(740.853)
Variação monetária e cambial	-	2.048.688
Variação de valor justo	-	34.702
Resultado de <i>hedges</i>	-	87.174
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.772.612	17.376.216
Captações com efeito caixa	-	1.462.220
Apropriação de juros	94.458	801.102
Pagamento de principal	(1.000.000)	(2.922.214)
Pagamento de juros	(102.871)	(749.043)
Variação monetária e cambial	-	800.749
Variação de valor justo	-	(229.657)
Resultado de <i>hedges</i>	-	80.018
Reclassificação para passivos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	-	(241.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.764.199	16.377.643

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.1.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 2 anos	1.724.866	(750)	3.092.734	2.702.626
De 2 a 3 anos	-	1.724.867	774.904	3.091.641
De 3 a 4 anos	-	-	270.401	784.778
De 4 a 5 anos	-	-	3.056.499	231.271
Mais de 5 anos	-	-	6.317.054	7.309.956
	1.724.866	1.724.117	13.511.592	14.120.272

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.h.

Para algumas dívidas a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016 a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750.000 (equivalente a R\$ 4.185.375 em 31 de dezembro de 2021) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide notas explicativas nº 34.h.2 e nº 34.h.3).

Em 6 de junho de 2019 a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500.000 (equivalente a R\$ 2.790.250 em 31 de dezembro de 2021) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019 a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200.000 (equivalente a R\$ 1.116.100 em 31 de dezembro de 2021) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em 13 de julho de 2020 a controlada Ultrapar International realizou a reabertura das notas no mercado externo emitidas em 2019, realizando nova emissão no montante de US\$ 350.000 (equivalente a R\$ 1.953.175 em 31 de dezembro de 2021) com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 99,994% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, dentre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP;
- Restrição de gravames em ativos superiores a US\$ 150.000 (equivalente a R\$ 837.075 em 31 de dezembro de 2021) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

c.1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 175.000 (equivalente a R\$ 976.588 em 31 de dezembro de 2021). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,9 % do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1). Desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$	R\$	Custo em % do DI
Encargos ⁽¹⁾	6.234	34.786	-
jun/2022	50.000	279.025	105,0
set/2023	60.000	334.830	105,0
set/2023	65.000	362.733	104,8
Total / custo médio	<u>181.234</u>	<u>1.011.374</u>	<u>104,9</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

d. Instituições financeiras

Em dezembro de 2021, a controlada Abastece Aí acessou linhas de financiamento de curto prazo no valor de R\$ 4.564.

A controlada da Oxiteno México S.A de C.V possui um financiamento contratado de US\$ 20.000 com vencimento em abril de 2022. Os demais vencimentos desta rubrica estão representados pela Oxiteno Uruguay com vencimentos até julho de 2022 e pela Oxiteno USA, o qual já foi liquidado totalmente em seu vencimento em setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de R\$ 163.478 foram reclassificados para passivos mantidos para venda.

e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 204.813 em 31 de dezembro de 2021, sendo deste montante R\$ 1.646 de encargos, destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol) com vencimento em maio de 2022.

f. Debêntures

f.1 Em maio de 2016 a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP liquidou a sua quarta emissão pública de debêntures em seu vencimento.

f.2 Em abril de 2017 a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.3 Em julho de 2017 a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

f.4 Em outubro de 2017 a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.5 Em março de 2018 a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

f.6 Em dezembro de 2018 a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação
Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.7 Em novembro de 2019 a controlada Ultracargo Logística efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ultracargo Logística contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Ultracargo Logística designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

f.8 Em março de 2021 a controlada Tequimar Vila do Conde efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 360.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,04%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar Vila do Conde contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Tequimar Vila do Conde designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

f.9 Em março de 2021 a controlada Ultracargo Logística efetuou sua segunda emissão de debêntures, em série única de 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,37%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ultracargo Logística contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Ultracargo Logística designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.10 Em setembro de 2021 a controlada IPP efetuou sua décima emissão de debêntures no montante total de R\$ 960.000, em série única de 960.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 16 de setembro de 2021. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	960.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de setembro de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,8287%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 102,75% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2021):

Vencimento	31/12/2021
Encargos ⁽¹⁾	(22.759)
abr/2022	660.139
jul/2022	750.000
out/2022	730.384
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	443.944
out/2024	267.316
nov/2024	90.000
dez/2025	287.294
mar/2028	498.474
set/2028	<u>996.977</u>
Total	<u>7.086.769</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Notas promissórias

g.1 Em abril de 2020 a Sociedade efetuou sua segunda emissão pública de notas promissórias em série única de 40 notas comerciais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 25.000.000,00
Vencimento final:	6 de abril de 2021
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	DI + 3,10%
Pagamento da remuneração:	Em única parcela, no vencimento
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade liquidou sua segunda emissão pública de notas promissórias em seu vencimento.

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2020	Custos incorridos	Amortizações	Reclassificação para passivos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
Debêntures (f)	0,2	28.348	40.953	(14.811)	-	54.490
Notas no mercado externo (b)	0,1	37.112	-	(4.890)	(4.204)	28.018
Notas Promissórias (g)	-	1.318	-	(1.318)	-	-
Banco do Brasil (e)	0,1	332	-	(256)	-	76
Total		67.110	40.953	(21.275)	(4.204)	82.584

⁽ⁱ⁾ Conforme nota explicativa nº 3.c.1.

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2019	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Debêntures (f)	0,2	41.406	-	(13.058)	28.348
Notas no mercado externo (b)	0,1	28.114	13.263	(4.265)	37.112
Notas Promissórias (g)	0,5	-	6.802	(5.484)	1.318
Banco do Brasil (e)	0,1	770	-	(438)	332
Financiamentos externos (c)	-	94	-	(94)	-
Outros	-	1.382	-	(1.382)	-
Total		71.766	20.065	(24.721)	67.110

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (f)	15.060	11.129	6.990	6.075	5.886	9.350	54.490
Notas no mercado externo (b)	4.126	4.128	4.143	4.135	3.897	7.589	28.018
Banco do Brasil (e)	76	-	-	-	-	-	76
Total	19.262	15.257	11.133	10.210	9.783	16.939	82.584

i. Garantias

Os financiamentos não possuem garantias reais em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 75.251 em 31 de dezembro de 2020) e possuem avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 14.151.506 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.758.033 em 31 de dezembro de 2020).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 118.231 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 129.139 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada IPP emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

	IPP	
	31/12/2021	31/12/2020
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	690.347	330.944
Vencimento de até	49 meses	46 meses
Valor justo das garantias outorgadas	9.923	5.496

Caso a controlada IPP venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2021 a controlada IPP não teve perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “*demaís contas a pagar*” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

18 Fornecedores

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	26.882	16.870	3.010.912	2.306.398
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	-	-	1.422	5.102
Fornecedores estrangeiros	-	-	445.805	307.486
Fornecedores estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	-	-	212.756	126.033
	<u>26.882</u>	<u>16.870</u>	<u>3.670.895</u>	<u>2.745.019</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

b. Fornecedores convênio

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais - convênio	1.948.033	1.021.424
Fornecedores nacionais - convênio - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	89.339	61.989
Fornecedores estrangeiros - convênio	<u>81.687</u>	<u>212.220</u>
	<u>2.119.059</u>	<u>1.295.633</u>

Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

19 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões sobre folha de pagamento	9.671	7.886	136.938	195.286
Participação nos lucros, bônus e prêmios	28.061	27.779	132.390	184.306
Encargos sociais	11.299	5.632	52.739	73.267
Outros	<u>6.446</u>	<u>1.103</u>	<u>8.036</u>	<u>15.771</u>
	<u>55.477</u>	<u>42.400</u>	<u>330.103</u>	<u>468.630</u>

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	-	-	146.598	180.522
IPI	-	-	4.163	8.952
PIS e COFINS	817	569	13.667	13.187
ISS	28	49	45.533	38.328
IVA das controladas no exterior	-	-	-	27.322
Outros	251	194	19.215	17.703
	<u>1.096</u>	<u>812</u>	<u>229.176</u>	<u>286.014</u>

21 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001 o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001 empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e/ou prazos de recebimento de aposentadoria.

Em maio de 2020 o Conselho Deliberativo da Ultraprev aprovou a utilização do fundo de reversão no montante de R\$ 47.088, e em maio de 2021 a utilização adicional de R\$ 3.706. O valor de R\$ 27.451 foi utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras e o saldo de R\$ 3.512 foi reclassificado para ativos mantidos para venda. O saldo de R\$ 19.831 em 31 de dezembro de 2021 será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 92 meses dependendo da patrocinadora. A quantidade de meses é estimada de acordo com o montante atual que está sendo abatido das contribuições.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas contribuíram à Ultraprev com R\$ 16.368, incluindo a utilização do fundo de reversão de R\$ 10.566 (R\$ 17.186, incluindo a utilização do fundo de reversão de R\$ 7.446, em 31 de dezembro de 2020), valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2021 atingiu 4.381 participantes ativos e 387 participantes aposentados. Adicionalmente a Ultraprev possuía 23 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	-	-	159.867	200.318
Indenização do FGTS	2.237	2.527	38.617	53.952
Gratificação por tempo de serviço ⁽²⁾	-	-	5.570	16.336
Seguro de vida ⁽¹⁾	-	-	11.665	14.118
Total	2.237	2.527	215.719	284.724
Circulante	237	-	21.082	27.077
Não circulante	2.000	2.527	194.637	257.647

⁽¹⁾ Somente aplicável a IPP, Tropical e Iconic.

⁽²⁾ Em 2021 houve alteração na política de gratificação para aposentadoria, com redução do benefício (Ultragas e Ipiranga).

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	284.724	272.867
Despesa do exercício de operações continuada	15.585	11.622
Despesa (receita) do exercício de operações descontinuadas	2.951	(6.411)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(58.954)	24.822
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(18.400)	(18.969)
Variações cambiais de benefícios pós-emprego de controladas no exterior	217	793
Reclassificação para passivos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	(10.404)	-
Saldo final	215.719	284.724

⁽ⁱ⁾ Para mais informações vide nota explicativa nº 3.c.1.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Plano de Assistência Médica e Odontológica	15.265	11.127
Indenização do FGTS	4.409	6.199
Gratificação por tempo de serviço	(4.886)	(6.821)
Seguro de vida	797	1.117
Total	15.585	11.622

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2021 % a.a.	31/12/2020 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,93	8,22
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,07	7,07
Taxa de inflação (longo prazo)	3,25	3,25
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,38	7,38

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagradada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983 e RRB-1944

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2021, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	24.196	diminuição 1,0 p.p.	24.293
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	3.002	aumento 1,0 p.p.	2.258
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	19.218	aumento 1,0 p.p.	23.522

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

22 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos de propriedade da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.o).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.242
Adições (novos tanques)	163
Gastos com tanques retirados	(4.306)
Despesa com atualização	6.336
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.435
Adições (novos tanques)	451
Gastos com tanques retirados	(2.773)
Despesa com atualização	5.598
Saldo em 31 de dezembro de 2021	56.711
Circulante	4.632
Não circulante	52.079

23 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Reclassificação para passivos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2021
IRPJ e CSLL (a.1.1)	547.862	-	(6.966)	-	11.276	-	552.172
Tributárias (c)	108.568	58.839	(83.536)	-	284	-	84.155
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	57.772	87.066	(9.702)	(8.116)	724	(18.983)	108.761
Trabalhistas (a.3.1)	90.675	42.826	(4.432)	(17.068)	2.620	(19.161)	95.460
Outras	93.168	63	(1.457)	-	704	(841)	91.637
Total	898.045	188.794	(106.093)	(25.184)	15.608	(38.985)	932.185
Circulante	43.660						119.942
Não circulante	854.385						812.243

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.1.

Algumas das provisões acima apresentadas possuem, no todo ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	731.326	789.624
Trabalhistas	48.147	57.603
Cíveis e outros	91.788	102.569
Total	871.261	949.796

a.1 Provisões tributárias

Em 7 de outubro de 2005 as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 534.830 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 523.136 em 31 de dezembro de 2020). Em 18 de julho de 2014 foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes. No STJ, o tema foi afetado à sistemática de Recursos Repetitivos (Tema Repetitivo nº 1093) e aguarda julgamento pelo Tribunal Superior.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 108.761 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 57.772 em 31 de dezembro de 2020). O aumento evidenciado durante o ano, decorre de classificação de risco em razão de decisões desfavoráveis em diversos processos, recebidas pela controlada Ipiranga.

a.3 Provisões trabalhistas

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 95.460 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 90.675 em 31 de dezembro de 2020) para fazer face a processos de cunho trabalhista que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, questionando principalmente parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista. O aumento evidenciado durante o ano decorre de classificação de risco em razão de decisões desfavoráveis em processos da controlada Ipiranga.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 3.310.603 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.236.982 em 31 de dezembro de 2020).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.292.465 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.419.000 em 31 de dezembro de 2020), dos quais se destacam:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 178.422 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 176.390 em 31 de dezembro de 2020).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 1.303.383 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 958.134 em 31 de dezembro de 2020). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 209.611 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 300.707 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 15.532 (R\$ 92.687 em 31 de dezembro de 2020) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 106.590 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 98.157 em 31 de dezembro de 2020); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 174.039 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 119.894 em 31 de dezembro de 2020); de diferenças de estoque no valor de R\$ 295.163 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 269.581 em 31 de dezembro de 2020); e de fundo de equilíbrio fiscal exigido pelos Estados para fruição de benefícios fiscais no valor de R\$ 59.128 e de cobrança do adicional de 2%, sobre produtos considerados não essenciais (etanol hidratado) no valor de R\$ 219.218.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 578.097 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 709.338 em 31 de dezembro de 2020) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 218.589 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 212.350 em 31 de dezembro de 2020), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 771.695 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 561.713 em 31 de dezembro de 2020), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 34.162 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.895 em 31 de dezembro de 2020). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.2 A controlada Cia. Ultragaz possui processos totalizando o valor de R\$ 233.426 (R\$ 186.381 em 31 de dezembro de 2020) movidos por revendedores que visam a declaração de nulidade e a rescisão dos contratos de distribuição, além de indenizações por perdas e danos.

b.2.3 A controlada IPP é parte em um processo administrativo perante o CADE baseado em supostas práticas anticompetitivas no Distrito Federal que foi instaurado em junho de 2020, oriundo de averiguação preliminar iniciada em 2009. A IPP já apresentou defesa e o processo está em fase de instrução probatória. Em 2019 e 2020, a IPP recebeu duas multas no montante de R\$ 40.693 e R\$ 8.187, por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais e em Joinville, Santa Catarina. A IPP submeteu as duas decisões à revisão judicial e em ambos os casos foram proferidas decisões suspendendo a exigibilidade das multas em virtude das garantias judiciais apresentadas. Os advogados externos classificam as probabilidades de perda destes casos como remotas.

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016 foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Ultracargo Logística. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Ultracargo Logística firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente.

No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Ultracargo Logística, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Ultracargo Logística acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Ultracargo Logística deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao TAC e ao Projeto de Manejo de Pesca. Em 04 de fevereiro de 2021, a controlada efetuou o pagamento do saldo remanescente referente ao TAC, inexistindo obrigações financeiras pendentes e/ou adicionais decorrentes de tal compromisso assumido. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 2.022 (R\$ 4.428 em 31 de dezembro de 2020). Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 não surgiram novos pleitos extrajudiciais.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 246.443 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 256.269 em 31 de dezembro de 2020).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridos antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 19.724 (R\$ 101.663 em 31 de dezembro de 2020) estão refletidas na consolidação destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 101.267 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 102.777 em 31 de dezembro de 2020). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

Parte da provisão de responsabilidade da Chevron relativa a autuação de ICMS (R\$ 81.060), do período de julho de 1996 a dezembro de 1997, foi definitivamente extinta por meio do pagamento pela Chevron realizado no programa de anistia fiscal, instituída pelo Convênio ICMS/RJ nº 51/2020 (Decreto/RJ nº 47.332/2020 e Lei Estadual do RJ nº 9.041/2020) em 16 de abril de 2021.

O valor da provisão de responsabilidade da Chevron no montante de R\$ 19.724, refere-se a: i) R\$ 17.231 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R\$ 2.207 de processos trabalhistas e (iii) R\$ 285 de processos cíveis, regulatórios e ambientais.

24 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil ^(a)	420	814
Programa de fidelidade Km de Vantagens ^(b)	5.205	15.424
Programa de fidelidade Clube Extrafarma ^(b)	-	2.044
Total circulante	<u>5.625</u>	<u>18.282</u>

a. Taxa inicial de franquia

A am/pm é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga e em 31 de dezembro de 2021 possuía 8 lojas com taxa inicial de franquia diferida por ainda não terem sido cumpridos os requisitos para reconhecimento em resultado (20 lojas em 31 de dezembro de 2020). No ano de 2021, foram inauguradas 90 lojas no total (58 lojas inauguradas em 2020).

A Jet Oil é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga e em 31 de dezembro de 2021, possuía 8 lojas com taxa inicial de franquia diferida por ainda não terem sido cumpridos os requisitos para reconhecimento em resultado (4 lojas em 31 de dezembro de 2020). No ano de 2021, foram inauguradas 45 lojas no total (45 lojas inauguradas em 2020).

Para mais informações sobre a receita diferida de taxa inicial de franquia vide nota explicativa nº 2.a.

b. Programas de fidelidade

O programa de fidelidade chamado KM de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos em diversos parceiros, incluindo o posto Ipiranga, foi transferido para o Abastece aí (www.abasteceai.com.br). A controlada IPP se mantém parceira do programa oferecendo cashback aos seus clientes com base nos limites negociados nos termos da parceria, onde, após o cliente cumprir os requisitos para o direito ao benefício o Abastece aí credita imediatamente o valor na carteira virtual do cliente e cobra da IPP, que reembolsa o Abastece aí e reconhece o mesmo montante como redução de vendas. Ao fim de cada exercício a controlada IPP avalia os pontos disponíveis aos seus clientes com potencial de se tornar cashback em exercícios futuros e reconhece tal probabilidade como receita diferida.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo no montante de R\$ 927 foi reclassificado para passivo mantido para venda.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos. Para mais informações sobre a receita diferida de programa de fidelidade vide nota explicativa nº 2.a.

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição – indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 19 de fevereiro de 2020, 12 de agosto de 2020, 24 de fevereiro de 2021 e 11 de agosto de 2021, o CA confirmou a emissão de, respectivamente, 2.108.542, 86.978, 70.939 e 31.032 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 578.538 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Em 31 de dezembro de 2021, permanecem retidas 3.527.934 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 51.296 (R\$ 86.439 em 31 de dezembro de 2020).

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.107.683 (1.115.005.712 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 14,54 (R\$ 23,74 em 31 de dezembro de 2020).

Em 19 de fevereiro de 2020, 12 de agosto de 2020, 24 de fevereiro de 2021 e 11 de agosto de 2021, o CA confirmou a emissão de 2.108.542, 86.978, 70.939 e 31.032 ações ordinárias, respectivamente, com os mesmos direitos atribuídos às demais ações da Companhia já emitidas, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia na incorporação de ações da Extrafarma. Para mais informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 25.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam em circulação no exterior 50.374.275 ações ordinárias na forma de ADRs (47.413.094 ações em 31 de dezembro de 2020).

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 9.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2021 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade 23.756.393 ações ordinárias (24.739.626 em 31 de dezembro de 2020) adquiridas ao custo médio de R\$ 18,13.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014 houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 19 de fevereiro de 2020, 12 de agosto de 2020, 24 de fevereiro de 2021 e 11 de agosto de 2021, ocorreram aumentos da reserva nos montantes de R\$ 53.072, R\$ 1.691, R\$ 1.371 e R\$ 448 respectivamente, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 25).

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal totalizava R\$ 791.083 (R\$ 750.010 em 31 de dezembro de 2020). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 54.b) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 50% do lucro líquido anual, após deduzida a reserva legal, à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 4.073.876 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.658.265 em 31 de dezembro de 2020).

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção.
- (ii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da liquidação da aplicação financeira.
- (iii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa (i)	Valor justo de aplicações financeiras (ii)	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (iii)	Mudança de participação de não controladores (iv)	Total
Em 31 de dezembro de 2019	(296.132)	205	(47.759)	197.369	(146.317)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(477.570)	64	-	-	(477.506)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	164.425	-	-	-	164.425
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(7.725)	-	(7.725)
IR e CS sobre perdas atuariais	-	-	2.133	-	2.133
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(609.277)</u>	<u>269</u>	<u>(53.351)</u>	<u>197.369</u>	<u>(464.990)</u>
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	12.036	(672)	-	-	11.364
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(4.060)	-	-	-	(4.060)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	49.550	-	49.550
IRPJ e CSLL sobre ganhos atuariais	-	-	(14.002)	-	(14.002)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(601.301)</u>	<u>(403)</u>	<u>(17.803)</u>	<u>197.369</u>	<u>(422.138)</u>

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.t.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo, líquido de imposto de renda e contribuição social (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da controladora são demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	231.596	102.427
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	97.113	202.277
Variação cambial sobre notas no mercado externo	(36.461)	(110.770)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial das notas no mercado externo	12.397	37.662
Saldo final	<u>304.645</u>	<u>231.596</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2020, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 479.748 (R\$ 0,44 – quarenta e quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 24 de fevereiro de 2021, e pagos a partir de 12 de março de 2021. Em 11 de agosto de 2021 foram aprovados os dividendos intermediários no montante de R\$ 218.074 (R\$ 0,20 – vinte centavos de Real por ação), pagos a partir de 27 de agosto de 2021. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2021, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$ 185.896 (R\$ 0,17 – dezessete centavos de Real por ação) foram aprovados pelo CA em 23 de fevereiro de 2022, e serão pagos a partir de 11 de março de 2022.

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

<u>Destinação do lucro líquido</u>	31/12/2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	850.463
Reserva legal (5% do lucro líquido)	42.523
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	807.940
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido ajustado)	403.970
Total da distribuição	403.970
Dividendos intermediários já distribuídos (R\$ 0,20 por ação)	(218.074)
Saldo de dividendos propostos (R\$ 0,17 por ação)	185.896
<u>Abertura do saldo de distribuição de dividendos</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido ajustado)	185.896
Saldo de dividendos propostos (R\$ 0,17 por ação)	185.896
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	42.523
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido ajustado)	403.970
Reserva estatutária	403.970
Total da distribuição do lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	850.463

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	439.094	442.133
Provisões	459.363	478.366
Dividendos prescritos	(10.487)	(11.816)
Pagamentos	(694.406)	(705.753)
Reclassificação para passivos de controladas mantidas para venda	-	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	193.564	202.860

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Receita bruta de vendas:		
Mercadorias	113.679.771	78.571.971
Prestação de serviços e outros	997.114	884.570
Devoluções e abatimentos	(1.351.464)	(1.812.144)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 12)	(282.521)	(289.436)
Receita diferida	10.614	9.814
	<u>113.053.514</u>	<u>77.364.775</u>
Impostos sobre vendas	<u>(3.320.672)</u>	<u>(3.306.719)</u>
Receita líquida	<u>109.732.842</u>	<u>74.058.056</u>

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.3.

28 Custos e Despesas por natureza

A Sociedade apresenta os custos e as despesas na demonstração dos resultados consolidados por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	-	-	104.233.143	68.851.960
Gastos com pessoal	175.933	153.338	1.575.066	1.414.567
Frete e armazenagens	-	-	899.188	1.073.971
Depreciação e amortização	11.936	2.775	653.118	595.531
Amortização de ativos de direito de uso	6.093	4.690	260.716	242.670
Propaganda e marketing	16	312	106.352	143.694
Serviços prestados por terceiros	104.039	40.030	399.904	184.532
Outras despesas	21.296	19.885	101.819	139.379
Rateio CSC/Holding	(294.386)	(221.030)	-	-
Total	<u>24.927</u>	<u>-</u>	<u>108.229.306</u>	<u>72.646.304</u>
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços	-	-	104.827.966	70.056.447
Despesas com vendas e comerciais	-	-	1.934.789	1.595.871
Despesas gerais e administrativas	<u>24.927</u>	<u>-</u>	<u>1.466.551</u>	<u>993.986</u>
Total	<u>24.927</u>	<u>-</u>	<u>108.229.306</u>	<u>72.646.304</u>

29 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o resultado foi um ganho de R\$ 184.189 (ganho de R\$ 85.455 em 31 de dezembro de 2020 - reapresentado) representado principalmente pela venda da ConectCar e ativo imobilizado.

30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020 Reapresentado
Outras receitas operacionais:		
Parceria comercial ⁽¹⁾	25.511	19.469
Merchandising ⁽²⁾	33.144	25.703
Créditos fiscais extraordinários ⁽³⁾	213.183	136.561
Aluguéis de imóveis ⁽⁴⁾	26.026	24.825
Receita de serviços diversos (serviços administrativos, comerciais e TI)	96.742	91.726
Multa contratual e vale gás	10.332	9.685
Outros	40.898	13.416
	<u>445.836</u>	<u>321.385</u>
Outras despesas operacionais:		
Aluguel de imóveis ⁽⁴⁾	(116.744)	(92.117)
Impostos sobre outros resultados operacionais ⁽⁵⁾	(23.416)	(24.929)
Multas por infrações fiscais	(3.702)	(5.692)
Obrigação de descarbonização ⁽⁶⁾	(161.281)	(124.287)
Outros	(44.527)	(10.326)
	<u>(349.670)</u>	<u>(257.351)</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>96.166</u>	<u>64.034</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 8.a.3), registrados no ano calendário de 2021.

⁽⁴⁾ Refere-se a receitas e despesas da Ipiranga com locação e sublocação de imóveis, especialmente para estabelecimento de postos próprios de combustíveis, vinculados a exigências contratuais para preservação da marca.

⁽⁵⁾ Refere-se substancialmente a ICMS, ISS, PIS e COFINS.

⁽⁶⁾ Refere-se a obrigação adotada pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
				Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	34.690	42.749	101.326	93.667
Juros de clientes	-	-	109.999	132.155
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	33.180	-	33.180	-
Juros Selic sobre créditos extraordinários de PIS/COFINS (vide nota explicativa nº 8.a.3)	-	-	201.795	121.565
Atualização de provisões e outras receitas	444	273	13.854	10.279
	<u>68.314</u>	<u>43.022</u>	<u>460.154</u>	<u>357.666</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(14.801)	(43.503)	(410.430)	(337.324)
Juros sobre debêntures	(80.241)	(53.960)	(306.539)	(321.656)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(3.220)	(4.238)	(110.878)	(109.318)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.430)	(1.853)	(70.801)	(46.878)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(239.106)	(58.944)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	-	(17.353)	-	(17.353)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(85.132)	(16.541)
	<u>(99.692)</u>	<u>(120.907)</u>	<u>(1.222.886)</u>	<u>(908.014)</u>
Total	<u>(31.378)</u>	<u>(77.885)</u>	<u>(762.732)</u>	<u>(550.348)</u>

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.3.

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 9.c e 25, respectivamente.

	31/12/2021			31/12/2020 - Reapresentado ⁽ⁱⁱ⁾		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas ⁽ⁱ⁾	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas ⁽ⁱ⁾	Total
Lucro básico por ação						
Lucro líquido da Sociedade	785.199	65.264	850.463	612.750	280.633	893.383
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.090.500	1.090.500	1.090.500	1.089.414	1.089.414	1.089.414
Lucro básico por ação - R\$	0,7200	0,0598	0,7799	0,5625	0,2576	0,8201
Lucro diluído por ação						
Lucro líquido da Sociedade	785.199	65.264	850.463	612.750	280.633	893.383
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.096.962	1.096.962	1.096.962	1.095.842	1.095.842	1.095.842
Lucro diluído por ação - R\$	0,7158	0,0595	0,7753	0,5592	0,2561	0,8152
Média ponderada das ações (em milhares)						
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação			1.090.500			1.089.414
Efeito da diluição						
Bônus de subscrição			3.548			3.570
Plano de ações			2.914			2.858
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação			1.096.962			1.095.842

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.2.

⁽ⁱⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.c.3.

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.297.491 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 25.

33 Informações por segmento

A Sociedade possui seis segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico (apresentado como operações descontinuadas), armazenagem, drogarias (apresentado como operações descontinuadas) e pagamentos digitais. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo o território brasileiro. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grãos líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de pagamentos digitais (Abastece aí) oferece serviços de pagamentos digitais, unindo o aplicativo “abastece aí” e o programa de fidelidade “Km de Vantagens”. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Ambos possuem suas informações por segmento apresentadas na nota explicativa nº 3.c.2, operações descontinuadas.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos de operações continuadas da Sociedade podem ser assim demonstradas. Para as operações descontinuadas vide nota explicativa nº 3.c.2:

31/12/2021								
Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Abastece aí	Subtotal	Outros ^{(1) (2)}	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	99.382.617	9.744.659	713.096	84.733	109.925.105	22.452	(214.715)	109.732.842
Transações com terceiros	99.382.547	9.740.657	518.762	84.733	109.726.699	6.143	-	109.732.842
Transações entre segmentos	70	4.002	194.334	-	198.406	16.309	(214.715)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(96.110.408)	(8.626.340)	(285.406)	-	(105.022.154)	70	194.118	(104.827.966)
Lucro bruto	3.272.209	1.118.319	427.690	84.733	4.902.951	22.522	(20.597)	4.904.876
Receitas (despesas) operacionais								
Com vendas e comerciais	(1.409.350)	(438.697)	(9.213)	(71.345)	(1.928.605)	(6.184)	-	(1.934.789)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação	23.536	(20.482)	69	-	3.123	-	-	3.123
Gerais e administrativas	(846.441)	(202.002)	(127.117)	(113.544)	(1.289.104)	(198.044)	20.597	(1.466.551)
Resultado na venda de bens	183.862	2.138	(1.754)	(9)	184.237	(48)	-	184.189
Outros resultados operacionais, líquidos	74.574	10.976	3.876	5.159	94.585	1.581	-	96.166
Lucro (prejuízo) operacional	1.298.390	470.252	293.551	(95.006)	1.967.187	(180.173)	-	1.787.014
Equivalência patrimonial	(859)	(104)	602	-	(361)	(17.273)	-	(17.634)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	1.297.531	470.148	294.153	(95.006)	1.966.826	(197.446)	-	1.769.380
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	325.942	211.014	76.421	14.365	627.742	25.376	-	653.118
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	280.975	1.546	-	-	282.521	-	-	282.521
Amortização de ativos de direito de uso	182.245	46.579	25.440	267	254.531	6.185	-	260.716
Total de depreciação e amortização	789.162	259.139	101.861	14.632	1.164.794	31.561	-	1.196.355

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2020 – Reapresentado								
Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ^{(1) (2)}	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	66.133.035	7.408.342	644.177	17.223	74.202.777	48.325	(193.046)	74.058.056
Transações com terceiros	66.132.828	7.403.632	504.725	17.223	74.058.408	(352)	-	74.058.056
Transações entre segmentos	207	4.710	139.452	-	144.369	48.677	(193.046)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(63.609.871)	(6.310.157)	(270.010)	-	(70.190.038)	207	133.384	(70.056.447)
Lucro bruto	2.523.164	1.098.185	374.167	17.223	4.012.739	48.532	(59.662)	4.001.609
Receitas (despesas) operacionais								
Com vendas e comerciais	(1.164.779)	(404.776)	(7.278)	(13.945)	(1.590.778)	(5.093)	-	(1.595.871)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação	2.863	(18.514)	370	-	(15.281)	-	-	(15.281)
Gerais e administrativas	(568.963)	(196.883)	(122.965)	(33.164)	(921.975)	(131.673)	59.662	(993.986)
Resultado na venda de bens	78.952	7.936	(1.433)	-	85.455	-	-	85.455
Outros resultados operacionais, líquidos	44.195	8.265	8.898	920	62.278	1.756	-	64.034
Lucro operacional	915.432	494.213	251.759	(28.966)	1.632.438	(86.478)	-	1.545.960
Equivalência patrimonial	(932)	(53)	392	-	(593)	(43.438)	-	(44.031)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	914.500	494.160	252.151	(28.966)	1.631.845	(129.916)	-	1.501.929
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	314.511	192.241	65.838	4.053	576.643	18.888	-	595.531
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	287.800	1.636	-	-	289.436	-	-	289.436
Amortização de ativos de direito de uso	177.039	41.015	19.482	40	237.576	5.094	-	242.670
Total de depreciação e amortização	779.350	234.892	85.320	4.093	1.103.655	23.982	-	1.127.637

⁽¹⁾ Inclui na linha “Gerais e administrativas e receita de venda de bens” o montante de R\$ 154.640 em 2021 (R\$ 87.363 em 2020) de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo a Presidência, Diretoria Financeira, Diretoria Jurídica, CA e CF, Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria e Diretoria de Sustentabilidade.

⁽²⁾ A coluna “Outros” é formada pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social dos segmentos, pela controladora Ultrapar e pelas controladas Serma, Imaven Imóveis Ltda. (“Imaven”), Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial dos empreendimentos controlados em conjunto ConectCar até 30 de setembro de 2021 e RPR.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2021										
Fluxo de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total		
Aquisição de imobilizado	386.693	336.871	298.272	636	1.022.472	5.947	-	1.028.419		
Aquisição de intangível	156.498	30.150	15.819	34.824	237.291	197	-	237.488		
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	420.261	-	-	-	420.261	-	-	420.261		
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	176.837	-	-	-	176.837	-	-	176.837		
31/12/2020 – Reapresentado										
Fluxo de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total		
Aquisição de imobilizado	245.980	276.470	211.287	5.149	738.886	11.732	-	750.618		
Aquisição de intangível	85.337	32.613	5.596	10.285	133.831	20.703	-	154.534		
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	351.233	4.812	-	-	356.045	-	-	356.045		
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	125.345	-	-	-	125.345	-	-	125.345		
31/12/2021										
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Ativos de controladas mantidos para venda	Total		
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	21.050.793	3.233.736	2.675.453	152.212	27.112.194	897.246	11.000.917	39.010.357		
31/12/2020										
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Oxiteno	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	18.761.207	2.927.061	8.892.850	2.197.675	1.845.038	85.787	34.709.618	1.540.544	-	36.250.162

⁽³⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.769.380	1.501.929
Resultado financeiro, líquido	(762.732)	(550.348)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.006.648</u>	<u>951.581</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragas	367.021	309.083
Ipiranga	550.874	338.848
Ultracargo	316.873	218.898
Abastece aí	<u>35.460</u>	<u>15.434</u>
	1.270.228	882.263
Outros ⁽¹⁾	<u>6.143</u>	<u>32.437</u>
Total de adições ao imobilizado e intangível, excluindo créditos de descarbonização - (vide notas explicativas nº 15 e 16)	1.276.371	914.700
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 22)	(451)	(163)
Juros capitalizados	<u>(10.013)</u>	<u>(9.385)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>1.265.907</u>	<u>905.152</u>
Adições de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 12):		
Ipiranga	689.986	543.382
Ultragas	<u>-</u>	<u>5.703</u>
Total	<u>689.986</u>	<u>549.085</u>

⁽¹⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos de direito de uso, imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxitenno no exterior, os quais foram reclassificados para ativos de controladas mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 3.b, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Estados Unidos	-	1.152.876
México	-	163.042
Uruguai	-	90.347
	<u>-</u>	<u>1.406.265</u>

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, bem como por meio de exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	109.598.146	73.941.162
Outros países da América Latina	69.523	45.356
Estados Unidos e Canadá	35.279	29.935
Europa	18.876	34.460
Outros	11.018	7.143
Total	<u>109.732.842</u>	<u>74.058.056</u>

⁽ⁱ⁾ Para mais informações, vide nota explicativa nº 3.c.3.

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos Financeiros (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO e que se reúne trimestralmente. O acompanhamento mensal dos parâmetros da Política é responsabilidade do CFO.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	122.242	1.413.276
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	1.324	307.829
Outros ativos no exterior	186.548	1.767.626
Exposição ativa de controladas mantidas para venda	3.839.194	-
	<u>4.149.308</u>	<u>3.488.731</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira brutos de custos de transação e deságios	(8.860.833)	(9.246.707)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(649.107)	(633.013)
Exposição passiva de controladas mantidas para venda	(884.402)	-
	<u>(10.394.342)</u>	<u>(9.879.720)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	2.933.572	4.837.554
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial em controladas mantidas para venda	1.786.471	-
	<u>(1.524.991)</u>	<u>(1.553.435)</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.524.991)</u>	<u>(1.553.435)</u>
Posição líquida (passiva) ativa – efeito no resultado	(498.604)	186.306
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido em controladas mantidas para venda	(1.026.387)	(1.739.741)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para o cenário base foram utilizadas as curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2021 sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado, impactados pelo dólar médio de R\$ 5,6514 em 31 de dezembro de 2021.

A tabela abaixo demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.524.991 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021:

	Risco	Cenário Base
Efeito no resultado	Depreciação do Real	(25.230)
	Efeito	<u>(25.230)</u>
Efeito no resultado	Apreciação do Real	25.230
	Efeito	<u>25.230</u>

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 5. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
DI			
Equivalentes de caixa	5.a	1.943.164	2.241.852
Aplicações financeiras	5.b	1.607.608	3.749.852
Financiamentos e debêntures	17.a	(4.855.517)	(6.947.362)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	34.g	(2.283.625)	(2.124.146)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	34.g	(2.364.583)	(2.203.705)
Posição líquida passiva em DI		<u>(5.952.953)</u>	<u>(5.283.509)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	17.a	<u>(326)</u>	<u>(29.803)</u>
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(326)</u>	<u>(29.803)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial – LIBOR	34.g	279.047	260.958
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	17.a	<u>(275.936)</u>	<u>(573.484)</u>
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>3.111</u>	<u>(312.526)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(5.950.168)</u>	<u>(5.625.838)</u>

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes, em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR e SELIC).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

	Risco	31/12/2021 Cenário Base
<u>Exposição a juros flutuantes</u>		
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	153.160
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(360.652)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(221.157)
Despesa incremental		<u>(428.649)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	<u>(7)</u>
Despesa incremental		<u>(7)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	11
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	<u>(94)</u>
Redução de receita		<u>(83)</u>

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 5) e contas a receber (vide nota explicativa nº 6).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2021	31/12/2020
AAA	3.606.000	8.190.428
AA	740.879	317.894
A	116.594	163.838
Total	4.463.473	8.672.160

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	31/12/2021	31/12/2020
Ipiranga	422.542	447.389
Ultragaz	135.565	113.621
Oxitenos (*)	-	16.430
Extrafarma (*)	-	73
Ultracargo	1.526	1.594
Total	559.633	579.107

(*) Em 31 de dezembro de 2021 os saldos foram reclassificados para ativos de controladas mantidas para venda.

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes das adições dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	0,6%	3.901.536	23.476	1,2%	3.751.067	44.091
< 30 dias	7,3%	109.284	8.005	2,2%	134.836	2.939
31 a 60 dias	20,4%	57.545	11.746	8,2%	43.207	3.563
61 a 90 dias	23,0%	39.177	9.016	10,9%	42.589	4.630
91 a 180 dias	49,1%	50.588	24.818	36,8%	76.158	28.062
> 180 dias	57,5%	838.532	482.572	55,7%	890.756	495.822
		4.996.662	559.633		4.938.613	579.107

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	31/12/2021	31/12/2020
Brasil	559.532	568.461
Estados Unidos e Canadá	3	1.146
Outros Países da América Latina	15	271
Europa	66	9.120
Outros	17	109
	559.633	579.107

Para mais informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 6.a e 6.b.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.4 Risco de preços

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de *commodities*, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional, utilizando-se de contratos derivativos de *heating oil* (diesel) e *RBOB* (gasolina) negociados em bolsa.

A tabela abaixo demonstra as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities* em aberto em 31 de dezembro de 2021:

Derivativo	Contrato			Nocional (m³)		Nocional (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Termo de Mercadorias	Vendido	Heating Oil	jan-22	167.255	108.429	103.148	42.399	2.269	(563)
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	jan-22	29.413	-	17.112	-	(967)	-
								1.302	(563)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos totaliza R\$ 3.605.377 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 17.a). Adicionalmente, o plano de investimentos realizado em 2021 totalizou R\$ 1.883.839. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 4.084.196 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 5).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	19.825.386	3.605.377	5.081.235	4.237.708	6.901.066
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	747.861	214.846	272.208	169.274	91.533
Fornecedores	5.789.954	5.789.954	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.145.602	304.007	505.547	370.828	965.220

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 11,74% para 2022 e 10,32% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 5,75 em 2022, R\$ 5,45 em 2023, R\$ 5,10 em 2024 e R\$ 4,90 a partir de 2025; (iii) TJLP de 6,08%; (iv) IPCA de, 5,11% em 2022, 3,32% em 2023, 3,1% em 2024 e 3,0% a partir de 2025.(fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2021, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) e contratos das *commodities heating oil* cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 31 de dezembro de 2021. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 5) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 17). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Swap cambial	Dívida	USD + 4,65%	104,87% DI	set-23	34.h.1	USD 125.000	USD 185.000	212.510	298.889
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,00% DI	jun-22	34.h.1	USD 50.000	USD 50.000	109.332	94.782
Swap de Juros	Dívida	4,59% + IPCA	102,00% DI	set-28	34.h.1	R\$ 2.226.054	R\$ 806.054	166.468	203.837
Swap de Juros	Dívida	6,47%	99,94% DI	nov-24	34.h.1	R\$ 90.000	R\$ 90.000	(9.044)	3.498
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil	jan-22	34.h.1	USD 120.260	USD 42.399	1.302	(563)
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-22	34.h.1	USD 68.361	USD 23.124	5.702	(733)
								486.270	599.710

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Swap cambial	Dívida	USD + 0,18%	55,5% DI	-	-	USD 320.000	-	519.260
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jun-22	USD 625.762	USD 378.550	3.463	(112.152)
Swap de Juros	Dívida	2,67%	100% DI	-	-	R\$ 1.300.000	-	(5)
Swap de Juros	Dívida	5,25%	DI - 1,36%	jun-29	USD 300.000	-	(126.752)	-
							(123.289)	407.103

¹ Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do *hedge* a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2021	31/12/2020
Valor nominal – US\$	175.000	235.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	21.812	574.378
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	47.064	(13.131)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(105.059)	(597.735)
Custo médio efetivo - % do DI	104,9	104,1

Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2021	31/12/2020
Valor nominal – R\$	2.226.054	806.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(17.922)	67.446
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	166.374	(18.446)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(245.710)	(99.555)
Custo médio efetivo - % do DI	102,0	95,8

Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.f.2, 17.f.4, 17.f.6, 17.f.8, 17.f.9 e 17.f.10.

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2021	31/12/2020
Valor nominal – R\$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(10.088)	6.528
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	11.756	3.250
Resultado financeiro da dívida – R\$	(5.914)	(8.968)
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	99,9

Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.f.7.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo e estão concentrados na controlada IPP. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A IPP realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge accounting*, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	31/12/2021	31/12/2020
Valor nocional – US\$	188.621	65.523
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(129.670)	(87.448)
Ajuste de valor justo do estoque – R\$	(4.352)	18.468

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”.

Em 31 de dezembro de 2021 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 386.787 (US\$ 468.215 em 31 de dezembro de 2020), sendo reconhecido um ganho não realizado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 7.880 em 31 de dezembro de 2021 (perda de R\$ 315.403 em 31 de dezembro de 2020), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os impactos e saldos do hedge de fluxo de caixa estão contabilizados na Oxiten, empresa do grupo que foi reclassificada como mantidos para vendas e operações descontinuadas.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizadas para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95.000 (US\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2020), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 24.064 em 31 de dezembro de 2021 (perda de R\$ 73.108 em 31 de dezembro de 2020), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido. Os impactos e saldos do hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior estão contabilizados na Oxiten, empresa do grupo que foi reclassificada como mantidos para vendas e operações descontinuadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	31/12/2021	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de <i>commodities</i>	(205.680)	-
b - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(101.488)	-
c - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	21.547	(753.655)
Total	(285.621)	(753.655)

	31/12/2020	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de <i>commodities</i>	497.210	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(330.999)	80
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	58.131	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(919.219)	(737.471)
Total	(694.877)	(737.391)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para mais informações vide nota explicativa nº 17.b).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			31/12/2021		31/12/2020	
	Categoria	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	5.a	334.547	334.547	405.081	405.081
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.a	1.943.164	1.943.164	2.241.852	2.241.852
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.a	2.363	2.363	14.561	14.561
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	1.607.608	1.607.608	3.643.286	3.643.286
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.b	-	-	31.315	31.315
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	5.b	-	-	75.251	75.251
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.b	103.239	103.239	1.278.940	1.278.940
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	472.552	472.552	981.874	981.874
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	6.a	3.438.995	3.367.012	3.391.122	3.369.766
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	6.b	998.034	992.359	968.384	965.645
Total			8.900.502	8.822.844	13.031.666	13.007.571
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	1.011.374	1.011.374	1.308.928	1.308.928
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	17.a	8.082.323	8.380.088	9.406.013	10.186.947
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	17.a	4.599.525	4.529.439	5.450.751	5.363.621
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	2.487.244	2.487.244	1.093.365	1.093.365
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	14	1.348.311	1.348.311	1.833.288	1.833.288
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	197.177	197.177	117.159	117.159
Fornecedores	Custo amortizado	18	5.789.954	5.727.724	4.040.652	4.008.457
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	51.296	51.296	86.439	86.439
Total			23.567.204	23.732.653	23.336.595	23.998.204

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 17.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 5.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 17.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 17.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2021	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. pelo custo amortizado	5.a	334.547	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.a	1.943.164	-	1.943.164
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.a	2.363	2.363	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	1.607.608	1.607.608	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.b	103.239	-	103.239
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	472.552	-	472.552
Contas a receber de clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.a	3.367.012	-	-
Financiamentos a clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.b	992.359	-	-
Total			8.822.844		
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	1.011.374	-	1.011.374
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	17.a	8.380.088	-	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	17.a	4.529.439	-	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	2.487.244	-	2.487.244
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	14	1.348.311	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	197.177	-	197.177
Fornecedores	Mens. pelo custo amortizado	18	5.727.724	-	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	51.296	-	51.296
Total			23.732.653		

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. pelo custo amortizado	5.a	405.081	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.a	2.241.852	-	2.241.852
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.a	14.561	14.561	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	3.643.286	3.643.286	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.b	31.315	-	31.315
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	5.b	75.251	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.b	1.278.940	30.245	1.248.695
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	981.874	-	981.874
Contas a receber de clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.a	3.369.766	-	-
Financiamentos a clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.b	965.645	-	-
Total			<u>13.007.571</u>		
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	1.308.928	-	1.308.928
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	17.a	10.186.947	-	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	17.a	5.363.621	-	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	1.093.365	-	1.093.365
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	14	1.833.288	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	117.159	-	117.159
Fornecedores	Mens. pelo custo amortizado	18	4.008.457	-	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	86.439	-	86.439
Total			<u>23.998.204</u>		

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial a administração adotou como cenário base as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano cotados na B3 em 31 de dezembro de 2021. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 10,25 (R\$ 8,23 em 31 de dezembro de 2020) no cenário base.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2021, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/12/2021	<u>Risco</u>	<u>Cenário Base</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos		
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	137.304
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(137.301)
(1)+(2)	Efeito líquido no Resultado	<u>3</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos		
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	49.935.747
(4) Margem bruta da Ipiranga		(49.935.747)
(3)+(4)	Efeito líquido no Resultado	<u>-</u>
Hedge de fluxo de caixa		
(1) Cash Flow Hedge	Depreciação do dólar	528.360
(2) Dívidas		(528.360)
(1)+(2)	Efeito no Patrimônio Líquido	<u>-</u>
Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior		
(1) Net Investment Hedge	Depreciação do dólar	252.423
(2) Dívidas		(252.423)
(1)+(2)	Efeito no Patrimônio Líquido	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2021 para os vencimentos de cada Swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário base.

Com base nos cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2021	<u>Risco</u>	<u>Cenário Base</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA		
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(20.053.149)
(2) Dívida a taxa fixa		20.053.149
(1) + (2)	Efeito líquido no Resultado	<u>-</u>

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Ultracargo Logística possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	465.403 ton.	2031
Itaqui	1.222.377 m ³	2049

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2021, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,67 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,85 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 31 de dezembro de 2021 não existiam pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade está amparada por apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta.

Nas apólices patrimoniais os valores máximos indenizáveis são definidos com base na análise de risco dos principais locais.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 250 milhões.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores, administradores e conselheiros (D&O) que amparam a Ultrapar e suas controladas no valor total de US\$ 80 milhões.

São contratados também seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criteriosos estudos de riscos e perdas realizados por consultores independentes de seguros, sendo as modalidades e valores de seguro contratados considerados pela administração suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Arrendamento de áreas portuárias

Em 22 de março de 2019 a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019 a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Ultracargo Logística, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Ultracargo Logística venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Ultracargo Logística por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Ultracargo Logística totalizam aproximadamente R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos cinco anos subsequentemente ao leilão, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

Em 9 de abril de 2021 a Sociedade, por meio de sua controlada Ultracargo Logística, venceu o leilão para arrendamento da área IQI13 no porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, para armazenagem e movimentação de grãos líquidos, especialmente combustíveis. Na área arrendada será construído um novo terminal com capacidade estática mínima de 79 mil m³. O arrendamento terá duração mínima de 20 anos de acordo com o aviso do leilão. Para essa capacidade, estima-se investimento de aproximadamente R\$ 310 milhões, incluindo o valor relativo à outorga, a serem desembolsados em até seis anos após assinatura do contrato.

36 Eventos subsequentes

a. Emissão de ações de bônus de subscrição Extrafarma

Em 23 de fevereiro de 2022, o CA confirmou a emissão de 43.925 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (maiores detalhes na nota explicativa nº 25) emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela AGE da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.115.151.608 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 foi de importantes transformações para o Grupo Ultra.

Ultragaz, Ultracargo e Oxitenos atingiram recordes de resultados e rentabilidade em 2021. Ipiranga e Extrafarma, por sua vez, tiveram um primeiro semestre de resultados mais fracos e, mesmo com uma melhora nas operações a partir do segundo semestre, não atingiram os níveis desejados de rentabilidade. Nesse sentido, temos executado uma série de mudanças e ajustes operacionais que visam retomar a trajetória de crescimento com rentabilidade da Ipiranga ao longo de 2022 e 2023.

Avançamos significativamente também em nossa estratégia de revisão de portfólio, com a assinatura dos contratos de venda da Oxitenos e da Extrafarma (ainda pendentes de aprovação da autoridade concorrencial brasileira), além da conclusão da venda de nossa participação na ConectCar.

Gostaríamos de ressaltar a importante renovação da nossa estrutura de gestão e governança realizada em 2021, reforçando os pilares para o crescimento e perenidade do Grupo Ultra. Em abril, três novos membros foram eleitos para o Conselho de Administração da Ultrapar, agregando experiências e competências adicionais para a Companhia. Realizou-se também a sucessão na liderança executiva do Grupo Ultra e da Ipiranga, assim como definiu-se e iniciou-se o processo de sucessão da presidência do Conselho, com conclusão prevista para abril de 2023. Soma-se a isso a continuidade da renovação do grupo de gestores do Grupo Ultra e dos seus negócios.

Em 2021, a despeito dos desafios impostos pela pandemia do COVID-19, continuamos fornecendo produtos e serviços de qualidade para a população brasileira, sem qualquer descontinuidade e sem perder de vista o rigoroso compromisso com a saúde e segurança de nossos colaboradores. Seguimos mobilizados para apoiar o esforço da sociedade no combate à pandemia, com a doação de insumos hospitalares, cestas básicas, GLP e itens de higiene. Considerando os anos de 2020 e 2021, nossas contribuições para o enfrentamento da pandemia somaram R\$ 45 milhões.

Paralelamente, consolidamos nossa estratégia de sustentabilidade, que passou a ser parte intrínseca do plano estratégico da Companhia, o que fortalece a perspectiva integrada nas tomadas de decisão, considerando os aspectos financeiro, social, ambiental e de governança corporativa. Destaca-se, ainda, a criação da Diretoria de Sustentabilidade da Ultrapar, em março de 2021.

Do ponto de vista de nossos resultados financeiros consolidados, a receita líquida totalizou R\$ 119 bilhões, 46% superior à de 2020, função do maior faturamento em todos os negócios, exceto Extrafarma. A Companhia atingiu um EBITDA de R\$ 4,1 bilhões, desconsiderando o *impairment* da Extrafarma e o ganho de capital com a venda da ConectCar, e um lucro líquido de R\$ 884 milhões em 2021, dos quais R\$ 404 milhões deverão ser distribuídos sob a forma de dividendos para os acionistas. Destaca-se, ainda, a geração de caixa operacional após investimentos, que totalizou R\$ 1,3 bilhão e contribuiu para a redução da nossa alavancagem financeira na comparação anual. Em setembro, emitimos um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no valor de R\$ 960 milhões e com custo de 102,75% do CDI, alongando o perfil de nossa dívida. Assim, encerramos o ano com uma posição de caixa de R\$ 6,7 bilhões e prazo médio de vencimento da dívida de 4,6 anos.

O Grupo Ultra entra em 2022 fortalecido para acelerar a geração de valor a longo prazo para seus acionistas e demais *stakeholders* e preparado para um novo ciclo de crescimento.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores pela dedicação e engajamento ao longo do ano e aos demais *stakeholders* pela confiança em nossa organização.

Pedro Wongtschowski

Presidente do Conselho de
Administração

Frederico Fleury Curado

Diretor Presidente
até dez/21

Marcos Marinho Lutz

Diretor Presidente
a partir de jan/22

Perfil da Companhia

O Grupo Ultra possui 84 anos de história, com suas origens em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz, empresa pioneira na distribuição do gás liquefeito de petróleo (GLP) como gás de cozinha. Desde então, o Grupo Ultra se consolidou como um dos maiores grupos empresariais do país, investindo em negócios essenciais para a vida das pessoas, com posição de destaque em seus respectivos segmentos de atuação: energia e infraestrutura, através da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo; especialidades químicas, por meio da Oxiteno, e varejo farmacêutico com a Extrafarma.

Em 1999, o Grupo Ultra realizou a abertura de capital, simultaneamente, na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), e desde 2011 a Companhia integra o Novo Mercado da B3.

Ultragaz

Empresa pioneira e líder na distribuição de GLP no Brasil, é referência em segurança, inovação e criação de soluções para seus clientes, atuando nos segmentos envasado e granel.

Ultracargo

Maior empresa privada de armazenagem de grânéis líquidos do Brasil, presente nos principais portos do país com terminais modernos para armazenagem e movimentação de produtos químicos, combustíveis e óleos vegetais. A Ultracargo ampliou sua atuação geográfica em 2021 com o início das operações no novo terminal de Vila do Conde (PA).

Oxiteno

Líder na produção de tensoativos e especialidades químicas, com foco em inovação e sustentabilidade, está presente em oito países e possui onze unidades industriais: seis no Brasil, três no México, uma nos Estados Unidos e uma no Uruguai.

Ipiranga

Uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país, reúne uma rede de mais de 7 mil postos cada vez mais completos e digitais, além de ser líder no segmento de lojas de conveniência com a AmPm, que conta com 1,8 mil lojas.

Extrafarma

Rede de varejo farmacêutico com posição de liderança nas regiões Norte e Nordeste, presente em dez Estados brasileiros, com aproximadamente 400 lojas e quatro centros de distribuição.

abastece aí

Empresa de pagamentos digitais criada em 2020 para alavancar os benefícios provenientes do programa de fidelidade Km de Vantagens e do aplicativo abastece aí. Em 2021, aumentou em 2 milhões o número de suas contas digitais.

COVID-19

O **Grupo Ultra** manteve-se mobilizado para apoiar a sociedade brasileira no segundo ano da pandemia de COVID-19. Em 2021, cerca de R\$ 8 milhões adicionais foram direcionados a diferentes iniciativas de enfrentamento à pandemia e suas consequências, totalizando R\$ 45 milhões nos dois últimos anos.

Com o agravamento da pandemia no início de 2021, o **Grupo Ultra** se uniu a outras 11 empresas para a doação de mais de 5 mil concentradores de oxigênio ao Ministério da Saúde – juntas, as 12 empresas parceiras investiram mais de R\$ 35 milhões nesta iniciativa. O Grupo também doou R\$ 1,5 milhão para o Instituto Butantã, para compra de equipamentos da planta que produzirá as vacinas contra a COVID-19 (ButanVac) e influenza.

A **Ultragaz** atuou na distribuição de 2 mil cilindros de oxigênio para hospitais paulistas e, com a mobilização de sua rede de revendedores, impactou mais de 10 milhões de pessoas de 50 cidades do país em uma campanha educativa sobre prevenção à COVID-19. A Ultragaz também doou 8 mil botijões de GLP e mais de 2 mil cestas básicas ao longo do ano. A **Ultracargo** doou cerca de 6 mil cestas básicas para ajudar no combate à fome nas comunidades vizinhas a seus terminais.

Em parceria com a AkzoNobel, a **Oxiten** apoiou a rede pública de ensino na região de Mauá (SP) para doação de mil cestas básicas para famílias de alunos em situação de vulnerabilidade, revitalização de mais de 14 mil m² de espaços escolares e entrega de máscaras e álcool gel para proteger alunos e educadores no retorno às aulas presenciais.

A **Ipiranga** integrou um movimento do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e outras empresas, que repassou ao Ministério da Saúde cerca de 4 milhões de medicamentos para intubação de pacientes com COVID-19. A Ipiranga também se uniu ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e às ONGs Gerando Falcões e Aldeias Infantis para distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), itens de higiene, vale-refeição e cestas básicas e, em parceria com secretarias municipais de saúde, ações do programa Saúde na Estrada disponibilizaram vacina contra COVID-19.

A **Extrafarma**, em parceria com o projeto Transforma Brasil, participou da campanha A Fome Tem Pressa e arrecadou valores correspondentes a mais de 1,6 mil cestas básicas, com participação ativa dos colaboradores – a cada R\$ 1,00 doado por um colaborador, a empresa doava o mesmo valor, beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade nas regiões do Ceará, Pará e Rio Grande do Norte. Além disso, cerca de 20 mil itens de higiene e 2 mil toneladas de alimentos foram arrecadados ao longo de 2021 para apoiar instituições como Associação Comunitária Lucas Dantas (ACOLD), Jardim das Borboletas, Hospital Martagão e G10 Favelas.

Inovação

Para impulsionar a cultura inovadora, em 2021 foi realizado o primeiro evento de inovação do Grupo Ultra, com mais de 700 participantes. Foram dois dias de evento, com participação de palestrantes externos e *startups*.

Com o UVC Investimentos, fundo de *corporate venture capital* constituído em 2020, o **Grupo Ultra** tem buscado investir em empresas inovadoras e novas tecnologias que sejam complementares aos negócios da Companhia. O fundo, que já realizou investimento em seis *startups*, tem atuado com foco em três verticais: energia, mobilidade e tecnologias digitais.

Com processos e estruturas próprias de inovação e P&D, os negócios avançaram em suas estratégias de inovação e transformação digital em 2021.

Na **Ultragaz**, a inovação e a tecnologia norteiam o trabalho da área de Desenvolvimento de Soluções, que disponibiliza ao mercado, em média, cinco novos projetos por ano. Entre os destaques de 2021 estão as soluções exclusivas para o agronegócio, que automatizam atividades pós-colheita, além de gerar eficiência e redução de custos para os clientes. Esse é o caso do Ultragaz Secagem de Grãos, que usa sensores de temperatura e umidade para controlar o processo de secagem dos grãos reduzindo o consumo de energia. A jornada de digitalização também avançou. A empresa atingiu a marca de 2,2 milhões de *downloads* no aplicativo Ultragaz e de mil revendedores utilizando o aplicativo AmigU, digitalização da entrega (*last mile*) que garante que os pedidos sejam direcionados ao entregador mais próximo, permitindo ao cliente acompanhar o percurso em tempo real. Por fim, a Ultragaz teve importantes avanços na consolidação de parcerias digitais com iFood, Recargapay e Cartão de Todos.

Na **Ultracargo**, o projeto Conecta, nova arquitetura de sistemas de gestão e operações, tem viabilizado a otimização de processos e reforçado o nível de segurança das transações da empresa, com foco em maximização do uso dos ativos e do nível de serviço aos clientes, além de otimização do desempenho de *supply chain*. O projeto já foi implementado na matriz e nos terminais de Itaqui (MA), Suape (PE) e Vila do Conde (PA), e será estendido aos demais terminais em 2022. Além disso, a implementação do projeto SOUL (Sistema de Operações Ultracargo) tem gerado ganhos importantes em segurança e produtividade, com base em nova filosofia de aprimoramento contínuo dos processos, otimização do modelo de operação dos terminais e eliminação de perdas. Por fim, teve início a implementação do Programa Soul+, programa de ideias para estimular os colaboradores a propor soluções inovadoras e de fácil implementação para melhoria de performance das operações.

Considerando todo o ecossistema de inovação aberta que inclui *startups*, empresas, consultorias, universidades e institutos de ciência e tecnologia, a **Oxiten** firmou 33 contratos em 2021 – oito deles provas de conceito com *startups*, sendo 4 implementadas no ano. Na frente de parcerias cofinanciadas, há três projetos em andamento com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAP II) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo. A Oxiten também conta com mais de 20 pesquisadores bolsistas dos programas Inova Talentos do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e mais 10 bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (MAI/DAI) do CNPq. Em 2021, 16 pedidos de patentes foram depositados e 8 patentes foram concedidas. A Oxiten registrou ainda 64 novos produtos com vendas iniciadas no ano. Já o Xlab, laboratório para impulsionar a inovação digital na empresa, transformou 36 ideias em produtos ou soluções para atender demandas de diferentes áreas da Oxiten.

Na **Ipiranga**, a atuação do Turbo, *hub* de inovação criado em 2019 para fomentar a interação com *startups* e disseminar a cultura de inovação, conferiu à empresa dois importantes reconhecimentos: vencedora da categoria Varejo e Distribuição do *ranking* 100 Open Startups 2021 e segunda posição na categoria Petróleo e Gás e Petroquímica no prêmio Valor Inovação, que posicionou a empresa entre as mais inovadoras do Brasil. Outro destaque do ano foi o Desafio Ipiranga-Cebrap: Mobilidade e Tendências, idealizado pelo Turbo e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) para impulsionar a produção de conhecimento científico sobre mobilidade urbana. Em setembro, na Semana da Mobilidade Urbana, o Turbo também realizou a série de *webinars* Mobilidade em Transição para fomentar discussões sobre os desafios ligados à mobilidade.

Na **Extrafarma**, as iniciativas de transformação digital apresentaram avanços importantes, com destaque para a criação do App 360, um aplicativo que auxilia na dinâmica de exposição de produtos nas lojas, além da comunicação e negociação de espaços com a indústria.

Sustentabilidade e desempenho ESG

A jornada de sustentabilidade do **Grupo Ultra** teve evoluções significativas em 2021. A matriz de materialidade foi atualizada, incorporando os antigos temas de Privacidade de dados e Ética e integridade ao novo tópico Governança e integridade, que considera a estrutura de governança corporativa em sua perspectiva integral e abrangente. A nomenclatura de dois temas também foi alterada – Responsabilidade com o entorno para Responsabilidade com a comunidade, ressaltando o foco nas comunidades do entorno das operações, e Cultura inovadora, inclusiva e de excelência para Cultura inclusiva e diversidade, dando mais ênfase ao fomento da diversidade e inclusão. A atual matriz de materialidade do Grupo é composta por sete temas:

- Transição energética
- Operações ecoeficientes
- Responsabilidade com a comunidade
- Cadeia de valor
- Cultura inclusiva e diversidade
- Saúde e segurança
- Governança e integridade

O modelo de gestão da sustentabilidade foi reforçado com a criação em 2021 da Diretoria de Sustentabilidade, que passou a coordenar o plano de ações ligadas à agenda ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). Os temas ESG também estiveram presentes nas reuniões da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e Riscos, e do Conselho de Administração do Grupo Ultra. A Companhia também elevou os riscos ambientais, sociais e de governança à família dos riscos estratégicos, aprofundando o monitoramento desses riscos em cada negócio e na organização como um todo.

Externamente, foi formalizada a adesão do Grupo Ultra ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que reitera o compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e aos princípios do Pacto, como direitos humanos e trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção, fortalecendo as ações já realizadas. De maneira autônoma, a Ultragaz e a Ipiranga são filiadas ao Pacto Global há mais de uma década, enquanto a adesão da Oxitenio ocorreu em 2020.

Para aprofundar o entendimento do Grupo sobre os impactos e oportunidades relacionados a cada um dos temas materiais e estabelecer a macroestratégia de sustentabilidade da organização, formaram-se grupos de trabalho específicos por tema material, com a participação de cerca de 250 pessoas da *Holding* e dos negócios, que permanecerão ativos em 2022 e acompanharão a execução dos planos de ação.

Gestão da sustentabilidade nos negócios

Cada empresa do Grupo Ultra detém sua própria matriz de materialidade. Os temas estão alinhados às prioridades do Grupo e consideram as especificidades de seus setores de atuação e o nível de maturidade de cada negócio na gestão da sustentabilidade.

A **Ultragaz** lançou a Jornada ESG Ultragaz Mais Sustentável, plano que estrutura sua atuação com base em quatro pilares: energia humana, energia para inovar, energia cidadã e energia ética. A **Ultracargo** construiu e validou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade, com a definição de metas específicas, além de fortalecer a governança sobre os indicadores e iniciativas de sustentabilidade. Na **Oxitenio**, foi consolidada a atuação do Sustainability Steering Committee, formado pela alta liderança da empresa, que acompanha a evolução do Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030. A **Ipiranga**, além de atualizar sua matriz de materialidade, priorizou a estruturação e avanço das ações e o amadurecimento da cultura de sustentabilidade, investindo no engajamento e em capacitações específicas para os times. A **Extrafarma** deu continuidade ao seu plano estratégico, com acompanhamento das iniciativas pelo comitê composto pela alta liderança.

Presença em ratings e índices ESG

O Grupo Ultra integra diferentes índices e *ratings* que avaliam e classificam as organizações segundo critérios ESG. Alguns deles são:

- **MSCI ESG (Morgan Stanley Capital International)**, cuja classificação pode variar entre líder (AAA, AA), média (A, BBB, BB) e retardatária (B, CCC). A atual pontuação do Grupo Ultra é A.
- **FTSE4Good**, cujas notas variam de 0 a 5 para cada fator (ambiental, social e governança). O Grupo Ultra tem nota média 3 e está presente em dois índices: FTSE4Good Emerging Index e FTSE4Good Emerging Latin America Index.

- **ICDPR70 (Índice CDP Brasil de Resiliência Climática):** o Grupo Ultra integra a carteira vigente (até 31 de março de 2022). Sua participação se deve ao desempenho no questionário de 2020 de Mudanças Climáticas do CDP (Carbon Disclosure Project), em que obteve score B.
- **ICO2 (Índice de Carbono Eficiente) – B3,** do qual o Grupo Ultra faz parte desde 2012.
- **IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Índice de Tag Along Diferenciado) – B3,** dos quais o Grupo Ultra faz parte desde 2011.

Desempenho ambiental

Transição energética

A atuação do **Grupo Ultra** nos setores de energia e infraestrutura, por meio da Ultragaz, Ultracargo e Ipiranga, justifica a relevância da transição energética como um dos temas materiais.

Por acreditar no papel relevante que o Brasil pode ocupar no processo de transição para uma economia de baixo carbono, a Companhia assinou a carta Empresários pelo Clima em 2021, divulgada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) às vésperas da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26).

Os negócios monitoram suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e investem em diferentes iniciativas de redução de emissões. Anualmente, o **Grupo Ultra** responde ao questionário Disclosure, Insight, Action do Carbon Disclosure Project (CDP) que avalia a gestão realizada pelas empresas sobre o tema das mudanças climáticas. No processo de 2021, o Grupo obteve nota C (nível conscientização).

A **Ipiranga** participa de iniciativas-piloto ligadas à mobilidade elétrica, mantendo-se conectada às principais tendências desse tema. Em parceria com a BMW, a Ipiranga mantém carregadores elétricos em 44 postos de sua rede, localizados em 10 Estados mais o Distrito Federal. Já com a BMW e a EDP, há 6 postos na Rodovia Presidente Dutra que disponibilizam recarga rápida. Além disso, em 2021, a Ipiranga firmou mais uma parceria para a instalação de novos pontos de recarga elétrica na sua rede de postos em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Como parte de seu Programa Carbono Zero, desde 2014 a Ipiranga compensa 100% de suas emissões diretas (escopo 1) e indiretas (escopo 2) via compra de créditos de carbono. A empresa também oferece iniciativa de compensação de emissões aos clientes e, além de comercializar biocombustíveis, seu portfólio conta com opções aditivadas que melhoram o desempenho dos veículos, como a gasolina DT Clean e o diesel S10 RendMax, que reduzem o consumo de combustível por km rodado e, consequentemente, a emissão de poluentes.

A **Ultragaz** tem atuado no desenvolvimento de soluções que possibilitam a substituição de fontes de energia mais poluentes pelo GLP e que permitem o consumo mais eficiente desse insumo, contribuindo para a diminuição da pegada de carbono dos clientes.

A **Ultracargo** realizou inventário de emissões para promover maior acurácia nos dados e colaborar na definição de sua estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas. Além disso, a empresa busca identificar tecnologias para redução das emissões diretas da empresa. As emissões de escopo 2, advindas da aquisição de energia elétrica, foram zeradas em 2021, em razão da migração para fontes renováveis, garantida pela aquisição de certificados International REC Standard (I-REC) – sistema global que garante a rastreabilidade da origem da energia renovável.

A **Oxiten** definiu os projetos a serem implementados para viabilizar o atingimento de sua meta de redução de 25% da intensidade de emissões por tonelada produzida em 2030. A Oxiten também concluiu sua primeira análise sobre os riscos financeiros relacionados às mudanças de clima e aderiu ao programa Ambição Net Zero, uma iniciativa do Pacto Global da ONU.

Operações ecoeficientes

O **Grupo Ultra** mantém seu compromisso com o uso responsável e eficiente dos recursos naturais e a correta gestão dos resíduos. Na frente de energia, há diversas ações para otimizar o consumo de energia elétrica que impactam positivamente as emissões do escopo 2 da Companhia. Na **Ultracargo**, os terminais de Aratu (BA), Itaquí (MA), Suape (PE) e Santos (SP), que representam mais de 90% do consumo total da empresa, são abastecidos com energia renovável contratada no mercado livre. A **Ultragaz** encerrou 2021 com 100% da sua operação sendo abastecida por energia renovável certificada, ao passo que a **Ipiranga** também está adquirindo os certificados de energia renovável para todas as suas unidades (bases, escritórios e pools). Em parceria com uma empresa especializada, GDSolar, a Ipiranga também está construindo 14 usinas para geração de energia solar distribuída que beneficiará sua rede de postos e franquias. Em 2021, a **Extrafarma** inaugurou duas usinas solares, uma na cidade de Marabá (PA) e outra no município de Cedro (CE), cujo volume gerado equivale ao consumo de energia de 200 lojas da rede. Outras duas usinas movidas a biogás estão em operação desde 2020.

Há, ainda, ações focadas em eficiência hídrica. A **Ultracargo** conta com sistemas para captação de água de chuva nos terminais de Santos (SP), Itaqui (MA) e Vila do Conde (PA). Além disso, a Ultracargo implementou o reuso de água em testes hidrostáticos nas obras de expansão da fase III de Itaqui (MA), e na construção do terminal de Vila do Conde (PA), gerando economia de 133 mil m³ de água. A **Oxiten** iniciou em 2021 a implementação, em parceria com *startups*, de uma solução inovadora para sanitização dos caminhões que transportam os produtos da empresa, reduzindo em 99% o volume de água necessário no processo. Estima-se que sejam economizados cerca de 700 mil litros de água por ano. Na **Extrafarma**, as diversas ações para otimizar o uso de água foram responsáveis pela redução de 30% do consumo total da empresa em 2021. Desde 2020, o **Grupo Ultra** responde ao questionário sobre Segurança Hídrica do Carbon Disclosure Project (CDP) e, em 2021, manteve a nota B (nível gerenciamento).

Na frente de gestão de resíduos, a unidade de Mauá (SP) foi a primeira operação da **Ultragaz** a eliminar o envio de resíduos para aterros, sendo reconhecida em 2021 com o selo Aterro Zero. A Ultragaz também atuou fortemente em iniciativas para redução do consumo de água em suas operações, com redução de 14% do consumo por tonelada de GLP vendido. A **Oxiten** vem desenvolvendo um projeto-piloto, em parceria com *startup*, para testar a destinação alternativa para resíduo de seus processos industriais. A iniciativa endereça uma das metas para tornar-se uma empresa aterro zero para os resíduos industriais. A única exceção é a operação no Uruguai, país que ainda não conta com opções alternativas de destinação.

Desempenho social

Responsabilidade com a comunidade

Em 2021, o **Grupo Ultra** definiu duas causas prioritárias para potencializar o impacto de sua atuação social – educação e empreendedorismo. Foram escolhidos também seis territórios prioritários do entorno das operações das empresas para a realização de um diagnóstico, cujos resultados subsidiarão a estratégia de atuação social nessas localidades para os próximos anos. Os territórios selecionados foram:

- Barcarena/PA (Ultracargo e Ipiranga)
- Aratu-Candeias/BA (Ultracargo e Oxiten)
- São Luís-Itaqui/MA (Ultragaz, Ultracargo e Ipiranga)
- Betim/MG (Ultragaz e Ipiranga)
- Santos-Cubatão/SP (Ultragaz, Ultracargo e Ipiranga)
- Canoas/RS (Ultragaz e Ipiranga)

O Instituto Ultra está sendo revitalizado para apoiar a atuação social da Companhia, mantendo a autonomia dos negócios e ampliando os impactos nas localidades prioritárias.

Em paralelo à definição das causas prioritárias, o Grupo seguiu realizando e apoiando iniciativas de responsabilidade social. No ano, mais de R\$ 13 milhões foram aportados a diferentes projetos, entre recursos próprios e via leis de incentivo. No início de 2022, Ultragaz, Ultracargo, Oxiten e Ipiranga doaram 8 mil cestas básicas para as vítimas das enchentes no Sul da Bahia, enquanto a Ipiranga disponibilizou mais de 10 mil litros de água potável para a região.

Ao longo de 2021, a **Ultragaz** participou de três campanhas de conscientização. Na primeira, em parceria com a Sociedade Brasileira de Hipertensão, mobilizou sua rede de revendedores para a distribuição de material educativo sobre hipertensão, impactando mais de 3 milhões de pessoas. Na segunda, os revendedores distribuíram materiais de divulgação da série *Que Corpo é Esse?*, produzida pela ONG Childhood Brasil, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Canal Futura como parte do Projeto Crescer sem Violência, impactando mais de 10 milhões de pessoas. A terceira campanha, intitulada *O Menino da Máscara Amarela*, teve como foco a disseminação de informações relacionadas à prevenção contra a COVID-19. No ano, mais de 23 milhões de pessoas foram impactadas com as campanhas educativas. A Ultragaz também atuou em iniciativas para empoderamento feminino: projeto em parceria com a AFESU (Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários), de capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social, visando maior empregabilidade; parceria com o Consulado da Mulher (Consul) e o Itaú Social para formação de mulheres de baixa renda; parceria com a Rede Mulher Empreendedora para implementação de programa de capacitação para incentivo ao empreendedorismo; aplicação de oficinas temáticas para mulheres por meio do Instituto Alavanca e da FIA (Fundação Instituto de Administração); e implementação de programas para emancipação financeira e conscientização dos direitos das mulheres, em parceria com a ASPLANDE.

Para fomentar a empregabilidade na região do recém-inaugurado terminal de Vila do Conde, em Barcarena (PA), a **Ultracargo** ofereceu um curso gratuito para formação de operadores em logística portuária em parceria com a Faculdade de Negócios (FAENE). A empresa firmou parceria com o Instituto Ayrton Senna para a implementação de um projeto nas escolas da rede municipal de ensino, cujo foco é o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em alunos do 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental em São Luís (MA). A expectativa da Ultracargo é impactar

mais de 10 mil alunos já em 2022. A empresa também manteve o apoio ao programa Na Mão Certa de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias do país, ao prêmio Comunidade em Ação do jornal A Tribuna de Santos (SP), que reconhece projetos sociais da região, e ao Polo de Cidadania, iniciativa do Comitê de Fomento do Polo Industrial de Camaçari (COFIC), que disponibiliza serviços de saúde gratuitos para as comunidades de Camaçari (BA) e Dias D'Ávila (BA).

A **Oxiten** atualizou sua estratégia de atuação social e lançou o programa de voluntariado Conectar. Também participou do Programa do Pacto Global da ONU, Jovens Inovadores em Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS), com um projeto de transformação digital e apoio à Campanha ODS Eu Prático, que visa disseminar os ODSs. Outro destaque foi a estruturação do Desafio de Inovação Social e Empreendedorismo, que foi lançado no início de 2022, e visa atrair empreendedores e *startups* para o desenvolvimento de soluções sustentáveis de problemas da sociedade.

A **Ipiranga** promoveu a 14ª edição do programa itinerante Saúde na Estrada, que oferece atendimento de saúde gratuito a caminhoneiros e demais viajantes que circulam pelas rodovias brasileiras, além dos próprios moradores do entorno dos postos participantes. Em 2021, houve 123 eventos em 107 postos Ipiranga Rodo Rede de 99 cidades em 19 Estados brasileiros, que totalizaram 28 mil km percorridos e 57 mil atendimentos realizados. Voltada ainda para sua atuação social e o engajamento interno, a Ipiranga evoluiu em seu programa de voluntariado, somando mais de 2 mil horas de voluntariado doadas. Com ações em temas como inovação, sustentabilidade, empreendedorismo e diversidade, a empresa impactou jovens de escolas públicas das suas áreas de entorno. Atuando no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas, a Ipiranga manteve seu apoio como mantenedora ao programa Na Mão Certa. Ao longo do ano, foram realizadas campanhas com motoristas e ações específicas, com impactos em mais de 100 representantes de transportadoras contratadas.

Cadeia de valor

Para ampliar os impactos positivos que gera à sociedade, o **Grupo Ultra** busca apoiar o desenvolvimento financeiro e socioambiental de sua cadeia de valor (fornecedores, revendedores Ultragaz e revendedores e franqueados Ipiranga). Antes da contratação, a Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria realiza pesquisas reputacionais para garantir o cumprimento de todos os requisitos legais e a aderência aos preceitos de ética e integridade do Grupo.

Há também um esforço para engajar os parceiros de negócio na jornada de sustentabilidade. Nesse sentido, a **Ultragaz** desenvolveu dois programas: o primeiro deles para os fornecedores críticos, visando a implementação de melhores práticas nas suas respectivas operações, com destaque para a participação de 95% nos programas do Carbon Disclosure Project (Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas); o segundo consiste no desenvolvimento de conteúdo de capacitação que visa estimular a implementação de práticas alinhadas ao tema. Além disso, em seu programa de excelência da revenda, denominado Desafio Lapidar, a Ultragaz está introduzindo boas práticas ESG em sua rede de revendedores. Os revendedores também são aliados importantes das ações de impacto socioambiental realizadas pela empresa. Para marcar o início da operação das bases de Miramar (PA) e Mucuri (CE), os revendedores do entorno foram convidados a participar da campanha Ultragaz Reduz, distribuindo cartilhas à população sobre o consumo consciente de água e energia, além da redução de emissões de gases poluentes.

A **Ultracargo** iniciou o Treinamento de *Compliance* e Política Anticorrupção para fornecedores que atuam como representantes externos e teve 100% dos colaboradores comunicados e 99,7% treinados em políticas e procedimentos anticorrupção.

Como um dos pilares do Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030, a **Oxiten** reformulou seu programa de relacionamento com fornecedores em 2021. No programa, os fornecedores são classificados conforme desempenho na avaliação EcoVadis, que analisa tópicos ligados a práticas trabalhistas, direitos humanos, ética, compras sustentáveis e meio ambiente, e no Índice de Qualidade de Fornecedores (IQF), que considera aspectos de qualidade, nível de serviço e entrega. Os fornecedores com as melhores avaliações terão prioridade na estratégia de suprimentos da Oxiten. Com o programa a empresa também apoiará os parceiros no desenvolvimento de iniciativas que aprimorem suas práticas e processos.

Na **Ipiranga**, os aprendizados do projeto Jornada do Revendedor, estabelecido em 2019 para aumentar a proximidade da empresa com a rede, tem permitido à empresa aprimorar de forma contínua todas as etapas de relacionamento. Destacam-se a estruturação do programa Ipiranga Top, que incentiva a adoção de melhores práticas de gestão e reconhece os revendedores mais engajados, e o lançamento do canal de comunicação via WhatsApp Fique Ligado, que garante a disseminação ágil de informações relevantes para a base de revendedores e franqueados. Há, ainda, uma estratégia específica para os VIPs (funcionários dos postos Ipiranga), que inclui treinamentos diversos e ações de reconhecimento. Em 2021, mais de 40 mil VIPs em mais de 4 mil postos foram treinados na Escola de Varejo, totalizando mais de 300 mil horas de capacitação.

Cultura inclusiva e diversidade

O **Grupo Ultra** encerrou o ano com 16 mil colaboradores, que contam com diversas oportunidades de desenvolvimento e progressão na carreira. Como um de seus temas materiais, em 2021 o Grupo definiu como prioridade alavancar a equidade de gênero e de etnia na alta administração e lideranças da *Holding* e dos negócios. A Companhia também focará no fortalecimento de um ambiente de trabalho cada vez mais inclusivo nas vertentes de acessibilidade, respeito e representatividade.

Em 2021, a **Holding** lançou seu manifesto de diversidade e realizou uma pesquisa de diversidade e inclusão com seus colaboradores. Para 2022, a *Holding* planeja instituir o Comitê de Diversidade, que deve impulsionar avanços no tema.

Após estruturar o Comitê de Diversidade e Inclusão em 2020, a **Ultragaz** lançou seu Programa de Diversidade, contemplando as suas prioridades estratégicas e pilares de atuação. Além de atuar fortemente nos seus canais de comunicação, reforçando a importância do tema, a empresa realizou *workshops* de diversidade com toda a liderança. Ainda, a Ultragaz conduziu uma pesquisa de diversidade e inclusão com seus colaboradores, em que o ambiente de trabalho foi considerado seguro do ponto de vista de diversidade e inclusão para 74% dos participantes, enquanto 77% reconhecem que a empresa está tomando ações para ampliar a diversidade entre seus colaboradores. Além disso, a empresa promoveu a formação de um grupo focal de mulheres (cis e trans) para debater iniciativas voltadas ao público feminino e a estruturação de um programa de mentoria para mulheres em posição de liderança nas áreas produtivas.

No Brasil, a **Oxiteno** estruturou os grupos de afinidade de seu Programa de Diversidade (mulheres, profissionais com deficiência, LGBTQIA+ e étnico-racial). O Programa de Diversidade também foi lançado nas operações dos Estados Unidos e do México. Outro destaque foi a adesão ao movimento Equidade é Prioridade do Pacto Global. A empresa ainda apostou na sensibilização da liderança, revitalizou seus programas de *trainee* e estágio para promover maior contratação de negros, mulheres e LGBTQIA+, e vem trabalhando com consultorias especializadas em uma estratégia para atração de PcDs.

Como parte de seu Programa de Diversidade, a **Ipiranga** aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPS, na sigla em inglês), iniciativa da ONU Mulheres e do Pacto Global, além do Selo Sim à Igualdade Racial, do Instituto Identidades Brasil (ID_BR). Nos dois ciclos de 2021 do seu programa de estágio, a empresa destinou 50% das vagas a candidatos autodeclarados negros – do total de aprovados, 66% eram negros. Na frente de gênero, a Ipiranga concluiu o ano de 2021 com 43% da diretoria composta por mulheres (3 de 7 membros), realizou um programa de aceleração de carreira para 30 colaboradoras (Women Speed) e, do programa de *trainee*, 75% das vagas abertas foram ocupadas por mulheres. A empresa marcou presença, ainda, nas feiras de empregabilidade DiverS/A voltada aos profissionais LGBTQIA+, e Inclui PcD para profissionais com deficiência. A Ipiranga também finalizou o ano com novo benefício para casais homoafetivos – passou a oferecer licença de 180 dias para colaboradores LGBTQIA+ de qualquer gênero responsáveis pelo cuidado do bebê.

A **Extrafarma**, que conta com um Programa de Diversidade desde 2019, realizou o primeiro censo de seus colaboradores para estruturar ações mais assertivas de impulso à diversidade. A empresa lançou também uma trilha de diversidade em sua plataforma de educação a distância, totalizando 42 trilhas, e realizou eventos de engajamento e sensibilização como a Semana da Mulher, Semana da Diversidade e Fórum de Consciência Negra.

Número de colaboradores

Número de colaboradores por negócio			
	2021	2020	Δ (%) colaboradores 2021 v 2020
Ultragaz	3.387	3.397	0%
Ultracargo	870	926	-6%
Oxiteno	1.871	1.851	1%
Ipiranga ¹	4.008	3.378	19%
Extrafarma	5.713	5.921	-4%
abastece aí	138	68	103%
Holding ²	455	405	12%
Total	16.442	15.946	3%

¹ Inclui 780 colaboradores da AmPm em 2021 e 296 em 2020 – aumento do número de lojas com operação própria

² Inclui 323 colaboradores do CSC (Centro de Serviços Compartilhados) em 2021 e 279 em 2020

Saúde e segurança

A *Holding* e os negócios contam com políticas, ferramentas e programas já consolidados para garantir a saúde e a segurança de colaboradores, profissionais terceirizados e fornecedores. A gestão também considera a segurança de processos para evitar danos ao meio ambiente e às comunidades vizinhas às operações.

O Grupo possui um Comitê de Segurança para difundir boas práticas e acompanhar indicadores de todos os negócios.

Em 2021, o **Grupo Ultra** seguiu adotando todas as medidas para preservar a saúde de seus colaboradores em meio à pandemia e acompanhou todos os profissionais com o diagnóstico confirmado de COVID-19 até sua recuperação. A Companhia também monitorou o índice de vacinação entre os colaboradores, dado fundamental para retomada ao trabalho presencial das equipes que tem atuado no modelo *home office*. O Grupo encerrou 2021 com 79% de seus colaboradores com a imunização completa.

A Companhia também investiu em programas de apoio psicológico aos colaboradores. A **Holding**, por exemplo, lançou o projeto Ultra Bem-estar, no qual os colaboradores recebem um questionário online diário. Dependendo das respostas, a equipe de saúde faz o contato com o colaborador para compreender melhor o cenário e, se necessário, encaminha o profissional para tratamento especializado com psicólogos e psiquiatras. A **Oxiteno** também organizou uma campanha para chamar a atenção das equipes sobre saúde mental. A **Ipiranga** firmou parceria com uma plataforma de bem-estar, oferecendo consultas online com profissionais especializados, conteúdos e *podcasts* que contribuem para a saúde emocional.

Na frente de segurança, a **Ultragaz** priorizou ações para consolidar a cultura de segurança, com a realização de uma nova edição de seu diagnóstico sobre o tema, com entrevistas individuais, grupos de discussão e visitas de campo em algumas unidades operacionais, além de ter fortalecido o Programa Valoriza, que aborda temas de saúde integral de seus funcionários. A **Ultracargo** também realizou um diagnóstico através dos seus colaboradores para identificar o nível de maturidade de segurança da empresa. Além disso, a Ultracargo implementou o Comitê de Análise de Acidentes com Base em Fatores Humanos, para compreensão e identificação das causas raízes provenientes de desvios e acidentes, bem como conhecimento da evolução dos estágios de maturidade em segurança ocupacional e de processo. Com o resultado do diagnóstico, foi desenhado o Plano Estratégico de Transformação da Cultura de Segurança. Entre as ações da **Oxiteno** estão a capacitação da alta liderança e a adesão da empresa ao Center for Chemical Process Safety (CCPS) do American Institute of Chemical Engineers (AIChE), referência mundial em segurança de processos.

A **Ipiranga** também realizou seu diagnóstico de cultura de segurança em 2021. O processo considerou as percepções de colaboradores, incluindo lideranças e funcionários administrativos e operacionais. Houve também visitas às unidades operacionais, centros de distribuição da AmPm e lojas AmPm e JetOil. Com os resultados foi elaborado o plano de evolução em segurança, um conjunto de ações para fortalecer ainda mais a cultura de segurança em todas as áreas da empresa. Outro destaque do ano foi a criação do Reporta Aí, uma ferramenta para reporte de desvios relacionados exclusivamente à segurança, sejam de condições físicas, de procedimentos ou de comportamento.

Governança e integridade

O **Grupo Ultra** é reconhecido pela integridade e adesão às melhores práticas de governança. Como um de seus temas materiais, a Companhia busca evoluir continuamente em suas práticas e influenciar positivamente pares do setor, parceiros de negócio e outros públicos de relacionamento.

Na atual composição do Conselho de Administração, mais alto órgão de governança, 60% dos conselheiros são independentes e 20% são mulheres. No fim de 2021, a Companhia conquistou a certificação Women on Board (WOB) concedida por uma iniciativa independente apoiada pela ONU Mulheres a empresas que contam com ao menos duas mulheres no Conselho de Administração.

Em 2021, foi anunciado o plano de sucessão da liderança do Conselho de Administração da Companhia, que se efetivará em abril de 2023. Como parte deste processo, Marcos Lutz atuará como Diretor Presidente do Grupo Ultra entre janeiro de 2022 e abril de 2023, quando retornará ao Conselho. Frederico Curado, Diretor Presidente do Grupo Ultra até o fim de 2021, assumiu a Vice-Presidência do Conselho de Administração em janeiro de 2022, ocupando a posição do conselheiro Lucio de Castro Andrade Filho, que se aposentou após 45 anos de dedicação à Companhia.

Além disso, Leonardo Linden, então vice-presidente comercial da Ipiranga, foi nomeado Presidente da empresa em setembro de 2021. Marcelo Araújo, que ocupava a Presidência da Ipiranga, assumiu a Diretoria Executiva Corporativa e de Participações, que passou a responder pelas áreas de Sustentabilidade, Relações Institucionais, Jurídico e Riscos.

Ao longo do ano, o Código de Ética, a Política Corporativa Anticorrupção e de Relacionamento com Agentes Públicos, a Política Corporativa de Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, a Política de Divulgação de Fatos Relevantes e a Política de Negociação de Valores Mobiliários foram atualizados pelo Conselho de Administração.

No âmbito do Programa de Ética e *Compliance* foram estruturados planos de ação para melhorias identificadas no último diagnóstico de cultura de *compliance*, realizado em 2020, que posicionou o Grupo Ultra no perfil Proativo Inicial, segundo perfil mais avançado da matriz Hearts & Minds. Entre as ações, destaque para as rodas de diálogo para a crescente compreensão das equipes sobre a aplicação das diretrizes de ética no dia a dia de trabalho e para capacitação e engajamento dos fornecedores críticos. Esse público se soma aos revendedores da Ipiranga e Ultragaz, que sempre participaram das capacitações do Grupo sobre temas de ética e *compliance*. Em 2021, os revendedores receberam treinamento sobre a recém-atualizada Política Corporativa de Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas. Os colaboradores da *Holding* e dos negócios também foram capacitados sobre o novo documento.

O Programa de Ética e *Compliance* existe desde 2015 e é gerenciado pela Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria, com o apoio das gerências de *compliance* dos negócios. Nos temas de ética, a diretoria tem reporte direto ao Comitê de Conduta que assessoria o Conselho de Administração e é presidido por um membro independente. Todas as iniciativas do Programa de Ética e *Compliance* são supervisionadas pelo Comitê de Conduta. Nos tópicos de riscos e auditoria, a diretoria se reporta diretamente ao Comitê de Riscos e Auditoria, também ligado ao Conselho de Administração. A diretoria responde também ao Conselho Fiscal do Grupo.

No que diz respeito à segurança da informação e à privacidade de dados de colaboradores, clientes, consumidores, fornecedores, parceiros de negócios e outros públicos, o Grupo Ultra segue as diretrizes presentes na Política Corporativa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, aprovada em 2020, e na Política de Segurança da Informação revisada em 2021. Ao longo de 2021, a *Holding* e os negócios centraram esforços para garantir a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O Programa de Privacidade e o Comitê de Proteção de Dados Pessoais, vinculado à Diretoria Executiva do Grupo Ultra foram estruturados, os Escritórios de Privacidade nos negócios foram implementados e os Data Protection Officers (DPOs), responsáveis pela governança de dados, foram nomeados. Houve também a atualização de um conjunto de processos internos e a realização de treinamentos e campanhas de sensibilização para os colaboradores.

Toda a estrutura existente ajudou a minimizar os impactos do ataque cibernético sofrido em janeiro de 2021. Imediatamente após a identificação do ataque, o Grupo interrompeu temporariamente seus sistemas de tecnologia da informação, que foram restabelecidos poucos dias após o incidente, já contando com camadas adicionais de segurança. Posteriormente, outras medidas foram adotadas para fortalecer ainda mais o nível de segurança do ambiente de tecnologia da informação da Companhia.

Gestão de Riscos, *Compliance* e Auditoria



O Grupo Ultra possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, *compliance* e auditoria que abrange todos os seus negócios.

A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria tem níveis de reporte diferentes na organização de acordo com cada uma de suas competências. A área está vinculada administrativamente ao Diretor Executivo Corporativo e de Participações do Grupo Ultra, sendo responsável pelo gerenciamento integrado de riscos, manutenção do Programa de Ética e *Compliance* e pela auditoria interna. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e Riscos do Conselho de Administração na gestão dos riscos corporativos, na consolidação das informações e controles e na condução do processo geral de auditoria interna.

O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, implantado em 2019, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (iii) das qualificações e independência do auditor independente, (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria) e dos auditores independentes, e (v) da gestão de riscos. O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos conta com três membros que também são conselheiros independentes da Companhia.

Desde 2004, o Grupo Ultra mantém o Comitê de Conduta para promover o respeito, o cumprimento e o aprimoramento dos princípios éticos, bem como monitorar o cumprimento do Código de Ética da Companhia. Entre suas diversas atribuições, destacam-se: (i) gerir a aplicação do Código de Ética, de suas diretrizes e das políticas a ele relacionadas; (ii) supervisionar a aplicação e efetividade dos princípios do Código de Ética; (iii) revisar e aprovar o Programa de Ética e *Compliance* e supervisionar sua aplicação, visando a assegurar seu cumprimento; (iv) recomendar as medidas disciplinares, administrativas ou judiciais adequadas, relativas aos temas de sua competência, a serem adotadas pelos órgãos do Grupo Ultra, bem como deliberar sobre a necessidade de informar a questão ao Comitê de Auditoria e Riscos ou ao Conselho de Administração da Companhia para medidas adicionais eventualmente cabíveis. O Comitê de Conduta conta com um presidente externo e independente e com o vice-presidente do Conselho de Administração.

Gestão Integrada de Riscos

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Ultra combina a coordenação corporativa à interface direta com cada negócio, fazendo com que esse processo seja abrangente e considere características setoriais específicas.

A Matriz Sistemática de Riscos é composta por temas que abrangem as principais ameaças às operações dos negócios e estão agrupados em cinco famílias, com olhar interdependente e avaliações dinâmicas. Em 2021, tivemos a revisão e aprovação no Conselho de Administração da Política Corporativa de Gestão de Riscos, reforçando a governança corporativa do Grupo Ultra.

As discussões ocorrem de forma estruturada e independente em cada negócio e na *Holding*, cobrindo temas de riscos internos e externos, avaliando cenários quantificados em termos de impacto e vulnerabilidade, gerando planos de ação mitigadores.

Auditorias Interna e Externa

Vinculada à Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria, a Gerência de Auditoria Interna é responsável por acompanhar os procedimentos e controles de todos os negócios, identificando oportunidades de melhorias no processo de gestão de riscos, que contribuem para as atualizações do mapa de riscos e do Programa de Ética e *Compliance*. A gerência também executa auditorias financeiras e operacionais internas segundo planejamento aprovado anualmente pelo Comitê de Auditoria e Riscos, e realiza os testes de efetividade dos controles internos como parte do processo de certificação da lei Sarbanes-Oxley (SOX), exigido para as demonstrações financeiras apresentadas ao mercado norte-americano.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, as quais consideram o entendimento dos controles internos relevantes ao processo de elaboração das demonstrações financeiras e a realização dos procedimentos necessários à emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Compliance

O Grupo Ultra possui um Programa de Ética e *Compliance* orientado pelo Código de Ética, que contém diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e é supervisionado pelo Comitê de Conduta. O programa estabelece temas anuais para comunicação e treinamentos, como combate à corrupção, boas práticas concorrenciais, conflitos de interesses, combate ao assédio e discriminação, entre outros, sempre visando fortalecer a cultura de integridade da Companhia. Em 2021, os resultados consolidados do programa foram publicados a todos os colaboradores do Grupo Ultra, e o Código de Ética e a Política Corporativa Anticorrupção foram revisados, reforçando o compromisso da Companhia em manter a credibilidade e boa reputação de seus negócios.

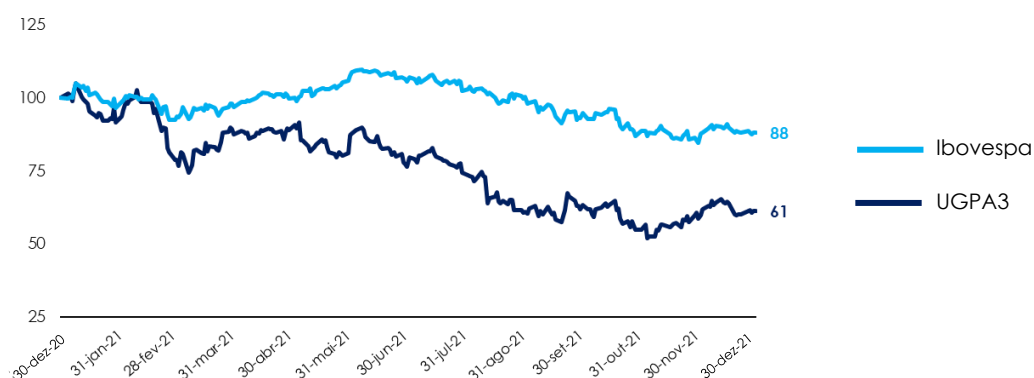
O Programa de Ética e *Compliance* também determina a disponibilização de um canal de denúncias a todo o público de relacionamento interno e externo, garantindo anonimato e não retaliação aos denunciantes. Gerenciado por uma empresa externa independente, o Canal Aberto Ultra está disponível aos colaboradores e *stakeholders* e recebe, no Brasil e no exterior, pedidos de orientação sobre as diretrizes de ética e integridade e notificações sobre eventuais desvios ao Código de Ética e às políticas corporativas. Os relatos são encaminhados à Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria, responsável pelas tratativas independentes, com o suporte do Comitê de Conduta. Em 2021, o canal recebeu 790 relatos, indicando que as ações de conscientização de ética e integridade tem mantido a confiança do canal.

Mercado de capitais

O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 159 milhões/dia em 2021 (-12%). As ações da Ultrapar encerraram 2021 cotadas a R\$ 14,54 na B3, queda de 39% no ano, enquanto o índice Ibovespa apresentou queda de 12%. Na NYSE, as ações da Ultrapar apresentaram variação negativa de 42% no ano, enquanto o índice Dow Jones apreciou 19%. A Ultrapar encerrou o ano com valor de mercado de R\$ 16 bilhões.

Em fevereiro e agosto de 2021, o Conselho de Administração da Ultrapar confirmou a emissão de 70.939 e 31.032 ações ordinárias, respectivamente, com os mesmos direitos atribuídos às demais ações da Companhia já emitidas, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia na incorporação de ações da Extrafarma. Como consequência dessas emissões, o capital social da Companhia passou a ser representado por 1.115.107.683 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2021 (Base 100)



Dividendos

Histórico de dividendos

Exercício	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)
2021	404	0,37
2020	480	0,44
2019	479	0,44
2018	685	0,63
2017	951	0,88

Em 2021, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 404 milhões, *payout* de 46% sobre o lucro líquido do ano, equivalente a 50% do lucro líquido atribuível aos acionistas da Ultrapar após reserva legal de 5%, e *dividend yield* de 2,1% sobre o preço médio das ações.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2021

Ambiente econômico-operacional

Indicadores macroeconômicos			
	2021	2020	Δ (%) 2021 v 2020
PIB*	4,5%	-3,9%	8,4pp
Inflação (IPCA)	10,1%	4,5%	5,5pp
Taxa Selic acumulada	4,4%	2,8%	1,7pp
Dólar médio (R\$/US\$)	5,40	5,16	5%
Petróleo Brent (US\$/barril)	70	42	67%

* Projeção Focus de 18/02/22 para 2021

O início de 2021 foi marcado por um clima de otimismo, com a vacinação contra a COVID-19 avançando ao redor do mundo e boas expectativas em relação à vacinação no Brasil. Contudo, com o agravamento da pandemia nos primeiros meses do ano e preocupações crescentes com a situação fiscal e inflacionária do país, a conjuntura macroeconômica se deteriorou, levando a uma política monetária contracionista, com aumentos consecutivos da taxa de juros básica da economia.

O índice BOVESPA apresentou desvalorização de 12% em 2021, fruto das incertezas no cenário econômico decorrentes dos efeitos da pandemia e dos aumentos da taxa de juros, enquanto o índice Dow Jones valorizou 19% no mesmo período. A cotação média do dólar em 2021 foi, por sua vez, de R\$ 5,40/US\$, desvalorização de 5% comparado à média de R\$ 5,16/US\$ em 2020.

A proximidade das eleições presidenciais e as incertezas e instabilidades tanto no panorama interno quanto internacional influenciam o cenário econômico projetado para 2022. A perspectiva atual do mercado é de uma economia estagnada em 2022, inflação de 5,6%, acima do teto da meta, e taxas de juros elevadas, no patamar de 12,3%, conforme projeção Focus de 18/02/22.

O mercado de distribuição de combustíveis (ciclo Otto e diesel) apresentou crescimento no volume de vendas de 5% em relação a 2020. O volume do ciclo Otto foi favorecido pelas medidas menos severas de isolamento social e restrição à movimentação de pessoas na comparação com 2020, apesar das altas consecutivas dos preços de petróleo em 2021, enquanto o volume do diesel também acompanhou a retomada gradual da economia.

No mercado de GLP, as vendas do segmento envasado na ANP registraram uma queda de 3% frente a 2020, decorrentes principalmente da maior demanda por botijões de GLP em 2020 fruto do maior isolamento social. O segmento granel, por sua vez, cresceu 7%, com maiores vendas para indústrias, comércio e serviços, segmentos mais impactados pela pandemia em 2020.

Em 2021, os preços de referência do eteno e do MEG, principais *commodities* químicas que influenciam o desempenho da Oxiteno, apresentaram aumento de 43% e 39%, respectivamente, e o preço do óleo de palmiste cresceu 74%, fruto da menor oferta do produto. O resultado da Oxiteno também foi favorecido pela depreciação do Real frente ao dólar, dado que os produtos seguem referências de preços internacionais.

O segmento de armazenagem de granéis líquidos tem apresentado crescimento no país, mas foi impactado pela retração na importação de combustíveis derivados de petróleo e de etanol, compensada por aumentos significativos no volume de importações de produtos químicos e corrosivos.

No varejo farmacêutico, a receita bruta registrada pelas redes associadas da Abrafarma em 2021 foi de R\$ 68 bilhões comparado a R\$ 58 bilhões em 2020 (+16%), com adição líquida de 557 farmácias no Brasil.

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

O Grupo Ultra está em processo de conclusão da revisão de seu portfólio de negócios, buscando maior complementaridade e sinergias em suas operações nas verticais de energia e infraestrutura no Brasil, por meio da Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo, nas quais possui forte escala operacional e vantagens competitivas estruturais, permitindo maior eficiência e potencial de geração de valor. O foco da gestão e a redução da alavancagem são benefícios adicionais deste processo.

Neste contexto, a Ultrapar anunciou as assinaturas dos contratos de venda da Extrafarma e da Oxíteno, conforme Fatos Relevantes divulgados em 18 de maio de 2021 e 16 de agosto de 2021, respectivamente, com perspectiva de fechamento das transações ao longo de 2022. Dessa forma, apesar de ainda não ter completado a totalidade das condições precedentes para sua conclusão, em 31 de dezembro de 2021, a Ultrapar classificou estes negócios como ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas. **Para permitir comparabilidade com períodos anteriores, neste relatório as informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas (pró-forma) da Companhia, isto é, os dados consideram a soma das operações continuadas e descontinuadas, exceto quando indicado de outra forma.**

As informações financeiras apresentadas neste documento foram preparadas de acordo com as normas IFRS (International Financial Reporting Standards). As informações da Ultragaz, Ultracargo, Oxíteno, Ipiranga e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre segmentos. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

As informações financeiras apresentadas neste documento contemplam a adoção da norma IFRS 16 e a segregação de certas despesas da *Holding*. As informações denominadas EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização – LAJIDA); EBITDA Ajustado – ajustado pela amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade e pelo resultado de *cash flow hedge* dos *bonds*; e EBIT (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – LAJIR) estão apresentadas de acordo com a Instrução 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012.

Ultragaz

O volume vendido da Ultragaz apresentou queda de 1% em 2021, reflexo principalmente da redução de 4% nas vendas do segmento envasado devido à maior demanda por botijões de GLP, em função do maior isolamento social em 2020. No segmento granel, o volume cresceu 5%, com maiores vendas para indústrias, comércios e serviços, setores mais afetados pela pandemia em 2020.

A receita líquida da Ultragaz cresceu 32% em 2021, fruto dos aumentos de custos do GLP. O custo dos produtos vendidos, por sua vez, apresentou aumento de 37%, pelos aumentos de custos de GLP e combustíveis e pelos efeitos de inflação sobre materiais de produção.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 7% no ano, em função de maiores despesas com pessoal, fretes e prêmios e comissões, parcialmente compensadas por menores gastos com consultorias e iniciativas para redução de despesas em diversas linhas.

A Ultragaz registrou EBITDA de R\$ 729 milhões em 2021, patamar similar ao registrado no ano anterior, principalmente em função das ações de redução de despesas, mesmo com a forte inflação ao longo do ano e o menor volume vendido.

Ultracargo

A capacidade estática média da Ultracargo em 2021 foi 5% maior, fruto das expansões de capacidade em Itaquí e Vila do Conde nos últimos doze meses. Já o m³ faturado cresceu 2%, em função da maior movimentação de combustíveis em Itaquí, reflexo das expansões de capacidade, parcialmente compensada pela menor movimentação de combustíveis em Santos, em virtude da redução nas importações.

A receita líquida cresceu 11% em 2021, em função de reajustes contratuais, da maior movimentação e de melhor mix de produtos e terminais. O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 6%, devido principalmente ao aumento da depreciação, decorrente das expansões de capacidade, e reajustes de aluguéis.

As despesas gerais, administrativas e de vendas aumentaram 5% no ano, devido a maiores despesas com pessoal (principalmente remuneração variável, em linha com a progressão de resultados) e tecnologia da informação e engenharia para suporte a projetos de expansão, ganhos de produtividade e transformação digital.

A Ultracargo registrou EBITDA recorde de R\$ 396 milhões em 2021 (+17%). Desconsiderando o efeito dos créditos tributários extemporâneos de PIS/Cofins de R\$ 12 milhões em 2020, o crescimento de EBITDA recorrente na comparação anual foi de 22%, fruto das expansões de capacidade com ganhos de rentabilidade, reajustes contratuais e ganhos de produtividade.

Oxitenó

O volume de vendas da Oxitenó apresentou aumento de 3% em 2021, com crescimento de 8% em especialidades químicas, impulsionado por maiores vendas principalmente nos segmentos de agroquímicos, tintas e vernizes, além de maiores vendas nos Estados Unidos (*ramp up* da planta). O volume de *commodities* foi 17% menor na comparação anual, em função da priorização de especialidades no mix de produtos e menor demanda no mercado.

A receita líquida da Oxitenó apresentou aumento de 36%, decorrente do maior volume de vendas e do aumento de 25% dos preços médios em dólar, reflexo dos maiores custos de matérias-primas e do mix de produtos com menor participação de *commodities*.

O custo dos produtos vendidos cresceu 32% em 2021, devido ao maior volume de vendas, aumento dos custos de matérias-primas, maiores gastos com pessoal (principalmente remuneração variável, em linha com a progressão de resultados) e manutenção, atenuados pelo efeito do *Zero Cost Collar* em 2020 (*hedge* de margem, descontinuado a partir de 2021).

As despesas gerais, administrativas e de vendas registraram aumento de 18% em 2021, fruto de maiores gastos com fretes e armazenagem, decorrente do maior volume de vendas e do aumento dos custos unitários, pessoal (remuneração variável) e do efeito da variação cambial sobre as despesas das unidades internacionais.

A linha de outros resultados operacionais registrou uma variação negativa de R\$ 131 milhões, devido à constituição de créditos tributários extemporâneos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins no valor de R\$ 156 milhões em 2020, atenuada pelo recebimento de ressarcimento de seguro de lucro cessante decorrente de sinistro da Oleoquímica em Camaçari, ocorrido em 2017.

A Oxitenó registrou EBITDA recorde de R\$ 1.104 milhões em 2021 (+41%). Desconsiderando o efeito de R\$ 156 milhões dos créditos extemporâneos de PIS/Cofins mencionados acima em 2020, o crescimento de EBITDA recorrente na comparação anual foi de 75%, explicado pelo maior volume de vendas e melhores margens, além do efeito do *Zero Cost Collar* em 2020 (*hedge* de margem, descontinuado a partir de 2021), atenuados por maiores custos e despesas.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga foi 5% maior em 2021, em função dos maiores efeitos da pandemia no consumo de combustíveis no Brasil em 2020, com crescimento de 3% no ciclo Otto e 6% no diesel.

A receita líquida da Ipiranga aumentou 50%, fruto do aumento dos custos médios dos produtos derivados do petróleo e do etanol, além do maior volume de vendas. O custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 51%, pelos mesmos motivos que afetaram a receita líquida.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 31%, devido principalmente a maiores provisões para contingências, maiores despesas com operação própria da AmPm, Iconic (maior volume vendido e comissões) e fretes (maior volume de vendas e aumento do custo unitário), além do efeito de contingenciamento de despesas ocorrido em diversas frentes em 2020.

A linha de outros resultados operacionais foi R\$ 32 milhões maior que em 2020, resultado da maior constituição de créditos extemporâneos de PIS/Cofins e das maiores receitas com *merchandising* de fornecedores, parcialmente compensadas por maiores custos relativos às metas do Renovabio.

A linha de resultado na venda de bens registrou um valor positivo de R\$ 184 milhões em 2021, um aumento de R\$ 104 milhões em relação a 2020, fruto do registro de ganho de capital com a venda da ConectCar no valor de R\$ 76 milhões e da maior venda de terrenos, alinhada ao processo de gestão mais ativa dos pontos de venda da Ipiranga.

O EBITDA da Ipiranga totalizou R\$ 2.087 milhões em 2021 (+22%). Desconsiderando o efeito do ganho de capital com a venda da ConectCar em 2021, o crescimento do EBITDA recorrente foi de 17%, em função do maior volume de

vendas, melhores margens, maior resultado na linha de outros operacionais e maior venda de terrenos, atenuados pelas maiores despesas.

Extrafarma

A Extrafarma fechou 6 lojas em 2021 e encerrou o ano com 399 lojas, redução de 1% da rede. No final do período, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 12% da rede, resultado da maior seletividade na expansão e maior rigor em relação a lojas com baixo desempenho.

A receita bruta da Extrafarma se manteve estável, em função do maior resultado de ações promocionais, aumento no faturamento de mesmas lojas ex-telefonía (SSS) e reajuste anual dos medicamentos. Esses efeitos foram compensados pelo menor número de lojas, pelos efeitos advindos do ataque cibernético ocorrido em janeiro de 2021 e pela forte base de comparação nas vendas de telefonía em 2020.

O custo dos produtos vendidos reduziu 1% em 2021 e o lucro bruto atingiu R\$ 603 milhões (+2%), equivalente a uma margem bruta de 29%, 0,8 p.p. superior a 2020.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 4%, reflexo dos impactos inflacionários sobre pessoal e do contingenciamento de despesas realizado em 2020, parcialmente compensados pelos ganhos de produtividade e otimização logística.

Em 2021 foram registrados *impairments* de ativos no montante de R\$ 428 milhões, sem efeito caixa, decorrentes da assinatura do contrato de venda da Extrafarma para a Pague Menos.

O EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 353 milhões negativos em 2021. Desconsiderando o efeito do *impairment*, o EBITDA recorrente foi de R\$ 74 milhões, redução de 12% na comparação anual, reflexo principalmente dos impactos inflacionários sobre as despesas.

Ultrapar

Demonstrativo de resultado			
R\$ milhões	2021	2020	Δ (%) 2021 v 2020
Receita líquida	118.799	81.241	46%
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(111.729)	(75.628)	48%
(=) Lucro bruto	7.069	5.613	26%
(-) Despesas gerais, adm., com vendas e comerciais	(5.062)	(4.098)	24%
(-) Outros resultados operacionais	123	221	-44%
(-) Resultado na venda de bens	183	76	141%
(-) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	(428)	-	n/a
(=) Lucro operacional	1.886	1.812	4%
(-) Resultado financeiro	(910)	(269)	238%
(-) Equivalência patrimonial	(18)	(44)	-60%
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	959	1.499	-36%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(75)	(571)	-87%
(=) Lucro líquido	884	928	-5%
(+) Imposto de renda e contribuição social	75	571	-87%
(+) Resultado financeiro	910	269	238%
(+) Depreciação e amortização	1.377	1.267	9%
(=) EBITDA CVM	3.246	3.036	7%
(+) <i>Cash flow hedge</i> dos <i>bonds</i>	176	154	15%
(+) Amortização de ativos de contratos com cliente - direito de exclusividade (Ipiranga e Ultragaz)	283	289	-2%
(=) EBITDA Ajustado	3.704	3.479	6%
(=) EBITDA Ajustado recorrente*	4.055	3.311	22%

* Exclui efeitos não recorrentes:

- 2020: créditos extemporâneos de PIS/Cofins de R\$ 156 milhões na Oxiten e de R\$ 12 milhões na Ultracargo
- 2021: *impairment* de R\$ 428 milhões na Extrafarma e ganho de capital com a venda da ConectCar de R\$ 76 milhões na Ipiranga

A Ultrapar registrou receita líquida de R\$ 119 bilhões em 2021, aumento de 46% em relação a 2020, reflexo da maior receita de todos os negócios, exceto Extrafarma, com destaque para a Ipiranga. O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 112 bilhões em 2021, aumento de 48% em comparação a 2020, também em função dos maiores custos em todos os negócios, exceto Extrafarma.

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 7,1 bilhões em 2021, aumento de 26% na comparação anual, em função do aumento do lucro agregado em todos os negócios, principalmente na Ipiranga, que foi o negócio mais afetado pela pandemia em 2020.

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais registraram aumento de 24%, devido aos impactos inflacionários e ao contingenciamento de despesas em diversas frentes ao longo de 2020, além de efeitos específicos em todos os negócios em 2021.

A linha de outros resultados operacionais apresentou queda de 44% em comparação a 2020, reflexo principalmente da menor constituição de créditos tributários extemporâneos na Oxiten e da maior apropriação de custos relativos às metas do Renovabio na Ipiranga, parcialmente compensados pela (i) maior constituição de créditos tributários extemporâneos e maiores receitas com *merchandising* de fornecedores na Ipiranga e (ii) recebimento de ressarcimento em 2021 de seguro de lucro cessante decorrente de sinistro da Oleoquímica (ocorrido em 2017) na Oxiten.

A linha de resultado na venda de bens cresceu 141% em relação a 2020, em função da maior venda de terrenos e do registro de ganho de capital com a venda da ConectCar, ambos na Ipiranga.

Em 2021 foi registrado um efeito de R\$ 428 milhões na linha de "redução ao valor recuperável de ativos" referente ao *impairment* de ativos da Extrafarma, decorrente da assinatura do contrato de venda para a Pague Menos.

O EBITDA Ajustado recorrente da Ultrapar alcançou R\$ 4,1 bilhões em 2021, aumento de 22% em relação a 2020, em função principalmente do aumento dos EBITDAs da Oxiten, Ipiranga e Ultracargo, parcialmente compensados pelas maiores despesas da Holding e menor EBITDA da Extrafarma. O EBITDA da Ultragas manteve-se estável.

O total de custos e despesas com depreciação e amortização¹ em 2021 foi de R\$ 1,7 bilhão, aumento de 7% em comparação a 2020, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1,9 bilhão em 2021, resultado 4% maior que 2020.

A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida² de R\$ 910 milhões em 2021, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$ 269 milhões em 2020, reflexo principalmente da piora temporal no resultado de marcação a mercado dos *hedges* cambiais e do maior custo da dívida, decorrente do aumento das taxas de juros.

² Não inclui o resultado do *cash flow hedge* dos *bonds*

O lucro líquido da Ultrapar alcançou R\$ 884 milhões em 2021, redução de 5% em relação ao registrado em 2020, devido à maior despesa financeira líquida e ao aumento na depreciação, atenuados pelo maior EBITDA no período e menores impostos.

Resultado da Holding, coligadas e abastece aí

Em adição aos resultados dos cinco principais negócios, a Ultrapar registrou um resultado negativo de R\$ 258 milhões em 2021, composto principalmente de (i) R\$ 162 milhões de EBITDA negativo com a Holding, com aumento principalmente relacionado a despesas com projetos de M&A e pessoal, (ii) R\$ 80 milhões de EBITDA negativo com o abastece aí, devido às despesas com pessoal, tecnologia e marketing para desenvolvimento e expansão do aplicativo e do programa de fidelidade e (iii) R\$ 16 milhões de EBITDA negativo com as coligadas, em função principalmente da ConectCar, que deixou de compor o resultado da Ultrapar a partir do 4T21.

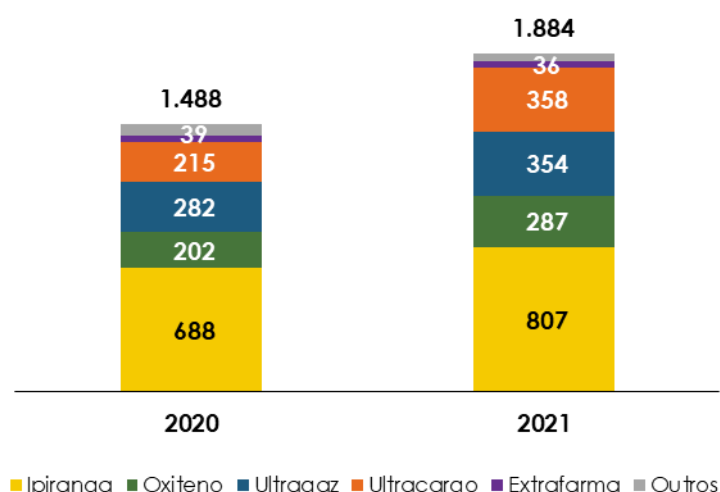
Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2021 com dívida financeira líquida de R\$ 9,9 bilhões, composta de endividamento bruto de R\$ 16,6 bilhões e posição de caixa de R\$ 6,7 bilhões. Considerando os arrendamentos a pagar (IFRS 16) de R\$ 1,8 bilhão, a dívida líquida total foi de R\$ 11,7 bilhões (2,9x EBITDA Ajustado LTM³) em comparação a R\$ 10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020 (3,0x EBITDA Ajustado LTM).

³ Não inclui o *impairment* da Extrafarma de R\$ 428 milhões e o ganho de capital com a venda da ConectCar de R\$ 76 milhões

Investimentos

Investimentos orgânicos por negócio – R\$ milhões



Em 2021, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R\$ 1,9 bilhão, um crescimento de 27% em relação ao montante investido em 2020, principalmente devido a menores investimentos em 2020 como medida de contingenciamento de caixa, em função do cenário incerto imposto pela pandemia e menor crescimento dos mercados.

A Ultragaz investiu R\$ 354 milhões em 2021, direcionados às instalações em novos clientes no segmento granel, às novas bases em Belém (PA) e Fortaleza (CE), à aquisição e reposição de vasilhames, além de projetos de segurança e tecnologia da informação.

Na Ultracargo foram investidos R\$ 358 milhões em 2021, principalmente para as obras do novo terminal de Vila do Conde (PA), a expansão do terminal de Itaquí (Fase III), e projetos para ganhos de eficiência, manutenção e segurança operacional dos terminais.

A Oxiteno investiu R\$ 287 milhões em 2021, direcionados principalmente à manutenção e segurança das unidades produtivas.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 807 milhões em 2021, destinados à ampliação e manutenção das redes de postos e franquias e à infraestrutura logística. Do total investido, R\$ 418 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível e R\$ 420 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade). Esses valores foram atenuados por R\$ 32 milhões provenientes do recebimento de imóveis vendidos de forma financiada, líquidos de liberações de financiamento a clientes.

A Extrafarma investiu R\$ 36 milhões em 2021, principalmente em projetos de tecnologia da informação e reformas e benfeitorias de lojas.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes para evitar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que durante o exercício de 2021 contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos à auditoria das demonstrações financeiras, que representaram 6% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Escrituração Contábil Digital (ECD), auditoria para emissão da carta de conforto em conexão com processo de oferta de títulos de valores mobiliários, entre outros, que totalizaram R\$ 551 mil. O prazo de prestação desses serviços foi inferior a um ano.

Nossos Auditores Independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, datado de 23 de fevereiro de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Flávio César Maia Luz

Geraldo Toffanello

William Bezerra Cavalcanti Filho

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar é um órgão estatutário de assessoramento de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, e submetido à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e o seu Regimento Interno.

Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, (4) do desempenho das funções da auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes e (5) do gerenciamento de riscos da Companhia.

A composição atual do Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar conta com três membros independentes do Conselho de Administração, sendo um o coordenador do Comitê.

O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A KPMG Auditores Independentes é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Commission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no Sarbanes-Oxley Act. O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gerenciamento de Riscos, manifestando-se sobre qualquer revisão de seu conteúdo e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos.

O Comitê deve, também, assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, estatutários, Código de Ética e demais políticas e normativos internos aplicados a seus colaboradores e demais stakeholders.

Anualmente, o Comitê prepara o presente relatório de atividades, que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. Anualmente, os membros do Comitê realizam sua autoavaliação e discutem os resultados e eventuais pontos de melhoria.

No período dos últimos doze meses, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se oito vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes da KPMG Auditores Independentes em suas reuniões.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Auditores Independentes

- Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes, incluindo a recomendação ao Conselho de Administração sobre o rodízio de auditoria e processo de seleção e contratação da nova empresa, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM 23/21.
- Verificação da qualificação e independência da equipe de auditores externos.
- Análise e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria e autorizações de serviços adicionais não conflitantes com a auditoria.
- Reuniões periódicas de trabalho e sessões reservadas com os auditores independentes.

Demonstrações Financeiras

- Acompanhamento do ambiente dos controles internos voltados à elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna.
- Análise da carta de controles internos emitida pela KPMG Auditores Independentes com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados.
- Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.
- Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas.
- Apresentação e análise das projeções financeiras utilizadas pela administração da Companhia para fins de identificação da eventual necessidade de impairment de ativos e recuperabilidade de impostos.
- Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes.
- Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da KPMG Auditores Independentes para a apresentação e discussão sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras.
- Relato e análise sobre os principais pontos relativos ao formulário 20F enviado à SEC.
- Apresentação do relatório anual integrado, elaborado com os conceitos do GRI.

Auditoria Interna

- Avaliação e aprovação do planejamento anual dos trabalhos de auditoria interna.
- Acompanhamento dos resultados referentes aos trabalhos de auditoria interna realizados e dos eventuais planos de ação visando o endereçamento das recomendações apresentadas.
- Acompanhamento de testes de controles internos para fins de certificação SOX.

Gestão Integrada de Riscos

- Análise das atualizações da Matriz Sistêmica de Riscos, periodicamente elaboradas pelas áreas de negócios da Companhia.
- Revisão das Políticas: Gestão de Riscos Financeiros, Gestão de Riscos, Trading Ipiranga e encaminhamento ao Conselho de Administração para aprovação.
- Acompanhamento de incidente cyber nos sistemas da Companhia e as respectivas providências adotadas pela administração.

Conformidade

- Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia das denúncias recebidas pelo Canal Aberto Ultra.
- Análise e discussão sobre os indicadores das apurações internas realizadas e medidas adotadas para o encaminhamento dos pontos identificados.
- Acompanhamento do Programa de Ética e Compliance da Companhia e das atividades de treinamento de seus colaboradores e stakeholders.
- Revisão do Código de Ética e Política Corporativa Anticorrupção e encaminhamento ao Conselho de Administração para aprovação.
- Análise da Política Corporativa sobre a Lei Geral de Proteção de Dados.

Governança

- Elaboração do calendário e da pauta temática de atividades do Comitê.
- Preparação e aprovação do orçamento anual do Comitê.
- Análise de alterações no Formulário de Referência e Relatório de Governança encaminhados à CVM
- Elaboração e encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos.
- Realização de Autoavaliação do Comitê de Auditoria e Riscos pelos seus membros.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião:

- As informações fornecidas pela administração e pela KPMG Auditores Independentes foram adequadas para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos referidos auditores;
- A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com apropriada isenção;

- O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com a estrutura, porte e complexidade da Companhia;

Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração o encaminhamento do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 à Assembleia Geral, para a sua apreciação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Coordenadora do Comitê de Auditoria e Riscos

José Maurício Pereira Coelho
Jorge Marques de Toledo Camargo
Membros do Comitê de Auditoria e Riscos



Declaração

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

DocuSigned by:

C3DD69733E0E4F8...
Frederico Pinheiro Fleury Curado – Diretor Presidente em 31 de dezembro de 2021

DocuSigned by:

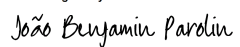
32B866EDFC7C48D...
Marcos Marinho Lutz - Diretor Presidente a partir de 02 de janeiro de 2022

DocuSigned by:

78631B573DCA4AD...
Rodrigo de Almeida Pizzinatto - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DocuSigned by:

92D6EC10E6F049D...
Décio de Sampaio Amaral - Diretor

DocuSigned by:

2596A06D029F4FF...
João Benjamin Parolin - Diretor

DocuSigned by:

E37B49C02F7D422...
Leonardo Remião Linden - Diretor

DocuSigned by:

186436DA8908455...
Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

DocuSigned by:

51E767EF3911414...
Tabajara Bertelli Costa - Diretor